

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MATIAS FELIPE EIDELWEIN KRAEMER**

**AGRICULTURA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NO  
QUILOMBO DO MORRO ALTO – MAQUINÉ/RS: CENÁRIOS DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DE SISTEMAS  
AGRÁRIOS**

**Porto Alegre**

**2012**

**MATIAS FELIPE EIDELWEIN KRAEMER**

**AGRICULTURA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NO  
QUILOMBO DO MORRO ALTO – MAQUINÉ/RS: CENÁRIOS DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DE SISTEMAS  
AGRÁRIOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

**Porto Alegre**

**2012**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

**MATIAS FELIPE EIDELWEIN KRAEMER**

**AGRICULTURA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NO  
QUILOMBO DO MORRO ALTO – MAQUINÉ/RS: CENÁRIOS DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DE SISTEMAS  
AGRÁRIOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de junho de 2012.

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - orientador

---

Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho  
UFSM

---

Prof. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros  
UFRGS

---

Prof. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que me acompanharam nesta caminhada até o presente, para as quais gostaria de expressar meu reconhecimento e um agradecimento especial pelos momentos de alegria e de aprendizado.

Em especial gostaria de agradecer à minha família pelo apoio incondicional em minhas escolhas e pela consciência de que o conhecimento é o maior legado que os pais podem deixar aos seus filhos. Assim que não mediram esforços para proporcionar o melhor ambiente e as melhores condições que estiveram ao alcance. Foram com certeza o melhor e mais bem feito arco. Buscar as próprias experiências e a liberdade para traçar o caminho, tendo a possibilidade do erro como princípio do acerto, é algo que desejo também para meus filhos.

Agradeço a minha esposa e a nossa recém chegada filha por tornarem-se a inspiração, o sopro que mantém a flecha no ar, na renovação e no aprendizado infundável.

Gostaria de agradecer também ao professor orientador pela confiança em mim depositada e por ter acompanhado este ciclo, que se encerra e se reinicia neste trabalho, com amizade, dedicação e curiosidade, que motivaram e desvelaram o caminho seguido.

Agradeço aos colegas do curso pelas trocas e também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural que proporcionaram estes dois anos de muitos descobrimentos os quais certamente levo comigo. Da mesma forma agradeço aos funcionários do PGDR e do IEPE pela acolhida familiar durante este período.

Às instituições de financiamento da pesquisa, REUNI/CAPES e CNPQ, pelo apoio material. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural pela qualidade e relevância do conteúdo oferecido e pela possibilidade de realizar este estudo em um ambiente que reúne diferentes olhares os quais contribuíram na transformação do meu olhar. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por proporcionar o acesso público, gratuito e de qualidade ao ensino superior.

Ao LAE e aos colegas da equipe executora das medidas compensatórias à comunidade quilombola de Morro Alto, em especial ao coordenador Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza, por possibilitar esta vivência, pelas trocas e por sua sabedoria em conduzir o processo.

De igual forma sou grato a toda a comunidade quilombola de Morro Alto pela convivência e pelos ensinamentos. As histórias, os causos, as lendas. Aos cafés compartilhados junto ao fogão a lenha. Os anseios e questionamentos, as dúvidas, as conquistas. Em especial, um agradecimento a Seu Manoel Alípio pela hombridade, honestidade e pelos conselhos. A Antônio Carlos de Jesus, o Kiko e sua Mãe Dona Antônia pela amizade e acolhida nos campos do Borba. A Seu Nelson, Dona Ângela, Júlio e a criançada pelo pão de milho e as refeições compartilhadas. A Dona Rosalina, Mana, Seu Luiz e família. A Seu Manoel Chico pelo exemplo de dignidade. A seu Valdir pelas caronas e Dona Bela pela alegria. A Carlinho da Prainha, Seu pai Antônio e sua Mãe Dona Alba, o Bruno, Roda e demais familiares. A Deroci e família, Seu Jorge e Dona Marina, Vilson e Sônia de Andrade. A Seu Paulo da prainha e esposa, Seu Luiz e esposa. A Vilson Marques da Rosa e Marilda pela liderança. A Dona Edit, Dona Lídia e o André do Ribeirão. Seu Zezinho do Aguapés e seus Irmãos Toninho e Dona Joana. A Zé Gustavo, ao João e a seus irmãos e familiares do Faxinal.

A todos o meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

A comunidade remanescente de quilombo de Morro Alto, localizada nos municípios de Osório e Maquiné (RS), busca o reconhecimento de seus direitos perante o Estado Brasileiro. A luta desta comunidade pela titulação do território que lhe foi doado em testamento por Rosa Osório Marques evidencia seu envolvimento com questões agrárias, tendo o acesso à terra como um dos direitos reivindicados. Ao longo da história foram muitos os fatores que provocaram mudanças nas relações sociais e produtivas na região. A agricultura praticada por esta população também sofreu transformações, diferenciou-se e tomou proporções distintas nas atividades de cada família. Este estudo tem o objetivo de realizar uma reflexão sobre quais agriculturas estão presentes entre os quilombolas de Morro Alto, como elas se articulam com o contexto regional, quais seus limites e potencialidades, e como o atual processo de regularização fundiária poderá influenciar estas distintas formas de se relacionar com o ambiente natural em busca da reprodução socioeconômica. Para tanto, foi adotada a perspectiva analítica dos Sistemas Agrários e do estudo dos sistemas de produção praticados pelos agricultores quilombolas, de maneira a compreender as importâncias relativas das atividades agrícolas e não-agrícolas na composição da renda familiar, assim como a remuneração do trabalho agrícola por eles obtida. Primeiramente foi realizada a reconstituição das transformações dos Sistemas Agrários na região, a fim de se estabelecer uma base teórica para o aprofundamento do estudo sobre os sistemas produtivos atuais. Neste sentido foram identificadas as tipologias das famílias quilombolas e dos sistemas produtivos. Por fim, foi analisada a diversidade de situações em que a agricultura está presente, assim como apontadas perspectivas de desenvolvimento agrícola e territorial diante do contexto atual do processo de regularização fundiária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade quilombola de Morro Alto. Sistemas agrários. Sistemas de produção. Reprodução socioeconômica. Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

The remnant of *Quilombo* communities of Morro Alto, located in the municipalities of Osorio and Maquiné (RS), seeking recognition of their rights under the Brazilian State. The struggle of this community by titration of the territory which was donated in a testament by Rosa Marques Osorio reveals his involvement with agrarian questions, and land access as one of the rights claimed. Throughout history there were many factors that caused changes in social and productive relations in the region. The agriculture practiced by this population also experienced changes, differentiated and took different proportions in the activities of each family. This study has the objective to develop a reflection on agriculture which are present among the *quilombolas* of Morro Alto, how it relates to the regional context, what are its limits and potentialities, and how the current process of land regularization can influence these different forms of make agriculture. To that end, was adopted the analytical perspective of Agrarian Systems and the study of production systems practiced by *quilombolas* farmers, in order to understand the relative importance of the agricultural and non-agricultural activities in the composition of family income, as well as the remuneration of agricultural labor obtained for them. We first carried out the reconstitution of the transformations of Agrarian Systems in the region in order to establish a theoretical basis for a deeper study on the current production systems. In this sense was identified the social types of *quilombolas* families and his distinct productive systems. Finally, was analyzed the diversity of situations in which agriculture is present, as well as indicate perspectives of agricultural and territorial development given the current context of the process of land regularization.

**KEYWORDS:** *Quilombola* Community of Morro Alto; Agrarian Systems; Productions Systems; Socioeconomic Reproduction; Local Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição das rendas Agrícolas e Não-Agrícolas e da Renda Familiar.....	29
Figura 2 - Avaliação da situação socioeconômica dos Sistemas de Produção.....	37
Figura 3 - Remuneração da mão de obra familiar em função da intensidade do trabalho em diferentes Sistemas de Produção.....	41
Figura 4 - Efeito de intervenções sobre os resultados econômicos.....	42
Figura 5 - Localização do território quilombola em processo de regularização fundiária e os corpos hídricos na região.....	50
Figura 6 - Relevo e solos associados à vegetação na região.....	51
Figura 7 - A paisagem composta pelo encontro das duas formações geológicas forma um ambiente singular na costa brasileira.....	52
Figura 8 - A abundância de água doce na região, os campos em mosaicos com a floresta das terras baixas e as áreas cultivadas.....	54
Figura 9 - Transformações históricas sobre o perfil geográfico regional.....	56
Figura 10 - Vestígios arqueológicos da presença de indígenas na planície costeira.....	58
Figura 11 - Caminhos tropeiros em território da Coroa Portuguesa.....	63
Figura 12 - Abundância de recursos naturais aumentaram a pressão fundiária e agora podem ser um grande aliado no desenvolvimento local a partir das perspectivas dos quilombolas.....	75
Figura 13 - Cana, banana e criação animal marcaram a agricultura local no atual sistema agrário e ainda são os principais produtos agrícolas de troca da agricultura dos quilombolas.....	80
Figura 14 - Importância relativa das atividades produtivas ao longo da história regional....	82
Figura 15 - Mapa de uso do solo dentro do perímetro considerado pelo INCRA.....	85
Figura 16 - Diversas fibras vegetais são empregadas pelos artesões de Morro Alto.....	92
Figura 17 - O cultivo da banana realizado pelos quilombolas do Tipo 1 e 2.....	95
Figura 18 - A atividade pesqueira é realizada na Lagoa dos Quadros com uma infraestrutura precária.....	99
Figura 19 - Campos e policultivos das poucas famílias quilombolas que possuem terras na planície costeira.....	107
Figura 20 - A lida com animais e o processamento de seus produtos é uma atividade referenciada histórica e culturalmente ao modo de ser e de viver.....	109



Figura 21 - Agricultura para o autoconsumo familiar, dos que vivem no território e também para os que vivem o território.....	115
Figura 22 - Local de trabalho é no pátio, que pertence ao patrão.....	117
Figura 23 - Atividades comunitárias renovam os laços, a consciência política e a cultura, marcam a participação histórica da comunidade no desenvolvimento da região enquanto pautam por uma nova perspectiva de entendê-la.....	123
Figura 24 - Composição do PB por tipo social.....	125
Figura 25 - Proporção do PB que é efetivamente transformado em renda agrícola.....	126
Figura 26 - Proporção do Produto Bruto comercializado e composição do Produto Bruto para autoconsumo.....	128
Figura 27 - Composição do PB em relação ao sistema de cultivo e criação.....	129
Figura 28 - Composição da Renda Total para os diferentes grupos de agricultores.....	130
Figura 29 - Elevação da renda externa necessária para manter o nível de renda familiar em caso de ausência das rendas internas.....	133
Figura 30 - Grau de Externalização.....	133
Figura 31 - Remuneração da mão de obra familiar e intensidade do trabalho.....	134
Figura 32 - Remuneração da mão de obra familiar considerando as Rendas Externas.....	135
Figura 33 - Efeitos da variação na intensidade do trabalho sobre a remuneração da mão de obra familiar.....	139
Figura 34 - O Café produzido já uma espécie cultivada no território quilombola e processado por algumas famílias.....	146

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACROM	Associação Comunitária Rosa Osório Marques
ADSA	Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
RTID	Relatório Técnico de Identificação de Delimitação
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS
LABORS	Laboratório de Observação Social/IFCH/UFRGS
LAE	Laboratório de Arqueologia e Etnologia/IFCH/UFRGS
ANAMA	Associação Nascente Maquiné
AGASA	Açúcar Gaúcho S.A.
CORLAC	Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
UPA	Unidade de Produção Agrícola
ST	Superfície Total da UPA
SAU	Superfície Agrícola Útil
UTH	Unidade de Trabalho Homem Total
UTHf	Unidade de Trabalho Homem Familiar
UTHc	Unidade de Trabalho Homem Contratada
PB	Produto Bruto
CI	Consumo Intermediário
DEP	Depreciação Econômica Anual
VAB	Valor Agregado Bruto
VAL	Valor Agregado Líquido
DVA	Divisão do Valor Agregado
RA	Renda Agrícola
REP	Renda do Extrativismo da Pesca
Rint	Renda Interna
RÑA	Renda Não-Agrícola

Rext	Renda Externa
RT	Renda Total
GE	Grau de Externalização
NRS	Nível de Reprodução Socioeconômica
CO	Custo de Oportunidade
AÑA	Atividade Não-Agrícola
Apesca	Tipo 1 – Agricultores e Pescadores Artesanais
AP	Tipo 2 – Agricultores Pluriativos
AC	Tipo 3 – Agricultores em tempo complementar às AÑAs
AÑA/Auto	Agricultores para o Autoconsumo
SEPA	Sistema Extrativo da Pesca Artesanal associado às atividades agrícolas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....</b>	<b>20</b>
2.1 SISTEMAS AGRÁRIOS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO .....	20
2.2 CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO .....	25
2.3 INDICADORES AGROECONÔMICOS .....	26
2.4 INDICADORES COMBINADOS NA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES ESTUDADAS ...	35
2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	43
<b>3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EM MORRO ALTO .....</b>	<b>49</b>
3.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	49
3.2 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO .....	55
<b>3.2.1 Sistema Agrário Indígena.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2.2 Sistema Agrário Tropeiro .....</b>	<b>61</b>
<b>3.2.3 Sistema Agrário das Sesmarias.....</b>	<b>64</b>
<b>3.2.4 Sistema Agrário do Campesinato Negro - a Transição Império-República.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2.5 Sistema Agrário Republicano .....</b>	<b>72</b>
<b>3.2.6 Sistema Agrário Atual.....</b>	<b>74</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>81</b>
4.1 ATIVIDADES PRODUTIVAS AO LONGO DA HISTÓRIA E A COMUNIDADE QUILOMBOLA HOJE.....	81
4.2 TIPOLOGIA SOCIAL E DESCRIÇÃO DOS ATUAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO COLOCADOS EM PRÁTICA PELOS QUILOMBOLAS DE MORRO ALTO.....	87
<b>4.2.1 Famílias onde a agricultura é praticada de forma articulada com a pesca artesanal (Tipo 1).....</b>	<b>90</b>
4.2.1.1 Sistema de produção convencional de Banana associado à atividade de pesca artesanal (SP1) .....	93
4.2.1.2 Sistema Extrativo da Pesca Artesanal Associado (SEPA).....	97
4.2.2 Famílias onde a agricultura é a principal atividade familiar (Tipo 2).....	102
4.2.2.1 Sistema de produção Convencional de Banana sem atividade pesqueira (SP2):.....	104
4.2.2.2 Sistema de produção dos Pecuaristas Quilombolas (SP3).....	105

4.2.3	Famílias com Sistemas de Produção complementares a outras atividades não-agrícolas (Tipo 3) .....	108
4.2.3.1	Sistema de produção complementar às atividades não-agrícolas (SP4): .....	111
4.2.4	Famílias com Atividades Não-Agrícolas e/ou Aposentadorias e Agricultura para Autoconsumo (Tipo 4) .....	113
4.2.4.1	Sistema de produção para o autoconsumo familiar (SP5) .....	114
4.2.5	Trabalhadores Rurais (Tipo 5) .....	116
4.2.5.1	Sistema de produção na terra do patrão (SP6): .....	118
4.2.5.2	Sistema de produção no pátio (SP7): .....	119
4.2.6	Quilombolas Urbanos (Tipo 6).....	120
5	<b>ANÁLISE DA SITUAÇÃO PRODUTIVA E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>124</b>
5.1	<b>GERAÇÃO DE RIQUEZA E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO: O QUE FICA PARA A FAMÍLIA? 124</b>	
5.1.2	<b>A remuneração da mão de obra dos Agricultores Quilombolas .....</b>	<b>134</b>
5.2	<b>PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANALISADOS: AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E DO VALOR AGREGADO PARA AUMENTAR A REMUNERAÇÃO DO TRABALHO QUILOMBOLA .....</b>	<b>138</b>
5.2.1	<b>Ações para o desenvolvimento do Sistema Extrativo da Pesca artesanal na lagoa dos Quadros .....</b>	<b>143</b>
5.2.2	<b>Ações para o desenvolvimento do Sistema de produção Centrado no cultivo de banana na encosta, posto em prática pelos Tipos 1 e 2.....</b>	<b>144</b>
5.2.3	<b>Ações para o desenvolvimento do Sistema de produção dos Pecuaristas Quilombolas: o sistema Policultivo-criação de gado e os Sistemas de criação animal transversais a todos os tipos .....</b>	<b>148</b>
5.2.4	<b>Trabalhadores Rurais e sua integração ao sistema produtivo: acesso a terra como principal ação.....</b>	<b>149</b>
5.2.5	<b>Os quilombolas Urbanos e os movimentos pendulares: o território enquanto lugar de descanso ou como nova opção de desenvolvimento.....</b>	<b>150</b>
5.3	<b>PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA... 151</b>	
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>163</b>
	<b>APÊNDICE A- ROTEIROS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>167</b>

<b>APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS IDENTIFICADOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO.....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE C – VALORES UTILIZADOS NO CÁLCULO DE MANUTENÇÃO E DEPRECIÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>176</b>
<b>APÊNDICE D – QUADRO DOS RESULTADOS ECONÔMICOS ENCONTRADOS POR TIPOLOGIA .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE E – RESULTADO DA MODELAGEM PARA CADA SISTEMA DE PRODUÇÃO ESTUDADO .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE F – CRONOGRAMA DE PESQUISA.....</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem início juntamente com a execução do Plano de Trabalho das Medidas Compensatórias à comunidade quilombola de Morro Alto, em função das obras de duplicação da BR-101 no trecho entre Osório e Maquiné/RS, municípios que abrangem o território da comunidade. Dessa forma é que ocorre a aproximação com a comunidade, primeiramente através da participação nas assembléias da associação representativa e em seguida através de visitas às famílias quilombolas por uma equipe técnica multidisciplinar responsável pela execução do referido plano de trabalho.

Muitas foram as descobertas, a partir do contato junto aos quilombolas, acerca da comunidade, do processo histórico no qual estão envolvidos e do contexto atual e da luta nacional pela titulação das terras quilombolas. Com as questões que surgiram neste processo, somadas ao tema da regularização fundiária em pauta, a relevância na qualificação do trabalho de extensão junto aos agricultores quilombolas e pelo interesse pessoal no tema, é que este estudo é proposto.

Neste contexto, o objetivo do mesmo é descrever a evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região, analisando o atual sistema agrário, os Sistemas de Produção postos em prática pelos quilombolas de Morro Alto e a situação socioeconômica destes agricultores, a fim de se identificar potencialidades e limitantes para o desenvolvimento territorial frente a este contexto de potenciais transformações.

Identificar a situação produtiva e socioeconômica dos quilombolas de Morro Alto é uma ação que se justifica por diversos motivos, entre os quais, o de se entender as bases históricas sobre as quais estas famílias desenvolveram-se e organizaram suas estratégias de reprodução socioeconômica; entender como se diferenciaram os sistemas produtivos e quais são suas possibilidades frente à conjuntura atual; e ainda por estabelecer um “marco zero” da situação produtiva agrícola no limiar da regularização fundiária.

Procurou-se compreender a diversidade de situações onde a agricultura está presente, a importância desta atividade para as famílias, seus Sistemas de Produção e a organização produtiva para autoconsumo e/ou geração de renda, a partir da operacionalização do conceito de Sistema Agrário e da Análise-Diagnóstico de Sistemas de Produção (ADSA).

Antes porém de seguir propriamente com a discussão do estudo, é fundamental realizar uma rápida contextualização histórica, para então retomar a problemática do trabalho, partindo da chegada dos negros ao Brasil até as questões agrárias que permeiam a história das comunidades negras rurais, o que inclui a comunidade de Morro Alto, atualmente protagonista no processo de regularização fundiária d seu território.

Desde o início da colonização até meados do século XIX, um contingente enorme de pessoas negras foi forçosamente trazido ao Brasil na condição de escravos. Mesmo após sua independência o país seguiu com a então pirataria de escravos que somente teve seu final oficialmente demarcado em 1850. É inegável o fato de que a conquista dos direitos civis por parte da população negra ocorreu tardiamente no Brasil, resultando ainda em muitas lacunas a esses direitos até a atualidade.

Da conquista do voto em primeiro turno enquanto “ato de lealdade e gratidão” na primeira Constituição Federal, em 1824, outros direitos foram paulatinamente conquistados através da organização dos movimentos sociais negros e de suas reivindicações de forma articulada com as esferas do Estado. Segui-se à Lei Áurea de 1888, um período de descaso do governo republicano para com a população negra, que se via desamparada pela legislação, sem meios de alterar sua condição de submissão e tendo suas terras e seus meios de produção usurpados pelo vazio legal ao qual foram submetidos.

Após o golpe militar segue-se um período obscuro na história brasileira até o início do processo de redemocratização, quando o movimento negro passa a organizar-se sistematicamente, são formados os Conselhos de Desenvolvimento e Participação das Comunidades Negras e inicia-se o processo de participação na construção do texto da nova constituição prometida por Tancredo Neves. Em 1988, um século após a abolição da escravidão, a nova Constituição vem garantir os direitos étnicos minoritários em diversos locais de seu texto, sendo central o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos definitivos”.

As comunidades negras rurais estiveram, neste processo de luta pelos direitos civis, fortemente envolvidas com questões agrárias na medida em que presenciaram a drástica redução de suas áreas historicamente ocupadas, ocasionada entre outros fatores pelas sucessivas omissões estatais. Na comunidade negra de Morro Alto, localizada nos municípios de Maquiné e Osório, no estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. Exemplo disso o ano



de 1963 quando ocorreu o acampamento de 250 famílias camponesas na localidade que reivindicavam na época uma reforma agrária. Seu Manoel Francisco Antônio, neto de escravos, hoje com 96 anos de idade e Presidente de Honra da associação representativa dos quilombolas de Morro Alto estava presente, tendo sido preso pelos militares naquela ocasião. Dita manifestação teve seus efeitos positivos com o governo do Estado expedindo decretos de desapropriação de terras em Osório, sendo os mesmos suprimidos com o golpe militar que solucionou o problema de forma autoritária (MÜLLER, 2006).

Atualmente o movimento quilombola não se encontra vinculado a movimentos de trabalhadores sem terra, dentre outros motivos, por estas comunidades não *serem* sem terra, mas *estarem* sem a posse legal das mesmas, como coloca um quilombola de Morro Alto: “*Nós não somos sem-terra, nós temos terra só que ela nunca foi dada, nunca foi reconhecida pelo governo. Nós temos o testamento... se alguém morre a primeira coisa que perguntam lá no cartório é se deixou testamento. Mas o nosso não vale, nunca valeu... sempre ignoraram!*”

Historicamente, os quilombolas de Morro Alto lutam pelo acesso ao território deixado em testamento pela Senhora Rosa Osório Marques. Com a Constituição Federal de 1988, este direito passa a ser reconhecido pelo Estado, que inicia uma série de legislações jurídicas e administrativas para que se efetivem as titulações das terras quilombolas em território brasileiro.

Desde então, diversos estudos sobre a comunidade e discussões desta com as instituições responsáveis pelo processo de regularização fundiária foram realizados, objetivando a delimitação de um território que contemple tanto a perspectiva da comunidade como as possibilidades atuais do Estado, para que seja resgatado o direito abdicado dos ex-escravos e, por conseguinte de seus descendentes.

Dada a complexidade da restituição das “184 braças de terras de matos na fazenda do Morro Alto” à qual se refere o testamento, considerando o atual contexto político-econômico e fundiário na região que compreendia a referida fazenda, o processo de regularização fundiária motiva disputas em todas as instâncias políticas, jurídicas e administrativas do Estado, ganhando também um amplo espaço nos meios de comunicação e das empresas que comercializam informações.

Enquanto processo comunitário de luta política, através da constituição da Associação Comunitária Rosa Osório Marques, do reconhecimento pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo e do laudo antropológico, produzido no

contexto do processo de regularização fundiária, a comunidade quilombola de Morro Alto vem se instrumentalizando legalmente na luta pelo reconhecimento daqueles direitos negados, de seu pertencimento territorial e pela participação histórica no desenvolvimento da região.

Atualmente o que se tem de mais avançado neste sentido é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este importante documento foi publicado em março de 2011 (BRASIL, 2011). O território delimitado na referida publicação não contempla a totalidade daquele requerido atualmente pela comunidade, mas pode ser considerado um primeiro passo no sentido da retomada dos direitos de usufruto daquele espaço.

É de responsabilidade do INCRA realizar, após a publicação do RTID, a notificação dos proprietários de terras que possuem matrículas dentro do perímetro considerado pelo instituto. Os proprietários notificados teriam 90 dias para recorrer da decisão e julgados os recursos o último passo para a titulação do território seria o decreto presidencial. O território desapropriado torna-se então propriedade da união, indivisível e inendável, com usufruto cedido à associação representativa dos quilombolas.

Este processo, entretanto, segue estagnado após a publicação do RTID a mais de um ano. Neste período vários prazos para a notificação dos proprietários (e também dos posseiros) foram estabelecidos, porém nenhum foi cumprido e tampouco justificado seu descumprimento. Neste período a comunidade vem se mobilizando e, inclusive, ocupou em 2011 a sede estadual do INCRA em Porto Alegre, ocasião em que foi acertada nova reunião dos representantes do INCRA na sede da Associação Comunitária Rosa Osório Marques (ACROM) para definição de novo prazo para o início das notificações. Realizada a reunião em Morro Alto e novo prazo estabelecido: março de 2012, o que até o presente momento novamente não está sendo cumprido.

Neste período de imobilidade estatal, crescem as tensões e conflitos na região, chegando a ponto de terem ocorrido ameaças contra a vida das lideranças quilombolas. O ambiente torna-se tenso devido principalmente à desinformação, fruto do silêncio do referido instituto responsável pelo processo. Sem a notificação formal, se proliferam boatos acerca da abrangência da área a ser desapropriada, da forma pela qual se dará a “desintrusão” (termo utilizado pelo instituto) das famílias “não-quilombolas”, o valor das indenizações e até mesmo sobre a governança do território titulado.

Por parte dos proprietários e posseiros “não-quilombolas”, estes vem se articulando politicamente com representantes legislativos, administrativos e judiciários nas instâncias municipais, estadual e nacional, utilizando-se de influências políticas e poder econômico para realizar “contra-laudos”, deslegitimar a legislação vigente sobre o processo de regularização fundiária, e também divulgando uma idéia de “harmonia histórica-étnica em um território de agricultores familiares”.

Esta idéia, entretanto, é contraditória quando se visita a região e se conversa com seus moradores, servindo principalmente aos grandes proprietários de terras e de explorações minerais (areia e basalto) que se encontram no território. Por outro lado, esta idéia está baseada e vem sendo construída, sobre um grupo de agricultores familiares, com o apoio da imprensa comercial. Este grupo é de fato altamente articulado com o mercado, capitalizado, altamente especializado em sua produção e consumidor de insumo, dentre os quais, agrotóxicos, fertilizantes e máquinas e implementos agrícolas. Apesar de sua legitimidade enquanto agricultores familiares com produção “quase-industrial”, representam uma pequena parcela dos proprietários e posseiros. Se comparados os registros da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/PRONAF) nos municípios da região com a lista de propriedades com matrículas dentro do perímetro do território quilombola considerado pelo INCRA em seu RTID (BRASIL, 2011), nota-se que das 348 matrículas consideradas pelo INCRA, existem apenas 18 registros de DAP (12 em Osório e seis em Maquiné).

A concentração fundiária na área considerada no RTID também é bastante acentuada o que resulta em um Índice de Gini em torno de 0,8, acima do Índice estadual e um pouco abaixo do nacional, que é um dos maiores do mundo. Se forem agrupados as matrículas com mais de 100 hectares, apenas 2,3% dos proprietários empossam 45,1% desta área. Se forem considerados as matrículas com mais de 50 hectares, resulta que 54,6% da área delimitada pelo INCRA é empossada por apenas 4,3% dos proprietários (Kraemer, 2012, no prelo).

Neste contexto de conflito das intencionalidades sobre o território é que a comunidade segue a pressionar o estado no cumprimento das normas estabelecidas em relação ao processo de regularização fundiária constitucionalmente referenciado.

Outro avanço importante conquistado pela comunidade é o reconhecimento por parte do Estado da necessidade de se executarem medidas compensatórias à comunidade pelos prejuízos (materiais e simbólicos) causados à mesma em função das obras de duplicação da BR-101, as quais “re-cortaram” o território na mudança do traçado da rodovia e na perfuração

do “Túnel Morro Alto”, o maior túnel rodoviário do país, com quase três quilômetros de extensão.

O valor político deste reconhecimento acerca da “compensação” estatal é, neste caso, o feito de maior relevância. Se o Estado reconhece impactos no território especificamente sobre aquela comunidade, é porque reconhece também o pertencimento deste território a quem deve medidas de “mitigação”. Além do ponto de vista político a conquista deste reconhecimento também proporciona uma série de medidas que visam o fortalecimento socioeconômico e que reforçam a luta empreendida pelos quilombolas.

Numa perspectiva histórica, a região foi palco de fortes mudanças socioculturais e políticas, desde sua antiga ocupação pelas populações indígenas à chegada dos colonizadores, aventureiros e “caçadores de índios” e, mais tarde, dos tropeiros que cruzavam os caminhos ali existentes. Seguiu-se o regime escravocrata de sesmarias, o período republicano até chegar à atualidade, com surgimento de fatores de desestabilização e de reorganização do Sistema Agrário regional cada vez mais frequentes. As recentes transformações tecnológicas na produção agrícola e nos sistemas de transporte, na interligação dos mercados e a livre circulação dos capitais, a intensa circulação de informações e também as intervenções estatais, através da aplicação de políticas públicas e de projetos desenvolvimentistas, provocaram mudanças profundas naquela região.

Os desafios que se sobrepuseram ao longo da história regional resultaram numa sucessão de transformações e rearranjos das estruturas sociopolíticas e econômicas, sem, no entanto, ocorrerem rupturas nas relações de dominação. A região encontra-se num momento de grande expectativa pautada no processo de titulação do território quilombola. Situação que se materializa em debates acalorados nas mais variadas instâncias administrativas, políticas e jurídicas na região, no estado e no país.

O que está colocado para a comunidade a partir de sua mobilização e luta pelo reconhecimento de seus direitos sobre o território deixado em testamento é um grande desafio. Mas não somente para ela, como também para as governanças municipais, ao governo estadual e federal, na medida em que os territórios quilombolas se colocam, assim com as Terras Indígenas, como o reconhecimento constitucional da propriedade coletiva na sociedade brasileira.

Desta forma é que a região e, mais especificamente, o território em processo de regularização fundiária, encontra-se na iminência de grandes transformações em suas diversas

dimensões: políticas, sociais, culturais, econômicas, fundiárias, etc. Transformações que dificilmente ocorreriam sem a intervenção externa de uma política pública de mitigação aos equívocos do passado.

Partindo do pressuposto de que tal processo terá novos avanços até a consolidação de seus objetivos, este estudo não se propõe enquanto um instrumento argumentativo acerca da importância da regularização fundiária para aquela comunidade e menos ainda sobre a validade deste processo, mesmo porque esta discussão não se resume às questões produtivas e extrapola em muito os objetivos delimitados neste estudo.

Considerando o exposto, o estudo foi motivado pela seguinte questão central: “qual é e para onde vai a agricultura dos quilombolas de Morro Alto”?

Questionamentos derivados também serviram como motivação do estudo: quais as consequências das diferentes estratégias de reprodução socioeconômica na organização do sistema produtivo? Qual a influência na renda familiar das atividades agrícolas para autoconsumo, ou “não-monetarizadas”? E que contribuição o sistema produtivo tem na composição da renda familiar e na remuneração dos agricultores? Quais são as perspectivas de desenvolvimento dos Sistemas de Produção frente a esta situação? Quais os possíveis cenários de desenvolvimento local podem ser delineados a partir da complexidade socioeconômica dos agricultores quilombolas de Morro Alto?

Através do estudo dos sistemas de produção colocados em prática, pretende-se contribuir no debate sobre o desenvolvimento local reunindo informações sobre os agricultores quilombolas, quais tipos de agricultura estão presentes entre os mesmos, como organizam o sistema produtivo e de que maneira estas formas de agricultura se articulam com o Sistema Agrário atual. Por fim, objetiva-se realizar uma reflexão “agroeconômica” da realidade sem, no entanto, deixar de lado aspectos relacionados a outras disciplinas, buscando um enfoque multidisciplinar que possa dialogar com estudos já realizados e outros que poderão ser desenvolvidos.

Entendendo que a passagem das propostas sugeridas à implantação das ações concretas requer apropriação por parte dos agricultores, da comunidade e associação representativa e das agências de desenvolvimento rural, o estudo se propõe, portanto, enquanto uma contribuição dialógica ao aprendizado coletivo, esperando ser mais bem discutido e aprofundado, a fim de realmente poder contribuir aos desafios de se pensar políticas e ações para o desenvolvimento rural. Assim pretende apontar para possíveis

projetos de desenvolvimento local, que tenham agência na melhoria das condições socioeconômicas, propondo ações concretas que possam ser postas em prática pela comunidade e pelos agricultores quilombolas.

Seguindo-se a esta introdução, no capítulo seguinte, será apresentado o referencial teórico que abrange o estudo, identificadas suas bases epistemológicas e apresentadas as ferramentas de análise disponibilizadas a partir deste referencial. Também é tema descrever o processo metodológico, as ferramentas utilizadas e como se deu a operacionalização desta pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta a compilação das informações obtidas da revisão bibliográfica, dos relatos dos quilombolas mais antigos da comunidade e da memória dos que partiram que está presente através de seus descendentes, da observação da paisagem, constituindo uma narrativa das transformações e diferenciações dos sistemas agrários ao longo dos tempos.

Com base nas entrevistas de campo com os agricultores foram reunidas as informações para compor o quarto capítulo, onde são descritos os diferentes Sistemas de Produção existente atualmente na comunidade, considerando os aspectos agrônômicos inseridos no contexto socioambiental, cultural e político das situações estudadas.

No penúltimo capítulo é feita uma análise das informações reunidas nos capítulos anteriores buscando entender a diversidade de situações onde a agricultura está presente, a importância desta atividade para as famílias e a organização produtiva para autoconsumo ou geração de renda, aventando assim, perspectivas de desenvolvimento agrícola e territorial frente ao contexto atual de regularização fundiária.

Por fim, o sexto capítulo dedica-se a algumas considerações finais sobre os aspectos que se colocaram em relevo assim como um apanhado geral da discussão realizada ao longo do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo serão apresentados os referenciais teóricos e a metodologia adotada na pesquisa. Iniciando-se por uma breve apresentação e conceituação da Análise de Sistemas Agrários, dos Sistemas de produção e os indicadores agroeconômicos envolvidos. Em seguida apresenta-se como este referencial é operacionalizado através das revisões bibliográficas e investigação empírica.

### 2.1 SISTEMAS AGRÁRIOS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO

O presente estudo adota os pressupostos teórico-metodológicos da abordagem de Sistemas Agrários proposta por Mazoyer e Roudart (2010), o método de análise-diagnóstico das realidades agrárias desenvolvido por Dufumier (2007) e a operacionalização da pesquisa propostas por Miguel (2009).

Enquanto fundamentação teórica e base epistemológica científica aos procedimentos adotados na Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) têm-se neste estudo referência ao trabalho de Silva Neto (2007) no qual o autor discute algumas possíveis contribuições que a Teoria da Complexidade e do Realismo Científico podem proporcionar a esta fundamentação. Leituras complementares de referência neste estudo podem ainda ser sugeridas: *Teoria Geral dos Sistemas* de Bertalanfy e *O Ponto de Mutação* de Fritjof Kapra.

Para compreensão do conceito de Sistema Agrário enquanto objeto teórico de conhecimento e de reflexão é preciso, segundo Mazoyer e Roudart (2010),

[...] distinguir, de um lado, a agricultura tal como ela é efetivamente praticada, tal como pode-se observá-la, formando um objeto real de conhecimento, e, por outro lado, o que o observador pensa sobre esse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente concebidos para construir um verdadeiro objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e de reflexão (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71).

Por ser uma construção intelectual, os sistemas agrários não devem ser tomados como “divisões” de um processo histórico dinâmico, complexo e “abduativo”, mas sim como uma tentativa de colocar em relevo aspectos conjunturais de um dado momento que possam inferir uma análise abrangente do processo de desenvolvimento local: as “propriedades emergentes” existentes nos sistemas em momentos específicos de análise.

Os Sistemas Agrários não possuem fronteiras nítidas e a sucessão entre estes é marcada sempre por períodos de transição, onde transformações sociais, econômicas, político-institucionais, etc. fornecem condições para o rearranjo das relações sócio-produtivas. Nas palavras do autor, “[...] esses instrumentos intelectuais têm, portanto, uma função heurística: eles permitem apreender, analisar, compreender e explicar uma realidade infinitamente complexa, extremamente diversificada e constantemente mutável” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 76).

Desse modo o sistema agrário é a concepção teórica de um tipo de agricultura historicamente constituída e geograficamente localizada, composta por uma combinação característica de variáveis experimentadas (MAZOYER; ROUDART, 2010):

- a) o ambiente cultivado: ecossistema original mais as transformações historicamente experimentadas;
- b) os instrumentos de trabalho: instrumentos, máquinas e materiais biológicos (plantas cultivadas e animais domésticos), e a força de trabalho social (física e intelectual) que os elabora;
- c) o modo de artificialização do ecossistema que daí resulta (reprodução e exploração do ambiente cultivado);
- d) a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria, que possibilita a reprodução dos instrumentos de trabalho, e, por conseguinte;
- e) o excedente agrícola, que permite satisfazer as necessidades dos outros grupos sociais, além das necessidades dos próprios agricultores;
- f) as relações de troca entre esses setores associados, as relações de propriedade e as relações de força que regulam a repartição dos produtos do trabalho, bens de produção e bens de consumo, e as relações de troca entre sistemas;
- g) enfim, o conjunto das idéias e das instituições que permitem assegurar a reprodução social: produção, relações de produção e troca, repartição do produto, etc.

Ao analisarmos tais variáveis da “concepção teórica de uma agricultura historicamente constituída e geograficamente referenciada” de que falam os autores, é possível de se identificar aspectos do que se entende neste estudo também sobre território. Conceito que merece atenção neste momento visto que ao longo do estudo será recorrido ao mesmo na discussão de suas dimensões.



As variáveis experimentadas do ambiente cultivado, o modo de artificialização do meio, as relações de troca, propriedade, etc. e o conjunto de idéias e instituições, podem ser consideradas algumas das dimensões do conceito de território definido por Fernandes (2009):

Quando compreendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade. Isto significa que, ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor a totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades (FERNANDES, 2009, p. 6).

Da mesma forma outra definição de território discutida por Haesbaert (2004) define que

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” [...] Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2004).

Assim, a análise de um determinado Sistema Agrário pressupõe sua contextualização física e geográfica, mas também social, política, cultural, econômica, etc. enfim, suas mais variadas dimensões que expressam as relações de poder, de dominação, os conflitos, as (re)apropriação e intencionalidades, enfim, a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

O desenvolvimento de um determinado sistema agrário é definido pela dinâmica das unidades produtivas. O sistema se desenvolve quando todas as unidades progredem permitindo a melhoria das condições de vida ao conjunto de agricultores. O desenvolvimento é desigual quando certas unidades progredem muito mais rapidamente que outras. É contraditório quando certas unidades progredem enquanto outras regredem. A crise de um sistema agrário, por fim, é caracterizada quando todas as unidades regredem e tendem a desaparecer (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O conceito de progresso do qual falam estes autores poderia ser ainda aprofundado e contextualizado à região de estudo e mais especificamente aos quilombolas de Morro Alto. Tal conceito, entretanto, recebe diferentes significações, mesmo entre as famílias quilombolas, podendo possuir valoração estritamente material ou mesmo puramente

simbólica. Dessa forma optou-se por considerar que o progresso a que se referem está ligado, como ele mesmo coloca, “a melhoria das condições de vida do conjunto de agricultores”, ou seja, algo que remete a melhoria da qualidade de vida, vista a partir das diferentes perspectivas locais, afastando-se assim de uma idéia etnocêntrica de progresso.

As diferentes noções de “progresso” seriam também uma interessante abertura para discutir-se aspectos relacionados à identidade quilombola, questão importante enquanto definição do objeto de estudo, na medida em que este se propõe a estudar a agricultura desenvolvida pelos quilombolas de Morro Alto. O que diferenciaria os agricultores quilombolas dos demais agricultores da região, ou os “quilombolas” dos “não-quilombolas”.

Ao longo da descrição dos tipos sociais e dos sistemas de produção delimitados busca-se trazer aspectos que poderiam contribuir nesta discussão, enquanto dados coletados na pesquisa de campo. Por uma questão de recorte analítico, entretanto, não serão trazidos ao centro das discussões, permanecendo assim como um pano de fundo ao objetivo central deste estudo. O mesmo ocorre com os aspectos ambientais, culturais, políticos, institucionais, etc. não podendo todos estes serem aprofundados como se poderia desejar neste debate.

Desta forma procurou-se compreender a realidade local através de uma abordagem multidisciplinar sem, no entanto, prender-se em questões muito caras a determinadas disciplinas que podem ser mais bem discutidas por outros estudos. O que diferenciaria a agricultura praticada por este grupo étnico da agricultura praticada pelos outros grupos, não é portanto, uma questão central, pois neste trabalho as especificidades da agricultura quilombola estarão caracterizadas na descrição de suas próprias práticas. Deixa-se de lado, assim, uma possível comparação com as práticas agrícolas dos demais grupos que se encontram na região, a partir do entendimento de que as diferenças entre estes grupos estão relacionadas a questões de “fronteiras étnicas” (BARTH, 1998).

Dito isto, no estudo do Sistema Agrário utilizou-se como ferramenta a Análise-Diagnóstico de um Sistema Agrário (ADSA) proposta por Dufumier (2007), que é

[...] realizada por etapas sucessivas, começando pelos fenômenos gerais para que, em seguida, sejam apreendidas as realidades particulares, deve precisamente permitir a elaboração de análises qualitativas e lógicas anteriores as quantificações. De fato, as análises quantitativas só devem intervir se houver condições de detalhar a natureza dos objetos que se quer medir ou definir, com uma idéia suficientemente clara dos procedimentos a serem respeitados: escolha dos instrumentos e dos métodos, grau de precisão exigido, amostragem, etc. (DUFUMIER, 2007, p.61).

Esta análise-diagnóstico tem como objetivos específicos:

- a) descrever e compreender a lógica das técnicas agropecuárias implementadas pelos agricultores;
- b) descrever e entender as relações socioeconômicas, entre os diversos grupos sociais que existem em uma zona rural determinada;
- c) identificar, caracterizar e explicar a lógica dos diferentes atores sociais, enfatizando o funcionamento e as inter-relações entre fenômenos;
- d) analisar os principais elementos que condicionam o curso atual e os processos de evolução do desenvolvimento agrário desta região;
- e) identificar e hierarquizar os fatores limitantes e as potencialidades de desenvolvimento rural de uma região, com o objetivo de orientar uma futura ação ou no momento, para atingir o efeito desejado por e para o ‘interesse geral’ (DUFUMIER, 2007);

Ao sistematizar informações sobre a operacionalização do conceito de sistema agrário, Miguel (2009) estabelece que esta seja possível através do diagnóstico de sistema agrário, o qual teria cinco principais etapas: o zoneamento regional ou a delimitação espacial do estudo; a caracterização da evolução e diferenciação dos sistemas agrários; a caracterização e tipologia dos Sistemas de Produção; o estudo aprofundado dos Sistemas de Produção e a proposição e execução de ação e projetos que possam superar as limitações de desenvolvimento daquele contexto.

Para efeito neste estudo, de acordo com Silva Neto (2007), o objetivo de se estabelecer linhas estratégicas de desenvolvimento local a partir do setor agropecuário, é considerado mais como um meio para capacitar a sociedade local a promover o seu próprio desenvolvimento do que um fim em si mesmo.

[...] a ADSA pode trazer contribuições significativas para indicar a amplitude de possibilidades de escolha que se oferecem à sociedade local, assim como os efeitos imediatos de cada alternativa, especialmente no que diz respeito à capacidade de reprodução social dos tipos de agricultores presentes em cada situação estudada. Nesse propósito a ADSA pode servir como um instrumento interessante para estimular a inteligência coletiva das sociedades locais, procurando informá-las cientificamente dentro de um processo, também coletivo, de aprendizagem. (SILVA NETO, 2007, p. 54-55)

Assim, a operacionalização do conceito de sistemas agrários e a identificação das propriedades emergentes em cada sistema ao longo da história local, seguido da caracterização e análise dos sistemas produtivos do sistema atual são objetos que podem

contribuir na discussão sobre o desenvolvimento local, a partir da realidade do setor agropecuário, a somar-se aos demais meios de análise das outras dimensões envolvidas.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Um sistema agrário é composto pelo conjunto de Sistemas de Produção presentes nas unidades produtivas numa determinada região. O **Sistema de produção Agrícola** pode ser definido como a combinação (no espaço e no tempo) dos recursos disponíveis e das próprias produções vegetais e animais. O qual por sua vez pode ser dividido em subsistemas de cultivo, criação e de transformação (DUFUMIER, 2007).

Visto desta forma, Sistemas de Produção agrícolas característicos de determinados sistemas agrários podem coexistir de forma dinâmica, com maior ou menor hegemonia em sistemas agrários subsequentes, sendo que muitos dos processos, práticas e costumes do passado seguirão mantidos e/ou irão se transformar ao longo da história, pelo fato da inexistência de uma interrupção drástica de qualquer dinâmica social. Assim torna-se possível a identificação de Sistemas de Produção que foram colocados em prática por agricultores de um sistema agrário anterior, reproduzidos com as necessárias atualizações ao sistema agrário atual.

Analisar um Sistema de produção consiste menos em conhecer cada um dos elementos que o constituem do que em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles. Assim, além de compreender as relações entre os subsistemas de cultivo, criação e transformação, e destes com o meio natural, deve-se atentar também o olhar investigativo ao ambiente externo à família e aos meios de produção que a mesma dispõe, objetivando compreender assim o contexto socioeconômico, cultural e histórico com o qual ela interage e no qual seu sistema produtivo está inserido.

Uma vez identificados os aspectos mais gerais que conformam o Sistema de produção familiar, deve-se então aprofundar a análise através do estudo detalhado dos subsistemas de cultivo e criação, seus itinerários técnicos e as relações do Sistema de produção com agentes econômicos externos (agências de assistência técnica e extensão rural, cooperativas, instituições bancárias, indústria, mercados, etc.).

A **Unidade de Produção Agrícola (UPA)** pode ser definida como o resultado de um conjunto de elementos em interação, o Sistema de produção, influenciado pelos objetivos do agricultor e de sua família, aberto e em interação com o meio externo, econômico, ambiental, sociocultural e humano.

O Sistema de produção estabelecido no âmbito da UPA é o resultado da interação do sistema social com o sistema natural, formado pela combinação de sistemas de cultivo e/ou sistemas de criação e/ou as atividades de transformação e conservação dos produtos agrícolas, adotados dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma UPA dispõe: força de trabalho; conhecimento técnico ou “saber-fazer”; acesso a terra e meios de produção, entre outros (MIGUEL, 2010).

O **Sistema de Cultivo** é a sucessão conhecida e recorrente dos cultivos ao longo do ano agrícola e entre os anos agrícolas, de forma que se torna possível a descrição das atividades realizadas ao longo deste ano, de forma lógica e sistemática, envolvendo as parcelas cultivadas, as rotações de cultivos sobre a mesma, os meios de reprodução da fertilidade e todos os demais componentes do itinerário técnico implementado em cada cultivo, sendo ele composto por espécies vegetais anuais (estivais e hibernais) e perenes (frutíferas, madeireiras, etc.).

Desta forma, o **Itinerário Técnico** é concebido como uma sucessão ordenada de atividades e operações agrícolas, cadenciadas pelo ambiente natural e pelas espécies vegetais, que são justificadas por razões lógicas construídas pelo próprio agricultor com o conhecimento acumulado historicamente e em interação com as inovações disponibilizadas pelos agentes econômicos externos com os quais o agricultor interage.

O **Sistema de criação** é a combinação dos “**modos de condução da criação**”, os quais são a sucessão lógica das técnicas de criação aplicadas às diferentes categorias de uma espécie animal, domesticada ou não (adaptado de: MIGUEL, 2010)

### 2.3 INDICADORES AGROECONÔMICOS

Com o aprofundamento do estudo do Sistema de produção para análise e avaliação da UPA, torna-se necessário o uso de indicadores que englobam diferentes dimensões da análise e que viabilizam uma comparação da própria UPA ao longo do tempo com o decorrer dos anos agrícolas, e também entre UPAs num mesmo ano agrícola e em suas

evoluções históricas. Os indicadores proporcionam assim o estabelecimento de parâmetros de avaliação, análise e comparação para as situações encontradas.

Neste estudo, a luz dos trabalhos acadêmicos realizados (DUFUMIER, 2007; MIGUEL, 2009; MIGUEL; MACHADO, 2010; INCRA/FAO, 2011, entre outros), os indicadores utilizados abrangem três dimensões dos fatores de produção: Terra; Trabalho e Capital. Uma vez obtidos estes indicadores, indicadores combinados podem ainda ser

calculados, os quais fornecem informações sobre a intensidade do uso dos fatores de produção e a avaliação da eficiência econômica e produtiva.

Os indicadores do fator de produção Terra:

**Superfície Total (ST):** A superfície total corresponde a área total da UPA e é medida em hectares (ha). Este indicador abrange toda a superfície da UPA, cultivada ou não, assim como áreas arrendadas de e para terceiros. Assim, são computadas as áreas de preservação permanente, áreas em desuso ou em pousio, áreas impróprias à agricultura, assim como as áreas utilizadas para fins agrícolas e não-agrícolas.

A **Superfície Agrícola Útil (SAU)** é a área efetivamente explorada com as atividades agrícolas. Nela se incluem as áreas de cultivos temporários (anuais como milho, aipim, amendoim ou de ciclo curto como a cana) e permanentes (fruticultura, silvicultura, pastagens naturais, etc.).

Os indicadores relacionados ao fator Trabalho fazem referência a mão de obra utilizada nas atividades de determinado Sistema de produção. Para fins analíticos é quantificado o volume da força de trabalho utilizado, independente da qualidade da mesma. A mão de obra disponível é assim medida em **Unidade de Trabalho Homem (UTH)**, a qual equivale a 300 dias de “trabalho” de oito horas diárias.

A mão de obra familiar e a contratada são diferenciadas: a **Unidade de Trabalho Homem Familiar (UTHf)** é o somatório da mão de obra de todos os ativos familiares direta ou indiretamente envolvidos na UPA. A **Unidade de Trabalho Homem Contratada (UTHc)** é o somatório da mão de obra externa aos membros da família. A mão de obra proveniente das trocas, mutirões, ou no caso da comunidade quilombola, dos “pixurús”, é computada somente a força de trabalho empregada pela família sem o computo da mão de obra cedida pelas outras famílias, uma vez que esta será retribuída pela família beneficiada aos outros Sistemas de Produção.

Entende-se por “trabalho” todas as atividades demandadas pelo sistema social e produtivo. Desta forma, um membro da família envolvido nas atividades agrícolas, disponibiliza tempo para relacionar-se socialmente com o meio externo afim de, inclusive e entre outros objetivos, manter o sistema produtivo em “boas relações” com este meio. Também disponibiliza tempo à manutenção de sua residência e da estrutura produtiva, às relações familiares, ao tempo de reflexão e lazer. Por fim, as atividades agrícolas propriamente ditas fazem parte de todo este “sistema de atividades” do qual depende o bom funcionamento do sistema produtivo e que está incluso neste estudo na idéia de “trabalho”.

Os indicadores do fator de produção Capital são relativamente complexos e sua obtenção exige informações com alto grau de detalhamento, em nível de itinerários técnicos e modos de condução, complementaridade entre os subsistemas e interações com o ambiente externo. A obtenção de tais indicadores requer a consulta a registros ou a relato do próprio agricultor, sendo este último, o método empregado neste estudo. A precisão das informações relatadas pelo agricultor também requer certos cuidados no momento da entrevista, e não raro são ajustadas ao longo da mesma, na medida em que se aprofunda a discussão do estudo do sistema produtivo.

Dentre as várias metodologias de construção dos indicadores optou-se por uma metodologia sensível a um aspecto, dentre outros<sup>1</sup>, considerado muito caro à realidade estudada: a importância da produção agrícola destinada ao autoconsumo do agricultor e de sua família enquanto valor de troca. Na metodologia esta produção é avaliada em termos de valor de compra dos produtos no mercado local, por entender que muitas famílias têm na atividade agrícola, justamente o objetivo final do autoconsumo e que esta produção uma vez não existindo, teria de ser adquirida neste mercado. Mesmo nas famílias onde ocorre a comercialização da produção agrícola, o valor da produção de autoconsumo que deixa de ser comprada não pode ser desconsiderada.

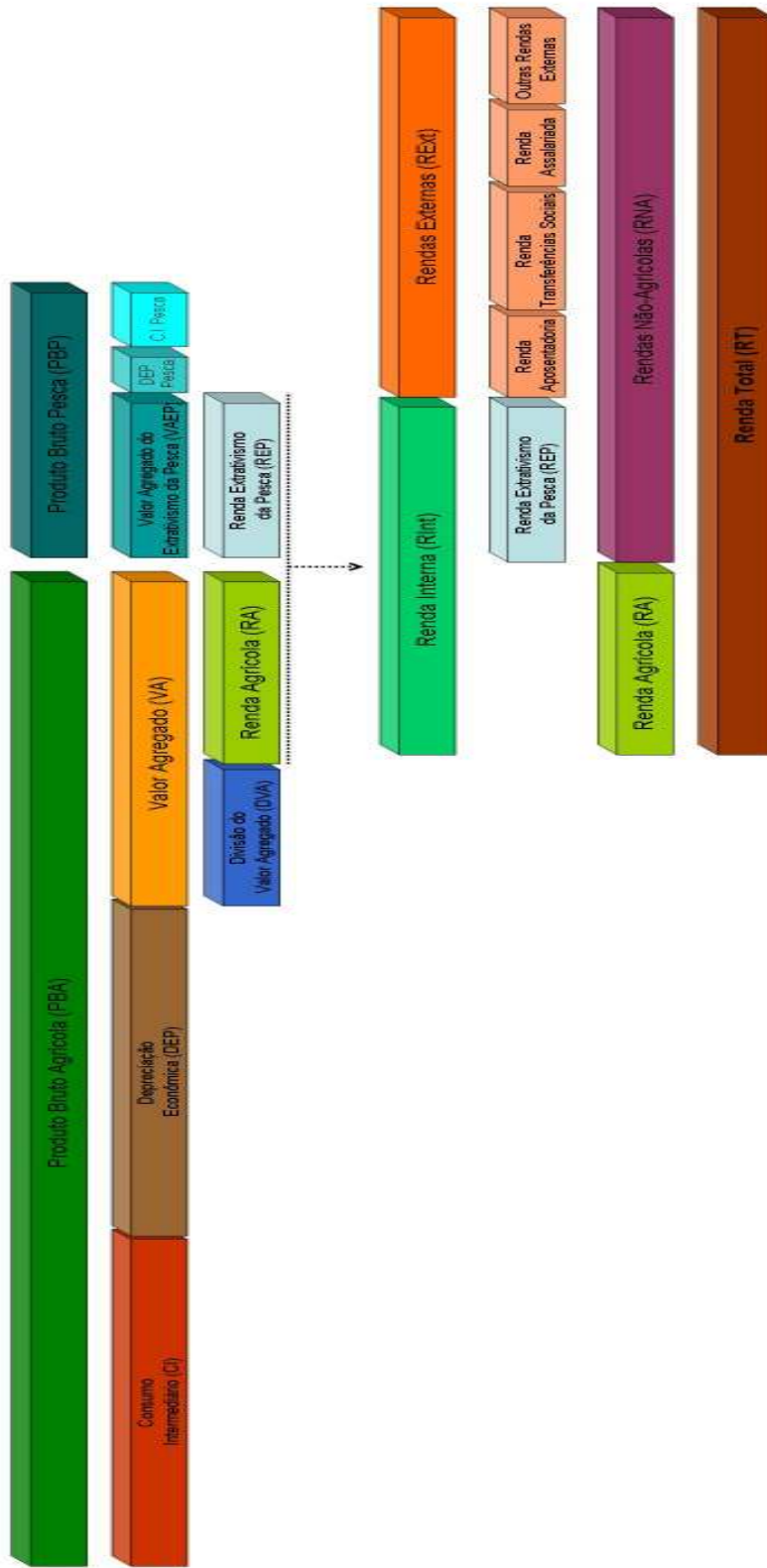
Neste sentido a metodologia vem de encontro ao que justifica a atividade agrícola de muitos dos quilombolas de Morro Alto, na medida em que, de fato e independente do volume relativo a outras rendas, proporciona uma renda agrícola “não monetária” importante. Outras justificações para além da obtenção de uma renda certamente podem ser encontradas, como as relativas à qualidade do alimento, a “cultura alimentar” ou “cozinha quilombola” e ao simbolismo envolvido.

A seguir são descritos os principais indicadores utilizados na avaliação e análise dos sistemas produtivos da comunidade quilombola de Morro Alto. A Figura 1 apresenta a composição dos indicadores econômicos até a obtenção da Renda Total.

---

<sup>1</sup> Existem outros aspectos que diferem esta metodologia das demais, como a constituição do indicador de geração de riqueza, “valor agregado”, cálculo da depreciação e o abandono da noção de “pró-labore”. Para maiores informações, consultar Miguel e Machado, 2010; Dufumier, 2007; INCRA/FAO, 2011.

Figura 1 - Composição das rendas Agrícolas e Não-Agrícolas e da Renda Familiar



Fonte: Adaptado de PLAGEDER (2012)



O **Produto Bruto (PB)** é o indicador que representa o valor final dos produtos gerados pelo Sistema de produção da UPA no decorrer do ano agrícola. O cálculo deste indicador foi realizado através da avaliação do valor da produção agrícola estocada, comercializada e beneficiada ao longo do ano agrícola, assim como a utilizada no autoconsumo familiar e na alimentação dos empregados (ou parceiros, na troca da força de trabalho nos “*pixurús*”).

No Produto Bruto são computados valores diferenciados para os produtos comercializados e os de autoconsumo. Os produtos destinados ao mercado, ou seja, todos os produtos da UPA que não foram consumidos pela família, foram avaliados com o preço de venda a este mercado. Já os produtos utilizados no autoconsumo familiar, foram avaliados pelo preço de compra no mercado local.

Não foram computados os produtos agrícolas e beneficiados utilizados no processo produtivo interno da própria UPA, como lenha, sementes, silagem e grãos para alimentação animal, uma vez que os mesmos são computados no produto final, animal ou vegetal.

O **Consumo Intermediário (CI)** é o valor dos insumos e serviços utilizados integralmente no processo produtivo que são adquiridos de agentes econômicos externos à UPA. São considerados intermediários por serem transformados em produtos agrícolas finais durante o processo produtivo, por meio dos fatores de produção disponíveis. Nele foram incluídas despesas com insumos (combustíveis, animais adquiridos, vacinas, agrotóxicos, adubos e corretivos, sementes compradas, energia, alimento para criação, etc.), manutenção de instalações e de equipamentos e serviços terceirizados (MIGUEL; MACHADO, 2010).

A estrutura produtiva utilizada perde valor anualmente, seja por obsolescência ou por desgaste. Assim, para o capital imobilizado no sistema produtivo através de máquinas, equipamentos e benfeitorias, ou seja, para todos os meios de produção adquiridos de agentes econômicos externos e não utilizados integralmente num mesmo ano agrícola, deverá ser considerada a **Depreciação Econômica Anual (DEP)**, a qual poderia também ser chamada de “Amortização Anual das Imobilizações de Capital Fixo” (DUFUMIER, 2007).

O cálculo da depreciação é sempre um indicador muito complexo de ser elaborado devido às variabilidades no desgaste e no tempo de obsolescência dos meios de produção, o que também sofre interferência na forma de uso e na qualidade do próprio instrumento de trabalho. Assim são encontradas na literatura (MIGUEL; MACHADO, 2010, COTRIM, 2007, FERREIRA, 2001, entre outros) diferentes formas de avaliação e cálculo da depreciação.

Para fins de cálculo da depreciação econômica anual neste estudo, foram considerados os valores atuais e os valores residuais dos bens, assim como realizada uma

estimativa de sua vida útil. O valor atual do bem foi estimado segundo valores do mesmo no mercado local através de estimativa feita pelos próprios agricultores, através de valores pagos por bens recém adquiridos ou através de consulta aos preços nos estabelecimentos locais. O valor residual, quando existente, foi estimado para cada meio de produção tendo como indicativo os valores praticados na região. A vida útil foi estimada pelo tempo de permanência daquele bem no processo produtivo na UPA, segundo perspectiva do agricultor entrevistado. Os valores considerados para o cálculo da depreciação e da manutenção da infraestrutura produtiva encontram-se no Apêndice C.

Dessa forma a DEP foi calculada pela diferença entre o Valor Atual e o Valor Residual, dividida pela vida útil estimada em anos:

$$DEP = (V_a - V_r)/V_u$$

Onde:

DEP = Depreciação Econômica Anual (R\$/ano)

V<sub>a</sub> = Valor Atual do bem (R\$)

V<sub>r</sub> = Valor Residual do bem (R\$)

V<sub>u</sub> = Vida Útil (anos)

Conhecidos os valores do Produto Bruto, Consumo intermediário e da Depreciação, pode ser calculado o **Valor Agregado Bruto (VAB)**, que representa toda a riqueza gerada no interior da UPA, descontados os insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer do ano agrícola, e o **Valor Agregado Líquido (VAL)** que considera também a reserva de capital necessária para reprodução da estrutura produtiva:

$$VAB = PB - CI$$

$$VAL = VAB - DEP$$

Onde:

PB = Produto Bruto

CI = Consumo Intermediário

DEP = Depreciação Econômica Anual

A **Renda Agrícola (RA)** é a principal forma de avaliar a contribuição da atividade agrícola na composição da **Renda Familiar**, ou **Renda Total (RT)**. Ela é obtida

considerando-se a porção da riqueza líquida gerada na UPA (VAL) que permanece com a família. A outra porção da riqueza produzida é dividida com outros agentes externos e é chamada de **Divisão do Valor Agregado (DVA)**. Esta divisão é computada pelo valor destinado a eventuais arrendamentos de terra, despesas financeiras<sup>2</sup>, impostos e taxas, assim como salários e encargos sociais.

A Renda Agrícola (RA) é, portanto, a remuneração do trabalho da mão de obra familiar (UTHf) naquele Sistema de produção, a qual também é ou pode ser utilizada para realização de investimentos no próprio sistema.

$$RA = VAL - DVA$$

Onde:

VAL = Valor Agregado Líquido (R\$)

DVA = Divisão do Valor Agregado (R\$)

É importante salientar um aspecto desta metodologia de cálculo da RA: os custos com a manutenção e a depreciação das benfeitorias, as quais correspondem também aos espaços utilizados na convivência familiar e na realização de atividades não-agrícolas, acaba por ser deduzida da Renda Agrícola. Isso resulta que somente a Renda Agrícola “arca” com tais custos que, não descontados das outras fontes de renda familiar, acaba por “onerar” as atividades agrícolas enquanto responsáveis pelo custeio de toda a estrutura residencial familiar.

Assim, ao analisar-se o valor da Renda Agrícola e das Rendas Não-Agrícolas, deve-se ter em mente que é da Renda Agrícola que foram abatidos tais custos. O valor da Renda Agrícola pode ser entendido também como o saldo do pagamento dos custos de moradia (o que em outras situações poderia ser o aluguel, a reforma ou construção, reparos, água, luz, etc.). Uma Renda Agrícola não-nula e positiva significa dispor das outras rendas para gastos de investimento no sistema produtivo, alimentação e consumo familiar e outras fins diversos, não necessariamente relacionados aos custos de manutenção e depreciação da residência familiar.

---

<sup>2</sup> As despesas financeiras correspondem aos juros pagos pela família devido ao financiamento de algum meio de produção, não considera nesta rubrica a amortização da dívida. Assim, por exemplo, se uma família adquire um financiamento de R\$ 20.000,00 pelo PRONAF com juros de 1,5% ao ano para pagamento em “N” anos, a despesa financeira desta família será de R\$ 300,00 por ano agrícola durante os “N” anos.

Existem também as outras rendas, não-agrícolas, provenientes de atividades relacionadas ao extrativismo, artesanato, venda da força de trabalho, etc. Para definição das mesmas optou-se, por uma questão analítica, além da definição das rendas agrícolas e não-agrícolas, as rendas internas e externas. Tal opção metodológica pretende possibilitar a análise de rendas que não são agrícolas, mas que são realizadas no seio familiar, através da exploração do meio natural, em contexto social e ecológico específico.

Na comunidade quilombola existem famílias que realizam atividade de pesca artesanal, a qual gera uma renda que não é agrícola, mas que está articulada com as atividades agrícolas em termos de absorção da mão de obra familiar e exploração dos recursos naturais disponíveis. Deste modo, pode-se dizer que estes quilombolas são tanto agricultores quanto pescadores artesanais, não sendo possível uma dissociação dessas “identidades”. Seria errôneo, assim, dar ênfase somente às atividades agrícolas e relegar elementos da atividade pesqueira ao bojo das atividades “não-agrícolas”, pois seriam perdidos aspectos importantes da mesma enquanto opção de diversificação da atividade familiar.

Com efeito, adotou-se manter a Renda do Extrativismo da Pesca (REP) em destaque das outras Rendas Não Agrícolas, de modo a tornar perceptível sua importância na estratégia adotada pela família. A fim de cálculo desta renda, utilizou-se metodologia similar a utilizada para cálculo da renda agrícola. O PB da pesca (PBp) foi obtido pela quantidade de pescado vendido no mercado e consumido pela família. O Consumo Intermediário (CIp) com o combustível utilizado e a manutenção dos equipamentos de pesca. A depreciação (DEPp) foi obtida sobre os equipamentos pesqueiros e encontram-se no Apêndice C. Considera-se que não ocorreu Divisão do Valor Agregado (DVA=0) por não incidirem sobre esta atividade as variáveis relativas a este indicador.

Desta forma é obtida a Renda do Extrativismo da Pesca:

$$\text{REP} = \text{PBp} - \text{CIp} - \text{DEPp}$$

A partir da Renda Agrícola e da Renda do Extrativismo da Pesca é obtida a **Renda Interna (RInt)**, a qual considera as rendas obtidas pelas atividades quilombolas na sua relação com o meio ambiente e os recursos naturais, utilizando-se de insumos e serviços externos, para produção e extração de produtos com valor de mercado, valor social e cultural.

A “Renda Interna” (RInt) foi composta pela soma das Rendas Agrícolas e Pesqueiras:

$$R_{Int} = RA + REP$$

Nos Sistemas de Produção onde não ocorre a atividade pesqueira, a Renda Interna será idêntica a Renda Agrícola. O conceito de Renda Interna torna possível, desta forma, a comparação entre as rendas obtidas pelas famílias quilombolas em suas diferentes formas de interação com o meio natural no seio das Unidades de Produção Familiares, em contexto social e ecológico específico.

A **Renda Externa (REx)** é composta por Rendas de Aposentadoria (RAPOS), Rendas de Atividades Não-Agrícolas (Raña), Rendas de Arrendamento (RArrend) e Rendas de Transferências Sociais (RTS).

$$REx = RAPOS + Raña + RArrend + RTS$$

Onde:

RAPOS = Rendas de Aposentadorias

Raña = Rendas atividades não-agrícolas (venda da força de trabalho, arrendamento, aluguel, etc.)

RTS = Rendas de Transferências Sociais (Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Cesta Básica, etc.)

As **Rendas Não-Agrícolas (RÑA)** abarcam todas as rendas externas e internas provenientes das atividades não-agrícolas, o que inclui a Renda do Extrativismo da Pesca (REP). É, portanto, composta da seguinte forma:

$$RÑA = REx + REP$$

Onde:

REx = Rendas Externas

REP = Renda do Extrativismo da Pesca

Nos Sistemas de Produção onde não existe a atividade pesqueira, a Renda Não-Agrícola é igual a Renda Externa.

A **Renda Total (RT)**, ou **Renda Familiar**, é resultado da soma das Rendas Internas e Externas, ou com igual efeito, da soma das rendas Não-Agrícolas e da Renda Agrícola.

## 2.4 INDICADORES COMBINADOS NA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES ESTUDADAS

A partir da obtenção dos indicadores simples descritos acima, foram calculados os indicadores combinados, os quais podem ser de muita utilidade tanto na avaliação das UPAs estudadas como também na realização de uma análise comparativa entre as UPAs e seus distintos Sistemas de Produção.

Os principais indicadores combinados utilizados neste estudo são a intensidade do trabalho (SAU/UTHf), Renda por ativo familiar das atividades de exploração do meio natural (RInt/UTHf), Grau de Externalização (CI/PB) e a proporção da produção para o Autoconsumo familiar (PBautoconsumo/PBtotal).

Para a análise comparativa das situações estudadas, é interessante a comparação da Renda por ativo familiar das atividades de exploração do meio natural em função da superfície agrícola utilizada por trabalhador familiar. Esta comparação resulta em um gráfico de nuvem de pontos da situação estudada representada e de onde podem ser obtidas as condições destas famílias com relação ao nível de reprodução socioeconômica e ao custo de oportunidade (Figura 2).

Grau de externalização (GE) é o grau de dependência do sistema produtivo com os agentes externos, ou seja, qual é a proporção de participação dos agentes externos no volume de riqueza movimentada na UPA. Este indicador é calculado pela seguinte equação:

$$GE = CI/PB (\%)$$

A partir deste indicador se pode perceber (e comparar) rapidamente qual o nível de interação da UPA com o ambiente externo e sua maior ou menor autonomia produtiva. Isso não quer dizer, entretanto, se o sistema é mais ou menos sustentável ou eficiente, senão que para esta análise deveriam ser levadas em consideração outras variáveis. Assim, o GE pode nos dar uma idéia do quanto de riqueza é *gerada* no interior da UPA através da contribuição dos agentes externos, de forma que um alto GE (GE>80%) pode informar que aquele Sistema de produção mais *transforma* os insumos externos (por exemplo, ração comprada em produto animal) do que *potencializa* aqueles insumos para gerar riqueza, como no caso de sistemas produtivos com baixo GE (por exemplo, manejo da pastagem natural com produção de silagem e grãos para alimentação animal).

Os indicadores relacionados à geração de riqueza que culminam nos indicadores de renda, ou seja, a parte da riqueza que permanece na família, fornece informações relativas à

rentabilidade destes sistemas. Entretanto o termo rentabilidade possui diferentes significados conforme o contexto em que é analisado.

Rentabilidade para um agricultor que utiliza a sua força de trabalho para produzir num pequeno lote de terra terá significado muito diferente ao de uma sociedade anônima que “aplica e desaplica” seus capitais conforme as previsões das taxas de lucro no mercado internacional. Da mesma forma, não se poderia verificar a rentabilidade utilizando-se dos mesmos indicadores para realidades tão distintas, pois para o agricultor o interesse está na remuneração de seu trabalho, enquanto que da empresa capitalista, rentabilidade está associada à taxa de lucro obtida sobre o capital investido (DUFUMIER, 2007).

Dessa forma, no presente estudo não foram analisados os dados relativos ao capital imobilizados nos Sistemas de Produção. Por dois motivos: o primeiro é que muitas vezes o valor da terra perde referência devido à especulação imobiliária relacionada às “amenidades do meio” (como a beleza paisagística, tranquilidade, facilidade de acesso, etc.), como é o caso, e o segundo, e talvez o mais significativo, porque esta terra, o trabalho e os outros meios de produção possuem valores que vão além dos monetários. Ou seja, a territorialidade quilombola vai além da dominação sobre o espaço físico.

[...] o sentimento de respeito que as pessoas dedicam a tais lugares transmite o quanto eles são importantes como locais de memória. Essa casa fechada e esse “chão”, que é terra, são sempre uma espécie de presença ancestral que proporciona a convivência do presente com o passado.

A terra possui assim valor de sangue no qual é inscrito um ciclo de vida. A mesma terra é sacralizada e remete diretamente a memória ao ancestral que primeiro ocupou aquele local expressando a permanência do grupo étnico naquela área. O “**chão da casa**” compõe a memória na paisagem de moradia de grande parte das famílias de Morro Alto. (MULLER, 2006, p. 252-253, grifo do autor).

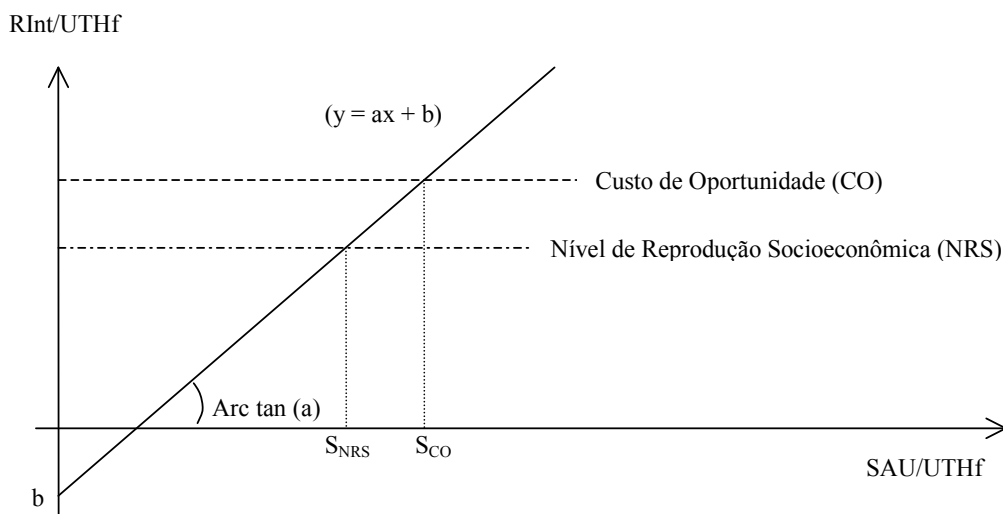
O termo rentabilidade aqui considerado, portanto, refere-se à remuneração do trabalho familiar expressa através da Renda Agrícola, que representa a parte da riqueza gerada pelo sistema produtivo que permanece com a família. A análise de rentabilidade enquanto remuneração da força de trabalho se justifica, sobretudo, por se tratar de agricultores familiares que consideram prioritariamente a reprodução socioeconômica e somente em plano secundário, quando e se for o caso, a rentabilidade do capital imobilizado, ou seja, o lucro sobre o capital investido.

Avaliando a rentabilidade proporcionada pelos Sistemas de Produção não se tem como objetivo estimar ou inferir sobre condições de pobreza ou mesmo diferenciar os agricultores neste sentido. Do contrário, entende-se que a “pobreza” (rural) está relacionada a outros fatores, multidimensionais, os quais incluem as percepções dos próprios agentes sobre

sua condição e que está atrelada a valores subjetivos e simbólicos. Neste sentido uma análise dos reflexos da renda sobre condições de “pobreza” ou “riqueza” deveriam ser abordadas por metodologias multidimensionais e por abordagens teóricas complementares (MATTOS, 2006).

Pretende-se com a análise das rentabilidades dos Sistemas de Produção neste estudo, portanto, estimar a remuneração do trabalho familiar obtido com as atividades agrícolas em comparação aos níveis de remuneração da força de trabalho oferecidos pelo mercado local, e assim compreender as relações entre o trabalho agrícola familiar e a venda da força de trabalho pelos agricultores, de maneira a estimar os limites que podem motivar a migração, ou a maior centralidade, de um sobre o outro nas estratégias de reprodução socioeconômica adotadas pelas famílias quilombolas.

**Figura 2 - Avaliação da situação socioeconômica dos Sistemas de Produção**



Fonte: Adaptado de Dufumier (2007)

O **Nível de reprodução socioeconômica (NRS)** ou “**limiar de sobrevivência**” (MAZOYER; ROUDART, 2010) é o limite de Renda por ativo familiar abaixo do qual não é possível a reprodução socioeconômica da atividade agrícola, ao menos que esta seja complementada pela renda de uma atividade não-agrícola. Dessa forma,

[...] Os Sistemas de Produção que proporcionam rendas inferiores a esse “limite de reprodução” estão logicamente condenados ao desaparecimento (*desde que os produtores não disponham de outras fontes de renda*). Com rendas inferiores e sem outras fontes, a sobrevivência das famílias agrícolas só será possível caso elas deixem de fazer a provisão para a depreciação. A falta dessa provisão, necessária à reposição do desgaste dos equipamentos, implicará a descapitalização das unidades produtivas. (DUFUMIER, 2007, p. 104-105, grifo nosso)



Para efeito neste estudo, o NRS considerado foi de R\$ 6.600,00 ao ano, ou seja, um trabalhador que receba um salário mínimo durante 12 meses. O valor do Salário Mínimo Nacional no ano de 2011 foi de R\$ 550,00 ao mês.

Optou-se em definir este indicador com base no valor do salário mínimo nacional pelo mesmo ser um indicador econômico onde são considerados diversos fatores na sua composição e que é uma importante variável nos fluxos econômicos locais, interferindo fortemente no comércio local e no poder aquisitivo, principalmente das regiões rurais onde a aposentadoria tem papel importante nas atividades familiares.

Assim se poderia construir um valor específico que se aproximasse mais do que seria o limiar de sobrevivência de um sistema de produção, ou o limiar de reprodução socioeconômica de uma família quilombola, entretanto por opção metodológica que considerou o tempo disponível e o foco do estudo, o valor deste indicador foi indexado ao salário mínimo nacional.

Na prática, se uma família busca a complementação de renda fora das atividades agrícolas, é provável que um dos motivos seja devido a incapacidade do Sistema de Produção garantir a reprodução socioeconômica da mesma. Assim, este indicador não justifica que a família busque alternativas de complementação de renda porque sua remuneração por ativo familiar esteja abaixo do mesmo, mas pode apontar a razão pela qual isso ocorre.

Desta forma o nível de esforços para uma definição mais complexa deste indicador torna-se dispensável na medida em que o mesmo pode assumir um valor aproximado, que não reflete exatamente o que uma família requer para sua reprodução socioeconômica, até porque esse valor pode variar muito entre famílias. Desta forma é que assume-se que o valor estipulado a este indicador é sim uma ordem de grandeza, a partir da qual se pode comparar os sistemas de produção estudados.

Outros indicadores poderiam ser também construídos, relacionados aos níveis de satisfação dos agricultores, o que também poderia ser compreendido através da análise da situação de sucessão familiar ou mesmo na estratégia adotada pela família. No entanto, com relação à remuneração da mão de obra familiar, considerar o quanto um agricultor poderia conseguir vendendo sua força de trabalho na região, torna-se interessante para entender as perspectivas futuras dele e de seus descendentes, na medida em que a remuneração paga aos trabalhadores pode tornar-se atraente ao ponto de abandonar ou diminuir as atividades agrícolas.

O **Custo de oportunidade**, com efeito, refere-se aos ganhos médios obtidos fora da Unidade de Produção com a venda da força de trabalho. Estes ganhos podem ser obtidos

realizando-se atividades agrícolas ou não-agrícolas remuneradas, para terceiros, na mesma região. Os agricultores com um Sistema de produção que proporcione rendas inferiores ao valor do “custo de oportunidade da força de trabalho” podem ter interesse em aproveitar outras oportunidades para geração de renda (DUFUMIER, 2007).

Isso resulta na adoção de “sistemas pluriativos”, onde coexistem atividades agrícolas e não-agrícolas (venda da força de trabalho), sendo a proporção entre tais atividades e a importância relativa das mesmas, variável segundo as perspectivas de cada família.

Para estimativa do custo de oportunidade foi levado em consideração o valor pago na região por dia trabalhado, ou seja, o quanto é pago aos diaristas por jornada de trabalho. O valor estimado de R\$ 40,00 por dia é considerado o “piso” abaixo do qual não ocorre a venda da força de trabalho. Assim, em vinte dias trabalhados ao mês durante os doze meses do ano, obteve-se a um Custo de Oportunidade na ordem de R\$ 9.600,00.

Neste valor não estão incluídos o 13º. Salário, férias, etc., visto que foi considerado o contrato de diarista “sem direitos trabalhistas”. Esta opção se justifica por este ser um tipo de contrato mais acessível e comum aos agricultores que vendem sua força de trabalho na região. Entrar formalmente no mercado de trabalho requer uma mobilização diferenciada, em termos de qualificação profissional e tempo de dedicação, sendo que para dispor deste último, a opção por abdicar do sistema produtivo já estaria tomada.

Visto de outra forma, o **custo de oportunidade** também pode ser concebido como o “**Limiar de Renovação**”, acima do qual o agricultor pode renovar todos os seus meios materiais e remunerar a sua mão de obra a preço de mercado, realizando ainda investimentos para aumentar sua capacidade de produção e produtividade. Com produtividade igual ao limiar o agricultor estará estagnado, podendo ainda manter-se produtivo e pagar sua força de trabalho, mas sem fazer novos investimentos. Abaixo deste limiar, a unidade produtiva está em crise e poderá sobreviver sacrificando um destes dois fatores: o pagamento da mão de obra familiar ou a renovação dos meios materiais.

A descapitalização do sistema em crise avança até o Nível de Reprodução Socioeconômica, ou “limiar de sobrevivência” (MAZOYER; ROUDART, 2010), abaixo do qual o sistema se torna inviável, ao menos que seja complementado e/ou subsidiado por outras rendas não-agrícolas: venda da força de trabalho; aposentadorias; rendas de transferências sociais; e/ou políticas públicas destinadas a manter esta família produzindo apenas de maneira a não migrar para a cidade ou para reverter tal situação e elevar a renda por ativo familiar.

Para um dado Sistema de produção é possível ser feita uma modelagem e estimar o comportamento da Renda por ativo familiar em função da intensidade do trabalho ( $R_{Int}/UTH_f$  x  $SAU/UTH_f$ ). Isso pode ser realizado através da separação dos elementos de receitas e de custos proporcionais à superfície agrícola, dos não proporcionais. Considerando que as receitas proporcionais às superfícies foram obtidas através do cálculo do Produto Bruto (PB) e da mesma forma os custos proporcionais através do Consumo Intermediário<sup>3</sup> (CI), sendo os custos não-proporcionais os relacionados à Depreciação anual (DEP) e Divisão do Valor Agregado (DVA)<sup>4</sup>.

A evolução linear da Renda Interna por ativo familiar ( $R_{Int}/UTH_f$ ) em função da área agrícola utilizada por cada um destes ( $SAU/UTH$ ) pode então ser representada por uma reta de tipo  $y = ax + b$  (Figura 2), onde

$$y = R_{Int}/UTH_f$$

$$a = (PB/SAU - CI/SAU)$$

$$b = (-1)(DEP+DVA)/UTH_f + REP$$

$$x = (SAU/UTH_f)$$

Desta forma tem-se uma Renda Agrícola por ativo familiar “y” para “x” unidades de superfície agrícola trabalhada por cada ativo familiar, em um dado Sistema de produção. Torna-se possível também identificar uma superfície agrícola mínima ( $S_{NRS}$ ) a ser trabalhada por cada ativo familiar para que seja alcançado o NRS, mantendo-se o mesmo Sistema de produção. Da mesma forma,  $S_{CO}$  é a superfície agrícola mínima a ser trabalhada por cada ativo familiar para que seja alcançado o Custo de Oportunidade da força de trabalho (Figura 2).

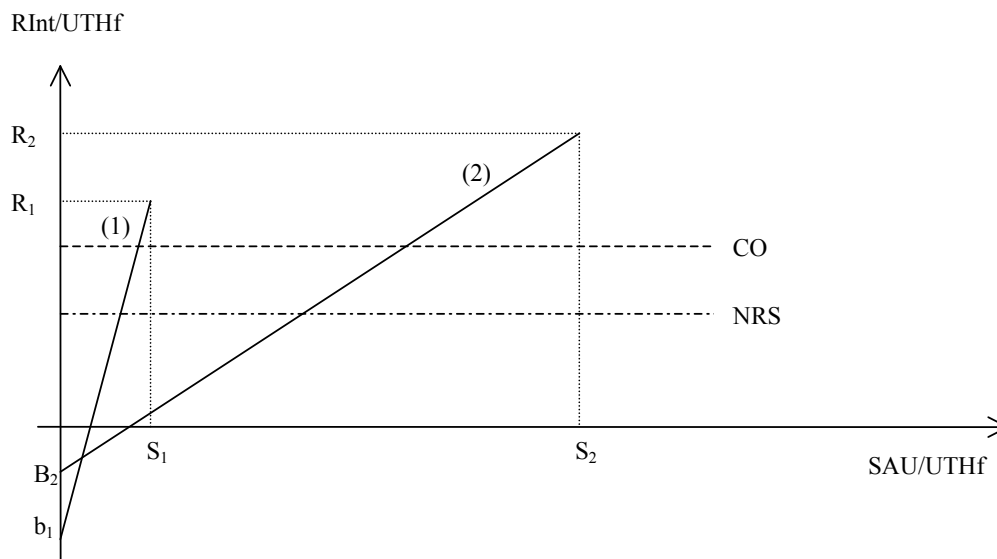
Ao estabelecer as equações lineares para cada Sistema de produção estudado, torna-se possível também realizar comparações entre os mesmos. Na Figura 3 são representados dois sistemas produtivos distintos. O primeiro (1) é mais intensivo, exige maior investimento

<sup>3</sup> O Consumo Intermediário engloba, entre outros elementos, o valor da manutenção das máquinas e equipamentos e das benfeitorias. Entende-se que este custo é também proporcional à superfície agrícola utilizada, mesmo que de forma indireta, visto que a estrutura produtiva será mais exigida e maiores serão os gastos com manutenção, quanto maiores forem as superfícies para um mesmo tipo de exploração agrícola.

<sup>4</sup> No cálculo da DVA estão incluídos os gastos com contratação de mão-de-obra externa, que é proporcional à superfície trabalhada. Como este tipo de custo é praticamente inexistente nos Sistemas de Produção atuais, foi considerado que o mesmo não é proporcional a superfície trabalhada, sendo toda a mão-de-obra ativa remunerada como mão-de-obra familiar. Dessa forma a superfície máxima a ser trabalhada fica restrita à capacidade da força de trabalho familiar e, acima disso, a mão-de-obra contratada estaria recebendo remuneração igual à familiar.

e maiores custos assumidos, mas ultrapassa o Nível de Reprodução Socioeconômica com menor área explorada por ativo familiar. O Segundo (2) é um sistema mais extensivo, onde os custos assumidos são menores e cada ativo familiar explora uma área maior ( $S_2 > S_1$ ).

**Figura 3 - Remuneração da mão de obra familiar em função da intensidade do trabalho em diferentes Sistemas de Produção**



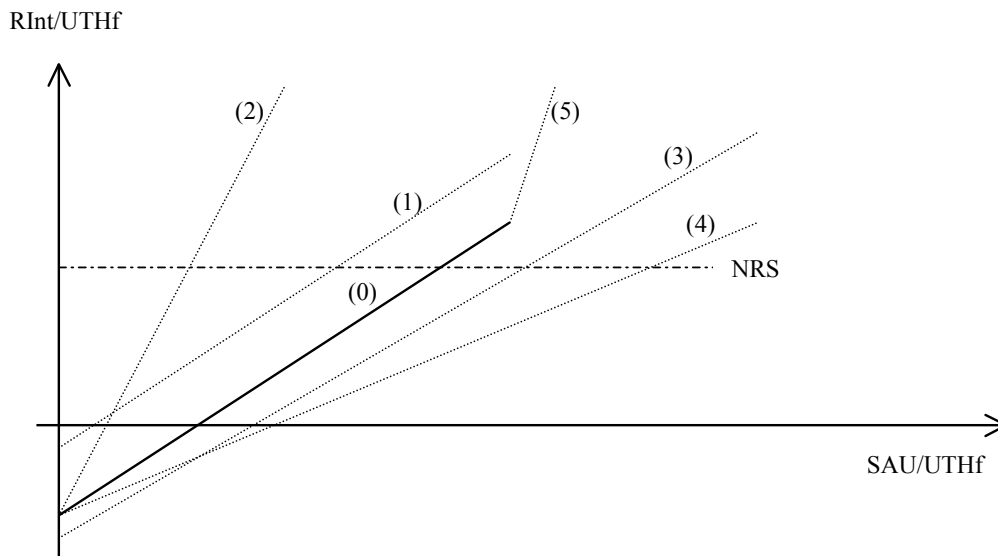
Fonte: Adaptado de Dufumier (2007)

Outra informação possível de ser extraída deste tipo de modelagem é relativa ao Grau de Externalização, pois quanto maior a inclinação da reta, maior é a diferença entre o Produto bruto e o Custo Intermediário, ou seja, maiores são as riquezas geradas com uma participação relativamente menor de agentes externos resultando assim em um menor Grau de Externalização da UPA.

Para a proposição de ações e projetos para o desenvolvimento local, no que diz respeito ao aumento da renda familiar e conseqüentemente da renda de cada ativo familiar, foram considerados os possíveis efeitos de diferentes ações, como apresentado na Figura 4.

O Sistema de produção inicial é representado pela equação (0). A equação (1) representa o efeito da compra de material em comum, ou seja, a compra de máquinas, equipamentos e benfeitorias, onde o custo da depreciação é assumido por uma quantidade maior de agricultores. O limite desta opção é a capacidade dos agricultores e seus sistemas produtivos de utilizarem os materiais coletivos de forma complementar.

**Figura 4 - Efeito de intervenções sobre os resultados econômicos**



Fonte: Adaptado de Dufumier (2007)

O aumento na intensidade de exploração pelo sistema é representado pela equação (2), onde são adotadas técnicas destinadas a elevar os rendimentos por unidade de superfície utilizada (PB/SAU) e/ou diminuir os custos proporcionais (CI/SAU). Com a intensificação eleva-se a renda por unidade de área, tendo como limite a capacidade de resposta dos recursos naturais às técnicas utilizadas.

O aumento da área utilizada por trabalhador familiar exige que venham a ser utilizados equipamentos novos (3), ou contratada mão de obra temporária em épocas de maior demanda (4). Essa alternativa também requer que existam novas áreas agrícolas disponíveis para serem utilizadas.

Incorporar ao sistema produtivo existente um novo sistema de cultivo ou de criação poderia ser uma alternativa (5), desde que esta nova atividade não concorra com o sistema existente em termos de mão de obra familiar e superfície agrícola disponível.

Por fim, o último indicador combinado, mas não menos importante, é o **Efeito da Ausência de Renda Interna** que considera o quanto a Renda Externa (RExt) teria de aumentar para manter a Renda Total no mesmo patamar, em caso de a família abdicar da Renda Interna (RInt). O Efeito da Ausência de Renda Interna é calculado da seguinte maneira:

$$EAR = ((RT/RExt) - 1) \times 100 (\%)$$

Onde:

RT = Renda Total (R\$)

RExt = Renda Externa (R\$)

Assim, na prática, o indicador busca responder para um agricultor que indaga a seguinte questão: Acaso deixar as atividades agrícolas, quanto eu teria que ganhar a mais do que eu já ganho com minhas atividades não-agrícolas?

Como no cálculo da Renda Interna são abarcados os custos de manutenção e depreciação das residências, assim como os impostos territoriais, no caso da migração para a cidade, esta família deveria ainda computar sobre a EAR os gastos que teria com a moradia em outro local (aluguel, água, luz, impostos, etc.).

## 2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no referencial teórico apresentado, o estudo realizado dividiu-se em distintos momentos: a instrumentalização teórica e observação participante; o levantamento de dados secundários através da revisão bibliográfica de estudos sobre a comunidade e sobre os sistemas agrários da região; o trabalho de campo e a sistematização, análise e discussão dos dados.

A instrumentalização teórica foi composta em parte pela revisão bibliográfica sobre a discussão teórico-metodológica relacionada à Análise de Sistemas Agrários e em parte pela revisão bibliográfica de documentos e estudos sobre a região na qual está situada a comunidade. As informações foram compiladas de maneira a realizar a reconstituição da evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários em Morro Alto (Capítulo III), complementada posteriormente com informações levantadas no decorrer do trabalho de campo.

A observação empírica se iniciou com a inserção a campo através da observação participante<sup>5</sup> enquanto metodologia de pesquisa exploratória embasada em visitas domiciliares, reuniões de diagnóstico participativo, participação em assembléias ordinárias da Associação Comunitária Rosa Osório Marques (ACROM) e em atividades sociais da

---

<sup>5</sup> A observação participante se diferencia da simples observação por exigir integração do pesquisador com o grupo pesquisado. Consiste na participação real do pesquisador que incorpora-se ao grupo e participa das atividades normais deste (LAKATOS, 2010).

comunidade. Através destas atividades foi possível definir uma pré-tipologia dos quilombolas de Morro Alto.

Os critérios utilizados para a elaboração da pré-tipologia das famílias da comunidade foram: as atividades principais do chefe de família e dos demais membros, as relações sociais e produtivas, assim como a organização do Sistema de produção, o foco de produção para geração de renda ou autoconsumo familiar, a importância econômica da atividade agrícola para o sustento familiar e a especialização produtiva e o local de residência (se no território ou fora dele).

O levantamento de dados secundários se deu principalmente com base em estudos sobre sistemas agrários realizados no litoral norte, acervos bibliográficos de particulares, documentos produzidos pelas instituições locais, universidades e Estado. Os dados levantados através das diferentes fontes foram cruzados e confrontados para permitir uma triagem das informações e apurar a qualidade das mesmas. Esta prática é conhecida como “triangulação de fontes”. Por fim os dados secundários foram comparados e revisados de acordo com os dados colhidos nas entrevistas, sendo também incorporadas novas descrições e detalhamento de fatos relevantes relatados pelos entrevistados.

Foi considerada como unidade de análise a residência familiar, seus habitantes e o espaço de terra trabalhado por estes, procurando identificar e caracterizar a relação da família nuclear com a família extensa, ou “tronco familiar”, e quais são as influências desta relação na dinâmica produtiva da unidade familiar.

As famílias estritamente nucleares se caracterizam pela organização da dinâmica familiar se dar em função do casal e filhos que habitam a residência (e eventualmente algum outro parente ou afim que ali também resida). As relações com o restante da parentela não influem diretamente nas tomadas de decisão adotadas.

Nas famílias extensas, embora as famílias nucleares vivam em residências independentes, a organização familiar e a tomada de decisão, se dá em função da relação com a parentela. Estas famílias normalmente são caracterizadas pela presença do casal ancião (avós) os quais residem com um filho e/ou neto (normalmente) solteiro, avizinados pelas residências das famílias nucleares.

A escolha de optar como unidade de análise a família nuclear se justifica, portanto, por possibilitar a inclusão na análise das famílias estritamente nucleares. Dessa forma, a proporção de famílias entre os tipos definidos se dá pela estimativa das famílias nucleares, sendo que uma mesma família extensa pode ter as famílias nucleares pertencentes a diferentes tipos.

A definição das unidades familiares que foram consultadas durante o estudo empírico, se deu com base na triangulação de informações da pré-tipologia estabelecida, da análise do banco de dados do levantamento socioeconômico (LABORS, 2006) realizado na comunidade e de visitas direcionadas a famílias específicas consideradas como “informantes-chave”.

Com base nos dados coletados nestas visitas (opinião dos interlocutores e observação do pesquisador) foi realizado o ajuste da pré-tipologia e o delineamento final da tipologia dos agricultores, sendo iniciado o trabalho de campo propriamente dito. Assim, os critérios finais para delimitação dos tipos sociais e agrupamento das famílias são apresentados a seguir.

- a) quanto à centralidade das atividades agrícolas presentes na estratégia de reprodução socioeconômica familiar: atividades agrícolas como elemento central; atividades agrícolas complementares a outras atividades não-agrícolas; atividades agrícolas para autoconsumo; e atividades agrícolas mínimas ou inexistentes;
- b) quanto à estruturação, funcionamento e manutenção do sistema produtivo: em pleno funcionamento, estruturado e com aporte de investimentos; parcialmente em funcionamento (complementaridade entre sistema de cultivo e criação deficitária) e manutenção da estrutura produtiva, sem investimento; e em desestruturação ou inexistente;
- c) quanto às interrelações dos subsistemas de cultivo e criação em nível de itinerário técnico e modos de condução, e da associação destes com atividades extrativas;
- d) quanto ao foco da atividade agrícola ser no sistema de cultivo ou de criação;
- e) quanto à busca no aumento da produtividade do trabalho com emprego de motomecanização e/ou fertilizantes solúveis;
- f) quanto aos objetivos da atividade agrícola (Comercialização/Autoconsumo) e da existência de atividades extrativistas;
- g) quanto à venda da força de trabalho dos integrantes da família, sua periodicidade (temporária/permanente) e acesso aos direitos trabalhistas (Carteira assinada/Contratação Informal);

Dentre os tipos delimitados a partir dos critérios acima expostos, se pode encontrar variações nos sistemas produtivos entre os diferentes tipos delimitados e entre famílias do



mesmo tipo social, sendo necessário assim realizar uma tipologia dos Sistemas de Produção colocados em prática pelas famílias. Os critérios para esta tipificação foram:

A amostragem das unidades produtivas foi direcionada, não-aleatória, com o objetivo de abranger a diversidade de situações socioeconômicas e produtivas na comunidade, abandonando a idéia de uma representatividade estatística. Dentro do marco metodológico proposto pela Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários este tipo de amostragem se justifica por possibilitar a análise de situações peculiares que podem trazer importantes contribuições acerca da realidade local, mesmo que não sejam estatisticamente significativas. Assim, o estudo se mostra mais interessado em abranger a diversidade, considerando e analisando também os casos peculiares, do que fixar-se nas situações hegemônicas.

O número de entrevistas não foi definido previamente, sendo considerado para esta definição o “princípio da saturação”, onde o estudo é finalizado quando não se encontram novos elementos empíricos para determinado tipo social. Com este critério foram realizadas 20 entrevistas, nas quais estavam representadas 23 famílias (três entrevistas ocorreram com a presença de dois pais/mães de família de um mesmo tipo social). As entrevistas ocorreram entre os meses de maio e novembro do ano 2011.

As entrevistas focalizadas (LAKATOS, 2010) foram semi-estruturadas com roteiro pré-elaborado, o qual serviu de norteador do diálogo conduzido na forma de conversa informal, mantendo o foco no tema de interesse central. As entrevistas foram agendadas segundo disponibilidade dos entrevistados, ou seja, quando do encontro pessoal com algum integrante da família era realizado o convite para participar da pesquisa. Foi então aguardado o retorno de concordância e agendamento da entrevista, as quais ocorreram em sua maioria na residência do entrevistado, não raro acompanhadas de um bom café quilombola.

Foram utilizados três tipos de roteiros nas 23 entrevistas, dependendo do tipo e detalhamento de informação desejada (Apêndice A). O Roteiro I foi aplicado aos quilombolas de maior idade, os anciãos que poderiam relatar fatos e trazer dados acerca da evolução e diferenciação dos sistemas agrários em Morro Alto. O Roteiro II foi aplicado a todos os entrevistados com o objetivo de identificar-se a condição socioeconômica da família e a(s) estratégias de reprodução socioeconômica adotada. Foi, da mesma forma, uma ferramenta de sondagem do histórico da UPA, das atividades agrícolas realizadas, seus objetivos, eventuais interrupções ao longo dos anos, assim como perspectivas passadas e futuras. Foi também o instrumento de sondagem do acesso aos recursos básicos de saneamento, saúde e educação, não com o objetivo de análise neste estudo, mas como identificação das condições sobre as quais se desenvolve determinado Sistema de produção e possíveis influências sobre o mesmo.

O Roteiro III foi aplicado a todas as famílias que possuem atividades agrícolas, independentemente do nível e complexidade do Sistema de produção, tendo assim sido o instrumento norteador das 18 entrevistas, compreendendo os Tipos 1, 2, 3 e 4. Este roteiro aprofundou o estudo do Sistema de produção ao nível dos itinerários técnicos, insumos e serviços de terceiros utilizados, emprego de mão de obra familiar e contratada, estrutura produtiva, financiamentos e impostos, entre outros. A partir destes dados foram gerados os indicadores e realizada a análise dos Sistemas de Produção estudados.

Os dados exclusivos à atividade extrativa da pesca, presente nas famílias do Tipo 1, foram tomados pela descrição das atividades realizadas, obtendo-se assim dados relativos a estrutura pesqueira e manutenção da mesma, insumos utilizados, quantidades capturadas, sazonalidade e espécies de peixe envolvidas, além da atividade de pesca propriamente dita, ou seja, o “itinerário da atividade pesqueira”.

Surgiram no decorrer de várias entrevistas, questões relativas ao território e ao corrente processo de regularização fundiária. Principalmente nas questões que envolvem perspectivas futuras, onde fica demonstrado o anseio das famílias sobre os resultados que pode alcançar este processo e o que poderia afetar cada família segundo seus próprios preceitos. Também foi pautado o desenvolvimento do projeto de medidas compensatórias e suas consequências tanto na comunidade como aos interesses familiares.

Como a entrevista se propunha a ser semi-estruturada e seguir um roteiro apenas enquanto instrumento norteador, estas questões foram discutidas brevemente e contextualizadas as diferenças entre cada processo. Também se teve a preocupação de delimitar as diferenças destes processos alavancados pela comunidade, com o presente estudo. Quando possível, então, era retomado o “norte” proposto pelo roteiro.

Esta situação ocorreu também para assuntos diversos, situações históricas emblemáticas, contos de causos e lendas que, inclusive, ilustraram muitas das questões históricas e socioculturais de interesse. Estas situações foram tomadas como importantes espaços lúdicos de aproximação à realidade estudada e à simbologia que marca a territorialidade daquelas famílias. Além disso, foram espaços de descontração e “descanso” até a retomada do foco da entrevista.

A Sistematização dos dados levantados foi realizada ao final do trabalho de campo e do levantamento de dados secundários. Os dados qualitativos compõem a descrição da situação socioeconômica de cada tipo social estudado, assim como os dados quantitativos foram compilados em planilha eletrônica para cálculo dos indicadores e geração dos gráficos utilizados na análise.

Através da análise e discussão dos dados em cada tipo social e comparativamente entre eles, foram delineados, ao final do estudo, proposições de ações específicas aos Sistemas de Produção e os cenários para o desenvolvimento local a partir da titulação do território quilombola de Morro Alto.

### **3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EM MORRO ALTO**

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul e mais especificamente a região de estudo pode ser considerado o corredor de entrada da Mata Atlântica ao estado. De uma paisagem que varia da planície costeira, com lagoas, campos, matas e restingas distribuídas num mosaico singular da costa brasileira, aos vales e encostas da Serra Geral, cobertos por densa vegetação, nutrida por águas cristalinas das cascatas e rios a caminho do mar, é região de complexidade ecológica e social.

Patrimônio natural da humanidade reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), a biosfera da Mata Atlântica que abrange também parte da região dos campos de cima da serra e adentra o estado pela depressão central, não somente tem importância na sua riqueza natural. De diversidade ecológica incontestável como qual em poucos lugares do planeta, a região mostra também sua importância pelo patrimônio imaterial.

Desde as primeiras populações indígenas, seu desenvolvimento e encontro com colonizadores, escravos e imigrantes, é tecida uma complexidade social que se transformou ao longo do tempo. Entender essas transformações, suas relações com o meio externo e com a realidade local, sob a perspectiva analítica dos sistemas agrários, torna-se o objetivo central deste capítulo.

#### **3.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

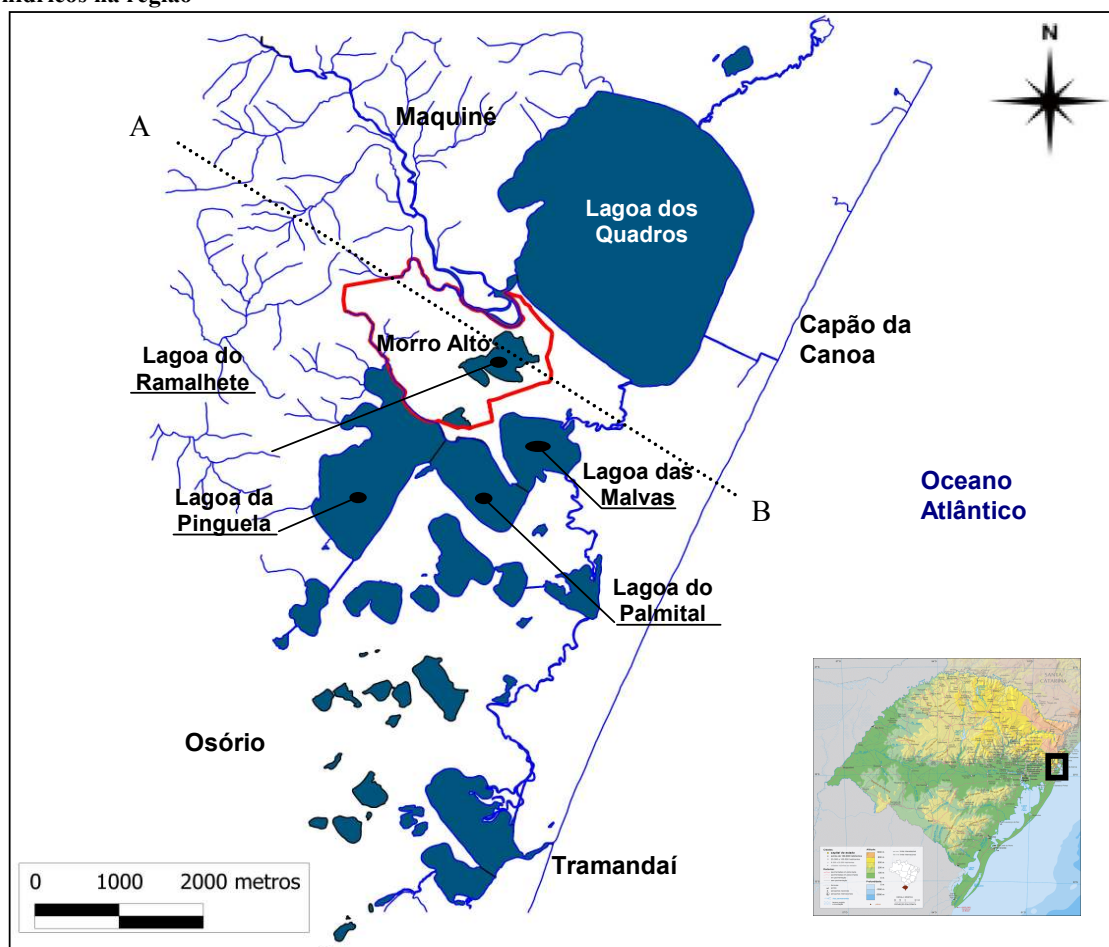
A localidade de Morro Alto é considerada distrito urbano do município de Maquiné/RS. Entretanto a região analisada neste estudo está relacionada ao território onde vivem hoje as famílias quilombolas que lutam pela regularização fundiária do território deixado em testamento por Rosa Osório Marques, senhora da sesmaria onde trabalhavam os escravos que foram agraciados no documento.

O perímetro que circunda tal território está todavia sob discussão, tendo a comunidade posições divergentes em relação ao perímetro considerado pelo INCRA em seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de março de 2011 (BRASIL, 2011). Assim, a região, ou área considerada

abrange parte dos municípios de Maquiné, Osório e Capão da Canoa<sup>6</sup>, tendo a localidade de Morro Alto como centro político da comunidade quilombola.

A região fisiográfica envolve ecossistemas da encosta inferior da Serra Geral e da Planície Costeira (Figura 5), os quais podem ser analisados como a interação de dois ambientes distintos do ponto de vista geológico e florístico, mas ecologicamente interrelacionados.

**Figura 5 - Localização do território quilombola em processo de regularização fundiária e os corpos hídricos na região**



Fonte: Adaptado de Hasenack e Weber (2010)

A formação da Serra Geral remonta ao período Cretáceo (250 milhões anos A.P.) onde existia no planeta a formação de um único e gigantesco continente, o Pangea. Onde hoje são os estados do sul, sudeste e centro-oeste brasileiro, predominava uma paisagem desértica

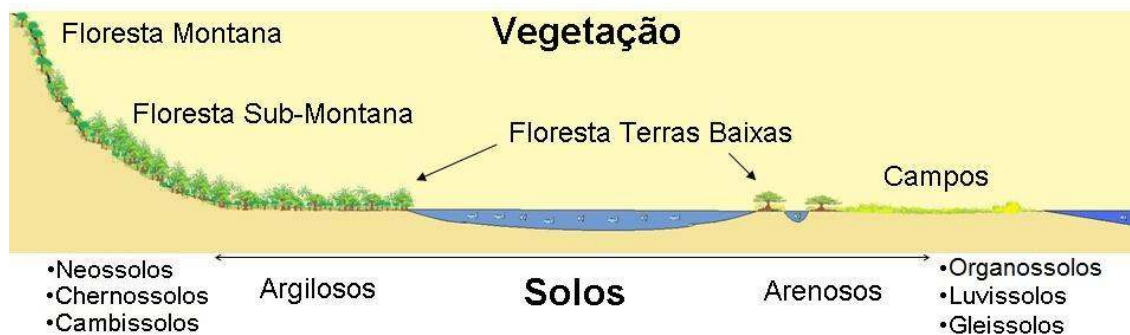
<sup>6</sup> Apesar de Capão da Canoa estar fora do perímetro reivindicado pela comunidade, muitos dos seus integrantes hoje vivem e/ou trabalham neste município, que também teve influência marcante em vários períodos da história regional e da própria comunidade.

com dunas arenosas que se estendiam por todo este território formando o que é conhecido hoje como “Deserto de Botucatu” ou “Formação Botucatu”. À Cerca de 190 milhões de anos um imenso processo vulcânico cobriu com sucessivos derramamentos basálticos todo deserto, atingindo nos pontos mais elevados um “manto basáltico” de até 1000 metros de espessura (LEINZ;AMARAL, 2001<sup>7</sup> citado por COTRIM; GARCEZ; MIGUEL, 2007, p.3).

Bem mais tarde, com a separação dos continentes e a emersão de parte da plataforma continental, seguida de sucessivas transgressões e regressões marítimas é formada a planície costeira. Esta planície é a unidade geomorfológica de formação geológica mais recente, com limites norte na barra do rio Mampituba e limite sul na barra do rio Chuí, estendendo-se desde o mar até a encosta da Serra Geral. Sua característica marcante é o relevo plano composto por um mosaico de lagunas, restingas, e campos. Próximo à praia forma-se uma cadeia de dunas com vegetação herbácea típica deste ambiente.

A Figura 6 apresenta o perfil esquemático de relevo existente na região, representado pelo corte A-B na Figura 5, em função dessas duas formações geológicas apresentadas anteriormente. Nesta mesma Figura estão indicados os solos encontrados nestes ambientes assim como a vegetação associada.

**Figura 6 - Relevo e solos associados à vegetação na região**



Fonte: dados da pesquisa

A Figura 7 apresenta imagens da paisagem formada pelo encontro das duas formações geológicas e alguns aspectos da ocupação humana.

<sup>7</sup> LEINZ, V. AMARAL, S. E. **Geologia geral**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

**Figura 7 - A paisagem composta pelo encontro das duas formações geológicas forma um ambiente singular na costa brasileira.**

	
<p>Morro Alto visto desde o Morro da Vigia: paisagem circunscrita pelo perímetro considerado como território quilombola</p>	<p>Vista do cume do Morro Alto aos aerogeradores em Osório</p>
	
<p>A paisagem que mistura campos, lagoas e a serra geral</p>	<p>Morro Alto visto desde a estrada do Cantagalo que percorre o Morro Maquiné ao Sul. As águas que se vêem são do transbordo do Rio Maquiné em função das cheias ocorridas no inverno de 2011</p>
	
<p>Estrada que cruza o faxinal do Morro Alto em direção à balsa na foz do Rio Maquiné</p>	<p>Um tarumã garante a sombra às margens da Lagoa do Ramalhete, enquanto se avista ao fundo o vale do Rio Maquiné</p>

Fonte: Fotos do autor (2011).

Os solos estão relacionados à formação geológica de onde estão localizados. Pode-se inferir a generalização de que, partindo da parte oriental da planície costeira, encontram-se solos mais pobres e arenosos (Organossolos, Luvisolos e Gleissolos) em mosaicos os quais gradualmente são sobrepostos pelos solos argilosos, provenientes da formação basáltica da Serra Geral (Neossolos, Chernossolos e Cambissolos). Esta diferenciação é percebida em função do relevo e regime de deposições fluviais (Figura 8).

A vegetação acompanha o gradiente das transformações hídricas e geológicas que ocorrem na transição destes ambientes (Figura 7). Nas regiões de altitude a vegetação corresponde a uma densa formação florestal classificada como Floresta Montana que está presente entre 400 e 1000 metros sobre o nível do mar. Acima desta, na crista da Serra Geral e em contato com os campos de cima da serra, situa-se a Floresta Alto Montana. Estas formações são também conhecidas como Floresta Ombrófila Mista.

A região é banhada pelos corpos hídricos que formam os vales da Serra Geral e que desembocam nas lagoas da planície. Estas lagoas por sua vez estão interconectadas por canais e banhados naturais (atualmente também por canais construídos para navegação), formando a bacia das malvas, que é mostrada em parte na Figura 6.

A lagoa das Malvas recebe toda a massa de águas da lagoa de Itapeva, dos Quadros, Palmital, da Pinguela, do Peixoto e Marcelino. É importante destacar os rios que vão participar dessa bacia: rio Três Forquilhas que recebe afluentes nascentes na Serra do Pinto – denominação local da Serra Geral – desembocando na lagoa Itapeva; rio Maquiné com afluentes que nascem na Serra do Umbu – outra denominação local da Serra Geral – desaguando na lagoa dos Quadros e o rio Tramandaí que, nascendo na lagoa das Malvas, torna-se o responsável pelo escoamento de toda essa massa de águas, desde a Itapeva. Esse rio, ao atingir a lagoa de Tramandaí, em seguida corre em leito profundo, tomando contato com o mar. (SILVA, 1985, p. 14)







A Floresta Ombrófila Densa, ou Floresta Submontana, reveste áreas planas até áreas acidentadas do arenito Botucatu entre 30 e 400 metros de altitude. Apresenta predominância de solos profundos nas áreas planas e baixas da zona de deposição (Chernossolos e Cambissolos) com aumento gradual da presença de rochas nos horizontes superficiais na medida em que o relevo torna-se acidentado e eleva-se a altitude (Neossolos). A vegetação exuberante apresenta árvores de até 30 metros de altura e alto epifitismo, assim como fornece alimento para uma rica fauna.

A Floresta das Terras Baixas reveste sedimentos de origem pluvial, marinha e lacustre numa faixa de 5 a 30 metros de altitude e compõe a formação das Restingas da planície costeira (Figura 8). Além da formação florestal em “capões de mato”, estas restingas são constituídas também por outros três tipos de formação vegetal: a pioneira (gramíneas de



beira de praia); a campestre (mistura de gramíneas e herbáceas) e a savânica (formadas pelas presenças de arbustos e plantas herbáceas).

**Figura 8 - A abundância de água doce na região, os campos em mosaicos com a floresta das terras baixas e as áreas cultivadas.**

	
<p>Pequena embarcação próximo à foz do Rio Maquiné</p>	<p>A presença de árvores nativas indica a ocorrência de matas onde hoje existem campos</p>
	
<p>Os campos do Borba com o Morro do Maquiné ao fundo</p>	<p>Policultivo praticado pelos quilombolas com o vale do Rio Maquiné ao fundo</p>
	
<p>Planície costeira entre a serra geral e uma pequena elevação (primeiro planto), com solos basálticos que avançam formando um mosaico com os solos arenosos de sedimentação marinha</p>	<p>Ipê amarelo ao lado de mangueira para rodeio do gado</p>

Fonte: Fotos do autor (2011).

### 3.2 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO

Nesta seção serão apresentadas as transformações históricas e a diferenciação dos sistemas agrários na região de estudo, assim como aspectos relativos a cada sistema agrário identificado ao longo da história.

A reconstituição destes sistemas e suas transformações ao longo do tempo se iniciam com o Sistema Agrário Indígena onde se procurou resgatar alguns elementos dos povos que habitavam a região desde tempos longínquos até os dias atuais, mas que predominaram com seu sistema agrário até o início do século XVII.

Com a chegada dos primeiros europeus, se iniciam fluxos tropeiros que compõem o Sistema Agrário Tropeiro por aproximadamente um século quando então é caracterizado o Sistema Agrário das Sesmarias. Com a Lei de Terras e a abolição da escravidão, a região passa por um período de transição até a chegada de imigrantes europeus no local e a consolidação da república, caracterizando o período do Sistema Agrário do Campesinato Negro, durante a transição Império-República. Em seguida é descrito o Sistema Agrário Colonial Republicano com a consolidação do Estado-Nação e, por fim, o Sistema Agrário Atual, caracterizado pelos projetos desenvolvimentistas e mudanças tecnológicas a partir da segunda metade do século XX.

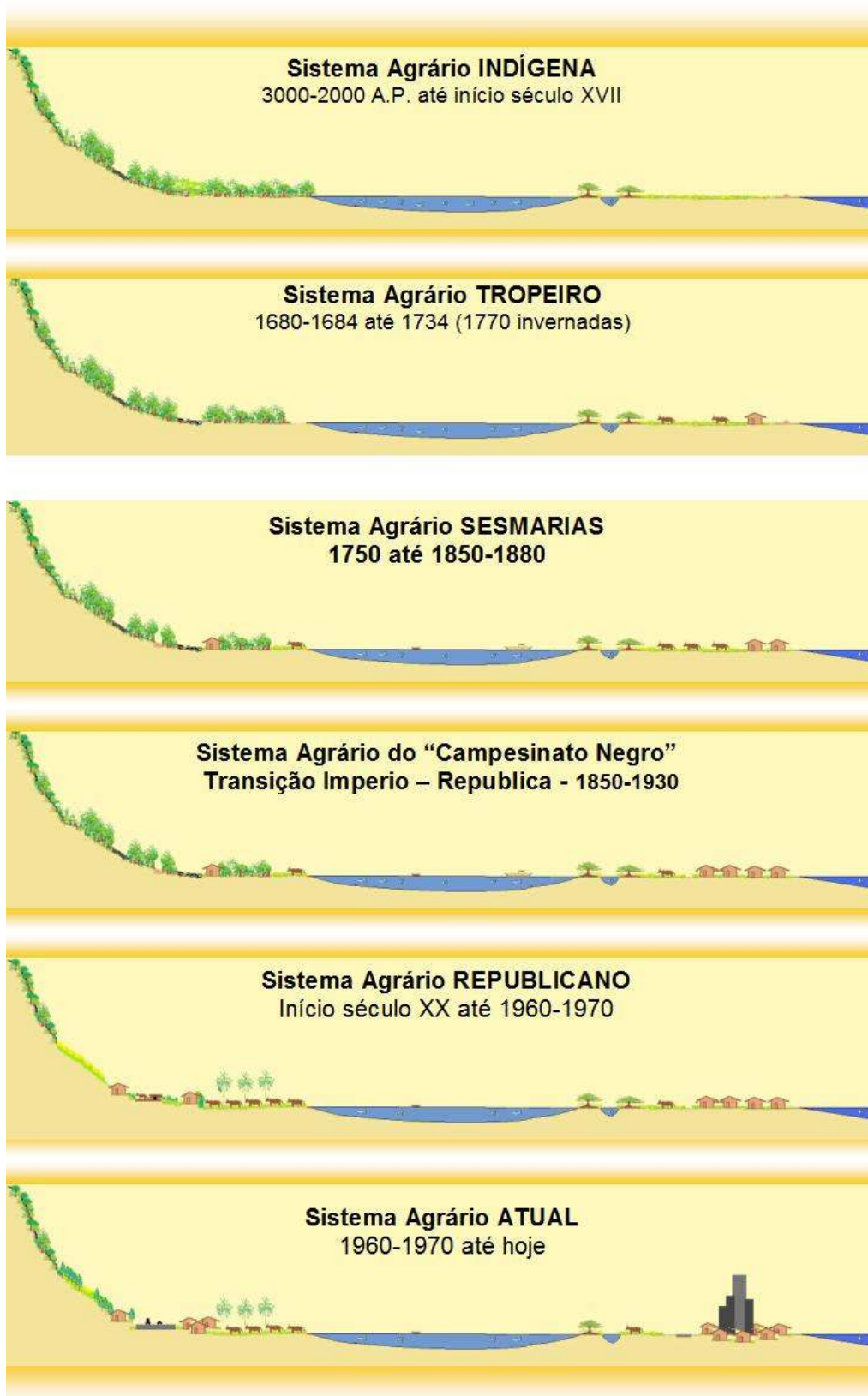
Considerando o perfil da paisagem apresentado na figura 6 e descrito ao longo da seção 3.1, a Figura 9 representa de forma esquemática a ocupação da área que compreende a faixa entre o mar e a serra geral, considerando também a utilização dos recursos naturais em cada sistema agrário identificado na região.

O quadro síntese da descrição das transformações históricas e a diferenciação dos sistemas agrário em Morro Alto é apresentado no Apêndice B.

#### 3.2.1 Sistema Agrário Indígena

A interação “homem-natureza” na região remonta de milhares de anos, com grupos caçadores e coletores que se deslocavam entre o mar e a serra geral em busca sazonal por alimentos, fibras e outros materiais. Conforme indícios arqueológicos em torno de dois ou três milhares de anos antes do presente, populações maiores começam a estabelecer-se de maneira fixa no local (ANAMA, 2000).

Figura 9 - Transformações históricas sobre o perfil geográfico regional



Fonte: dados da pesquisa

A sedentarização das populações na região não ocorreu de maneira abrupta, sendo resultado de um processo gradual e descontínuo envolvendo várias gerações, na relação com o meio, em tentativas e aprendizados, sistematização de conhecimentos incorporados na cosmovisão coletiva e intercâmbio material e de saberes com outras populações.

Alguns subsídios sobre este processo são fornecidos por Silva (1985), quando do relato sobre o manejo da vegetação nativa visando a obtenção de alimentos e fibras.

Naquelas redondezas [Palmares do Sul], há grande quantidade de butiatuvas ou butiatubas, família das palmáceas, que bem se integram ao solo arenoso e ao clima da região.

A presença de abundantes butiatuvas apenas ali, desaparecendo qualquer vestígio dessa vegetação na região circunvizinha, supõe a ocupação periódica daquela região por índios guaranis que viajavam pela orla marinha, procurando locais que lhes dessem alimento também nas proximidades das águas doces. Acampando, frequentemente, no mesmo espaço, criou-se uma vegetação característica [...] (SILVA, 1985, p 24)

Conhecidamente os palmares formados por butiazeiros são característicos da paisagem da planície costeira desde Santa Catarina até o Uruguai e não estão relacionados exclusivamente ao manejo antrópico. Entretanto, pode haver ocorrido o manejo das populações de espécies nativas, formando assim “pomares” adensados que manifestam a relação de domesticação com as espécies segundo seus preceitos cosmológicos. A este respeito existe, inclusive, extensa discussão sobre até que ponto a diversidade natural existente na região da Mata Atlântica (e outras habitadas a milhares de anos por populações humanas) não é também, ou justamente, o resultado da interação humana nestes ambientes, no adensamento de espécies, no traslado e dispersão a lugares onde antes não estavam presentes e no “enriquecimento” florístico e faunístico.

Ao passar do tempo e com influencia das migrações guaraníticas, os habitantes da região adotaram além das práticas de caça, pesca e coleta, a agricultura de coivara. Além dos grupos nômades que visitavam a região, dois grupos predominantes se encontravam no litoral, eram os Arachãs e os Carijós, ambos pertencentes à nação Guarani do tronco linguístico Tupi-Guarani. Os Arachãs habitavam o território compreendido na faixa entre a lagoa dos patos e o mar até o rio Tramandaí. Os Carijós por sua vez ocupavam a faixa entre a encosta da serra e o mar, do rio Tramandaí até o Mampituba em Torres e estendendo-se até Laguna em Santa Catarina. Dentro de cada território a divisão espacial se dava entre aldeias as quais reuniam cerca de 300 habitantes, que viviam em “choças” (casas cobertas de palha) de número variável (GERHARDT, 2002).

A divisão do trabalho era feita por idade e gênero em funções específicas. Os homens eram encarregados da construção das choças, derrubada-queimada da vegetação para plantio de roças, caça, pesca e coleta, assim como a confecção dos instrumentos de trabalho e infraestrutura (arcos, flechas, canoas, etc.). As mulheres se responsabilizavam pelo plantio e colheita da roça, preparo dos alimentos, manutenção do espaço doméstico e de seus afazeres (ANAMA, 2000).

Os instrumentos de trabalho e de utilidade para essa população eram fabricados de pedra lascada e cerâmica. Também eram utilizadas fibras naturais de espécies vegetais nativas e cultivadas, assim como a abundante madeira da região e o bambu. A Figura 10 mostra vestígios de utensílios de cerâmica utilizados pelos indígenas na planície costeira. Estes vestígios são encontrados atualmente no preparo da terra com arado de tração animal, por agricultores que vivem nas margens das lagoas da região. Tais fotografias foram feitas em agosto de 2010 na roça de um agricultor quilombola às margens da lagoa do Ramalhete.

A quantidade de fragmentos e a diversidade de usos permitem inferir que a presença das populações naquele ambiente ocorria por longos períodos ao longo do ano, se não durante todo o ano. Dentre os vestígios encontrados, os que mais chamam a atenção são aqueles confeccionados para fins funerários, o que indica o uso do local não somente como moradia.

**Figura 10 - Vestígios arqueológicos da presença de indígenas na planície costeira**



Fotos: Mônica Arnt e Gutcha Ramil Magalhães (LAE, 2011)

Além disso, associadas aos fragmentos são encontradas “manchas de terra preta de índio” também revelada pelos arados dos agricultores. Tais manchas são formadas por grande quantidade de material orgânico decomposto, e estão relacionadas aos locais de moradia onde ocorria acúmulo de resíduos orgânicos no local de descarte dos mesmos.

Da mesma forma existem vestígios de residências e cultivos na encosta e nos vales da serra. Isso leva a crer que existia um movimento pendular anual destes habitantes que no

inverno buscavam ambiente mais protegido nos morros da encosta inferior da serra do mar e onde realizavam seus cultivos. Nos meses com temperaturas mais amenas e no verão saíam à planície em busca da fartura que esta oferecia:

Verifica-se que o meio lacustre é altamente favorável nos momentos em que as frutas amadurecem e a maioria dos peixes se encontra em densos cardumes. Isso corresponde à primavera e ao verão, caracterizados por temperatura agradável e um baixo das águas. Durante o outono e o inverno, ao contrário, o clima é frio e úmido com fortes ventos que nenhuma barreira natural segura. (PROUS 1992<sup>8</sup>, p. 294 citado por COTRIM, 2007, p. 72)

Outro autor comenta sobre a diversidade ecológica da região e as possibilidades destas proporcionarem rica dieta a seus habitantes:

[...] o meio ambiente, com nichos ecológicos variados, podia oportunizar um alimentação abundante a partir da flora e da fauna disponíveis. Assim, os restos de alimentação indicam uma exploração diversificada do ambiente. A praia arenosa e o mar fornecem os peixes, mas igualmente o lobo-marinho, pinguins e baleias, além de moluscos. O mosaico de florestas e campos do interior contribui com a carne de veado campeiro. Colocava a disposição espécies medicinais, frutíferas e raízes. A zona alagadiça [...] e ainda nas margens das lagoas, banhados e cursos de água, foram caçados diversos animais, tais como a anta, o ratão do banhado etc. Em todas as áreas, aves diversas foram outros itens na alimentação. (KERN, 1991<sup>9</sup>, p.172 citado por ANAMA, 2000, p. 29)

Além da riqueza natural disponível em diferentes épocas e nichos ecológicos da região, seus habitantes também praticavam uma agricultura de coivara. Essa consistia na derrubada do mato e, após alguns meses de espera para secagem da vegetação tombada, era realizada sua queima. A rica camada de nutrientes depositados no solo proporcionava bons rendimentos das culturas em sucessão que eram introduzidas durante alguns anos, até a tomada da parcela por plantas pioneiras da regeneração natural e a queda nos rendimentos. Esta parcela era então reservada ao pousio e uma nova era preparada para o plantio.

As espécies cultivadas eram o milho, a mandioca, feijões e outras leguminosas, a batata-doce e cucurbitáceas. Também era realizado o processamento de algumas espécies com objetivo de armazenamento e para o preparo de bebidas utilizadas em rituais específicos.

Outra atividade importante eram as trocas entre aldeias dentro do grupo e aldeias de diferentes grupos. Arachãs e Carijós possuíam diferentes habilidades o que gerava uma complementaridade e motivação suficiente para empreender mecanismos de fluxo material entre os grupos. Eram envolvidos nestas transações principalmente produtos de tecelagem,

<sup>8</sup> PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

<sup>9</sup> KERN, A. et al. **Arqueologia Pré-história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

armamentos e ferramentas de trabalho, artigos marinhos, cerâmicas e pedras, que seguiam o fluxo do povoado onde eram abundantes ao que os tinham como escasso recurso.

Esta população se desenvolve através das relações territoriais de pertencimento, relações sociais, culturais e econômicas intra e entre comunidades, saber-fazer, *quando e porquê fazer*. Transformar-se em sua complexidade, de maneira gradual e extremamente integrada com o meio natural. Esse intrincado conhecimento do espaço e da ecologia local segue vivo ainda hoje nessas populações indígenas que resistem naquela região, nos usos e costumes das etnias que lá coexistem atualmente e foi de um valor inestimável aos outros grupos étnicos que vieram posteriormente a ocupar o território.

O encontro com os “homens do mar” ocorre por volta do início do século XVII, seja por motivações de doutrina religiosa, ou pela caça daqueles habitantes para venda no mercado escravista. Atividade conhecida como “preiamento”, no qual se caçavam habitantes do litoral sul-brasileiro para o cativo e comercialização, foi o primeiro grande impacto responsável pela desestruturação do modo de vida das populações que ali estavam (COTRIM, 2007). Posteriormente o fluxo de tropeiros, a apropriação do território pelo regime de sesmarias, a consolidação do estado republicano e o processo de desenvolvimento capitalista, aprofundaram a segmentação e fragilização deste sistema, pelo impedimento dessas populações ao seu livre trânsito no território e ao acesso a recursos naturais que por milhares de anos lhes foram disponíveis e pelos quais zelavam.

Não vimos gado nos campos nem encontramos nenhuma casa. Apenas deparamos um troço de prisioneiros indígenas que eram conduzidos a Torres. Entre eles havia várias mulheres, muito feias e ainda mais, sem brio. Depois da saída dos jesuítas os índios das Missões ficaram entregues aos soldados e homens corrompidos, vivendo atualmente da pilhagem, no meio das desordens da guerra, não sendo de admirar se suas mulheres não mais conheçam o pudor. O Conde de Figueira, governadores da Capitania do Rio Grande, envia os índios em questão para Torres porque tenciona aí estabelecer uma aldeia, projeto que só pode ser louvado. O Brasil precisa de braços e será melhor para o Estado ser povoado de índios do que ser um vasto deserto. Esses que se dirigem a Torres não somente poderão ser nocivos como também tendo consigo suas mulheres estarão rapidamente radicados ao país, e tornar-se-ão dentro em pouco cidadãos desta província. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 21)

Mesmo tendo sua população drasticamente reduzida e seus territórios ocupados, as populações indígenas ainda resistem à cooptação pelas culturas dominantes que se seguiram após a chegada dos europeus ao continente. Os grupos existentes atualmente se relacionam de maneira seletiva com a sociedade envolvente e mantém, com as devidas adaptações, seu sistema cosmológico, cultural e social, mantendo vivo e atualizado também o Sistema Agrário Indígena.

### 3.2.2 Sistema Agrário Tropeiro

O sistema agrário tropeiro deixa dúvidas enquanto sua distinção como sendo um sistema particular. Muito parece que na verdade seria apenas um momento de transição entre o sistema agrário indígena e o de sesmarias, ou colonial português, como alguns autores preferem considerar. Alguns destes autores englobam o período do tropeirismo dentro do que seria o sistema agrário de sesmarias, enquanto outros preferem distingui-lo como um sistema aparte. Neste estudo optou-se pela segunda opção pelo fato da região onde se localiza a comunidade quilombola de Morro Alto possuir referências históricas e culturais relativas ao fluxo tropeiro, sendo inclusive o “mito de origem” do lugar em que muitas famílias residem, ou reivindicam através do processo de regularização fundiária.

O período do tropeirismo foi um momento em que havia poucos habitantes na região do litoral norte. A desestruturação do sistema social indígena pela caça e captura dos mesmos para o comércio escravocrata e o abandono da região dos que não foram capturados, tornou aquela área hostil e desabitada.

Em 1680 é criada a Colônia de Sacramento às margens do Rio da Prata com objetivo da Coroa Portuguesa escoar a prata extraída das minas de Potosí, atualmente território boliviano. Pouco depois, em 1684, é fundada Laguna para dar suporte à Colônia de Sacramento e conectar a mesma ao centro da colônia, que hoje corresponde ao norte de São Paulo, Minas Gerais e sul do Rio de Janeiro (Estrada Real que liga Paraty/RJ a Ouro Preto/MG).

A partir de então a faixa litorânea da planície costeira deixa de ser frequentada apenas por padres jesuítas, por caçadores de índios e soldados do exército, passando a ser rota de tropeiros cuja atividade era levar gado da Colônia de São Pedro do Rio Grande até Sorocaba em São Paulo, passando por Laguna em Santa Catarina.

Este movimento “pré-colonialista” na região<sup>10</sup> proporcionou a chegada e o estabelecimento de novas populações. Os tropeiros, também chamados de lagunenses eram um tipo formado pela miscigenação entre lusos, brasileiros, negros, índios e mamelucos (COTRIM, 2007).

---

<sup>10</sup> Refere-se aqui ao período como “pré-colonialista” específico à região, visto que em outras regiões do país, como no sudeste e mesmo no próprio estado do RS, já havia um sistema colonial consolidado e em ascensão. Este mesmo sistema colonial foi o responsável pelos fluxos tropeiros que passam a influenciar a região de estudo por um período de quase um século, até a concessão das primeiras sesmarias naquelas áreas.



A Figura 11 apresenta os caminhos tropeiros do longo trajeto que ligava a Colônia de Sacramento a Laguna, e que utilizou por mais de meio século a “Rota do Litoral”. Silva (1985) descreve a “Estrada da Laguna” no sentido norte-sul:

O trajeto era a costa litorânea desde Laguna, atravessando o rio Mampituba que desemboca no mar. Depois de Torres, a estrada da Laguna abandonava a praia que possuía terreno de difícil trânsito. Optaram pelos campos, por entre as lagoas e o mar, procurando bons locais para a pousada, pasto para o gado e bons abrigos para os homens e animais que faziam aquela jornada. (SILVA, 1985; p. 14)

No longo percurso pela costa do que hoje é o litoral do Rio Grande do Sul, eram exigidas várias paradas em locais estratégicos. Estes locais deveriam possuir principalmente duas características complementares: áreas de pastagens para descanso e recomposição dos animais e que as mesmas deveriam estar providas de barreiras naturais que possibilitassem o confinamento dos animais durante o período.

Assim foram formando-se as primeiras invernadas naquela região. Nestes locais também se fazia a captura e se produzia a carne seca de peixe, a qual era vendida aos viajantes para sua alimentação ao longo do percurso. As invernadas, por motivar pessoas a viver na região e pela necessidade de alimentar aos viajantes, proporcionaram então a criação de uma economia local, baseada neste fluxo tropeiro, assim como uma agropecuária embrionária que veio a consolidar-se com a concessão das sesmarias.

A partir de 1732 ocorreu uma transformação regional com a constituição da primeira sesmaria do Rio Grande do Sul, dotada a Manuel Gonçalves Ribeiro sua localização era onde atualmente se encontra Tramandaí. Outro fator de mudança na dinâmica regional foi a abertura de um novo caminho tropeiro em 1738. Passando pelos campos de Viamão em direção ao litoral, na altura da “Guarda Velha” (hoje o município de Santo Antônio da Patrulha), o novo caminho subia a serra pelo vale do rio Rolante e encontrava a “estrada geral dos tropeiros” em Lages-SC (Figura 11). Essa nova rota fez diminuir consideravelmente o fluxo de pessoas pela região, muito embora a prática das invernadas permanecesse na planície costeira até 1770.

Figura 11 - Caminhos tropeiros em território da Coroa Portuguesa



Fonte: Adaptado de Silva, 1985.

Mesmo deixando de existir o fluxo tropeiro tal qual descrito, que percorria uma grande distância em função da geopolítica da coroa portuguesa, seguiu-se na região um intenso fluxo de “tropeirismo regional” até meados do século XX. Estes grupos de tropeiros transportavam mercadorias e animais vivos (principalmente suínos e aves) e produtos agropecuários entre as regiões serranas e Conceição do Arroio, atual município de Osório.

### 3.2.3 Sistema Agrário das Sesmarias

*O qué que o sinhô deixou pro negro? A estrada! O negro veio de lá, vamo a dizê, preso de lá, vendido. O negro era vendido... aqui... ainda marcavam o negro [...] eu sou neto de escravo, a minha vó, a minha vó memo, a bisavó minha é de Moçambique, de Moçambique a minha bisavó é de lá. Então eles compraram essa, essa... ela veio da donde ela apeió, esse sinhô veio, comprava não é, ele compraram, esse home comprou essa, essa...essa mãe, essa... é o nome dela é Inácia da Conceição. A Inácia da Conceição a minha bisavó. Então quando eles compraram ela, eles registraram a minha bisavó Inácia da Conceição Marque. Marques, eles registraram, era... comprô e registrô como boi [...] eles registraram que nem criação, o nego era registrado assim [...] compraram e veio prali pra sanzala, então ela teve quatro filinho, todas elas registradas [...] Tereza da Conceição Marques, Felisberta da Conceição Marques, Maria Sibirina da Conceição Marques [...] Memena, todas elas registradas [...] Mereço, Sabastião, o Frasa. Um cara que a sempre a minha vó falou, que este homem não sei se ele morreu ou não deixou filho nem nada, um Carique, o nome dum cara que veio com eles, com essa minha gente da minha avó era Carique [...] esse parece que era um prantadori, ele prantava, ele que prantava banana, prantava taquara, o serviço dele era aquele, ele prantava. Eles era tudo, toda essa gente foi criada trabaiando no Morro Arto, aquela fazenda do Morro Arto, naquele tempo Morro Arto era fazenda [...] não era tapado<sup>11</sup>, era tudo aberto, sinhô, tudo. A fazenda do Morro Arto ela sai lá de Três Forquilhas ela vai em São Franscisco, [...] que ela divêde lá, e depois ela vai fazer divisa em Viamão, por a serra em Viamão, ela vai dividir em Viamão a Fazenda do Morro Arto.<sup>12</sup>*

A partir de meados do século XVIII o sistema de concessão de sesmarias passa a estabelecer-se na região trazendo consigo gradualmente novos elementos que irão compor a sociedade local. Tal regime irá expandir-se até 1822 com o fim da concessão de sesmarias e verá sua desestruturação parcial<sup>13</sup> com a Lei de Terras de 1850 e a Lei Áurea de 1888.

O período colonial em regime de sesmarias trouxe mudanças profundas na região na medida em que impôs um sistema fundiário de grandes propriedades privadas, baseado no trabalho escravo e com relações econômicas voltadas a mercados centrais, principalmente de carne bovina e aguardente.

<sup>11</sup> A expressão “tapado” está relacionada ao cercamento das áreas e o surgimento da propriedade privada sobre a terra. Uma área “tapada” é uma área cercada que alguém “tapou” e assim apropriou-se da área por possuir algum tipo de vantagem nas relações de poder (econômico, político, institucional, etc.). Muitos quilombolas hoje vivem em terras que seus pais ou avós compraram de terceiros, possuidores dos “papéis” que lhes concebiam a propriedade da área.

<sup>12</sup> Entrevista realizada em novembro de 2011, com Manoel Francisco Antônio, Seu Manoel Chico como é conhecido, na ocasião com 96 anos de idade, presidente de honra da ACROM, em sua residência na cidade de Osório/RS. Seu Manoel Chico até hoje cultiva com enxada e pés descalços uma pequena roça no pé do Morro Alto, onde moram seus filhos, netos e bisnetos. De igual forma mantém uma pequena roça e criação de galinhas em sua residência de Osório.

<sup>13</sup> Prefere-se caracterizar como uma desestruturação parcial do sistema colonialista de sesmarias porque tais leis não foram concebidas com o intuito de provocar mudanças na estrutura social, mas sim para “atualizar” um sistema que, já por demais desgastado, prescindia de uma renovação que mantivesse as bases da estrutura social vigente.

O processo de “latifundização” que ocorreu de maneira generalizada pela concessão das sesmarias, não deixou de ser exacerbado no litoral norte, chegando ao ponto de praticamente toda esta região pertencer a um único dono:

Em 1766 as quatro grandes sesmarias da costa nordeste do Rio Grande do Sul unificaram-se por compra. Constituiu-se, assim, o maior latifúndio jamais aqui formado, uma propriedade de uns 60 Km de comprimento que se espichava desde o atual Município de Imbé até o nosso Morro da Itapeva. [...] Sua sede tornou-se um dos pousos mais importantes para quem viajava pelo litoral, por situar-se a meio caminho entre as Guardas de Torres e de Tramandaí. Ali acamparam, por exemplo, os milhares de homens que sucessivamente vieram ao sul para combater os espanhóis. Provavelmente [o proprietário] Manoel Bento não chegou a morar nessa sede, deixando-a por conta dos escravos. (PALOMBINI et al., 1999<sup>14</sup>, p.58 citado por ANAMA, 2000, p. 33).

Não somente ex-tropeiros, mestiços e índios, mas somando-se a estes que já habitavam a região, as migrações de açorianos desde os campos de Viamão, de lagunenses e paulistas vindos do norte, e de um contingente de africanos trazidos como mão de obra escrava, irão compor as relações com intrincada complexidade étnica.

Muito embora seja verdadeiro que existia uma produção voltada a um mercado “externo<sup>15</sup>”, o que teve suas consequências regionais, também é verdade que existia neste período importantes sistemas econômicos locais de produção, consumo e comercialização de produtos oriundos de uma população camponesa, associada às grandes “estâncias” escravocratas.

O sistema produtivo “latiminifundista” (MAZOYER; ROUDART, 2010) pode ser distinguido em um sistema voltado ao mercado externo e outro ao mercado regional e de subsistência. Estes dois sistemas estavam interrelacionados e eram interdependentes, na medida em que os mesmos agricultores camponeses (escravos ou livres) trabalhavam nas estâncias patronais, onde a produção era “exportada” a outras regiões, e em tempo complementar produziam alimentos e fibras para sua subsistência com excedentes para o mercado regional.

A cana-de-açúcar já estava presente na economia estancieira na região naquele período, seu cultivo e transformação, principalmente em aguardente e açúcar, eram realizados majoritariamente com mão de obra escrava. A produção de farinha de mandioca igualmente foi importante:

---

<sup>14</sup> PALOMBINI et al. A inserção da “casa de telhas” na história do litoral gaúcho. P. 53-59. In: ELY, N. H. BARROSO, V. L. M. (org.). **Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha**: Terra de Areia. Porto Alegre: Edições EST, 1999

<sup>15</sup> Refere-se a um mercado para fora da região, nacional, mercantilizado e voltado ao centro da colônia, hoje região sudeste brasileira.

Também atafonas e alambiques constam dentre as benfeitorias de propriedade desta família [família Marques, inventários do século XVIII], tendo as primeiras como finalidade o processamento da farinha e as segundas a produção de aguardente. Estendiam-se por todo o território da fazenda do Morro Alto equipamentos destinados ao processamento da cana-de-açúcar ou de farinha de mandioca [...] (BARCELLOS et al., 2004, p.62)

Os agricultores escravos ou livres<sup>16</sup> mantinham uma lógica camponesa<sup>17</sup> de relação com o meio e com a sociedade envolvente, inclusive com seus senhores, por meio da “brecha camponesa<sup>18</sup>”.

Tal mecanismo consistia na cedência de gleba de terras por parte do senhor aos seus escravos e ex-escravos para que ali cultivassem, inibindo fugas e contribuindo com uma imagem de “bom senhor” por propiciar, dentre outros fatores, a fixação da família em uma “ilusão de propriedade” (MULLER, 2006). Além disso, a brecha era capaz de proporcionar uma economia familiar que diminuísse a assistência senhoril (como a compra de roupas e produção de alimentos p. e.). Esta economia permanecia sob controle do senhor que era o principal comprador dos excedentes, sendo que os produtos camponeses alcançavam mercados mais amplos através da mediação deste.

Assim, ao mesmo tempo em que moviam uma pequena e controlada economia local, estes camponeses prestavam serviços aos estancieiros no cultivo e processamento da cana-de-açúcar e na criação do gado. Esta última se dava no lado oriental das lagoas, campos fartos em pastagens de boa qualidade forrageira e com limites naturais à circulação dos animais (lagoas, rios e canais naturais). Os cultivos agrícolas, de subsistência e da cana, assim como a maioria das moradias, se localizavam no lado ocidental, próximos a encosta da serra geral, região de floresta que não se prestava à criação extensiva de gado, mas com solos férteis e melhores condições para o estabelecimento de moradias por ser mais protegida dos ventos do litoral.

---

<sup>16</sup> Escravos fugidos ou libertos que viviam aquilombados ou em glebas cedidas, ou mesmo outros camponeses não-escravizados.

<sup>17</sup> Entende-se neste estudo que a lógica camponesa está estreitamente associada à condição camponesa definida por Ploeg (2008) onde suas características fundamentais são “a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relação de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro [...] Dependendo da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não-agrícola [...]” (PLOEG, 2008, p. 40).

<sup>18</sup> Conceito criado pelo historiador Tadeusz Lepkowski e desenvolvido por Sidney Mintz em estudos sobre o escravismo no Caribe, sendo também discutido por diversos pesquisadores da escravidão no Brasil, entre eles Slenes (1999), Cardoso (1982) e Muller (2005, 2006).

Assim relatado por Saint-Hilaire em sua última viagem ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1820 e 1821:

Por esse negro fiquei sabendo que o patrão tinha residência principal e plantações do outro lado do lago não tendo este sítio outra utilidade além da manutenção dos animais criados nas pastagens vizinhas. Parece mesmo pertencer todos os agricultores do distrito, os quais plantam na margem ocidental do lago, coberta de mata, deixando os animais na margem de cá, onde as pastagens são muito boas. [...] A principal cultura da outra margem do lago é a mandioca, mas existem também roças de milho e feijão. A cana-de-açúcar aí medra bem, tendo o proprietário do sítio, onde devo pernoitar, hoje, ao que parece, grandes plantações destinadas ao fabrico da aguardente. Vi alguns algodoeiros ao redor das choupanas onde pousei ontem e ante-ontem. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 20)

Nesta época a agricultura de subsistência seguia sendo a agricultura de coivara, entretanto já havia a introdução da tração animal leve, voltada principalmente para o transporte de pessoas e mercadorias, mas também no preparo do solo. Saint-Hilaire descreve em outro trecho mais detalhes do sistema agrário em questão:

Ao redor viam-se varias carroças; aos lados, laranjeiras, currais e algumas casas de negros. [...] A cultura dominante nas cercanias é a da mandioca, segundo me informou meu hospedeiro. Cultiva-se também o trigo que dá na relação de 10 a 30 por um. A terra é lavrada a arado e semeada a mão. Na Serra, onde a terra é argilosa e os ventos são menos violentos podem ser plantadas a bananeira e a cana-de-açúcar, mas tais culturas não prosperam bem aqui, convindo notar que mesmo na Serra somente após 3 anos a cana-de-açúcar pode ser cortada. Todavia ela dá soca duas vezes, o que parece, de algum modo, compensador. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 23)

É no final desse período que as lagoas começam a ser utilizadas com maior intensidade para fins de transporte local, limitando-se aos perímetros das mesmas, ou através dos rios e canais naturais que as conectavam. O grande fluxo de transporte lacustre se dará, entretanto, algumas décadas mais tarde, já em finais do século XIX.

### 3.2.4 Sistema Agrário do Campesinato Negro - a Transição Império-República

*“[...] Deixo para todos meus escravos, digo, ex-escravos e ex-escravas cento e oitenta e quatro braças de terras de matos que possuo na fazenda do Morro Alto, separadamente entre eles para darem uso e fruto passando destes a seus filhos e daqueles pela mesma forma sem que possam vender ou permutar [...]”<sup>19</sup>*

<sup>19</sup> Inventário de Rosa Osório Marques, Auto 108, Março 5, Cartório de Órfãos e Ausentes de Viamão, 1888 – APERS. (BARCELLOS et al., 2004, p. 95)

A Lei de Terras em 1850 e a Lei Áurea de 1888 trazem mudanças mesmo que não o suficiente para uma reestruturação da sociedade, do sistema fundiário e das relações de poder. A primeira lei vai dificultar o acesso a terras para a população já desfavorecida, pois no prenúncio da segunda, é necessário assegurar mão de obra para as estâncias impedindo a migração em busca de terras devolutas.

Na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, no Brasil foi criada a propriedade da terra e em seguida os escravos tornaram-se trabalhadores livres. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista. Permaneceu a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra. (FERNANDES, 1993, p. 2)

O sistema agrário definido como campesinato negro neste trabalho ultrapassa os limites temporais do final da abolição até meados do século XX quando a região em que viviam os ex-escravos, quilombolas e mestiços, sofre influência da migração de novas etnias e de políticas de modernização do estado brasileiro. Este campesinato remonta aos períodos iniciais das concessões das sesmarias e a chegada dos escravos africanos para suprir a demanda de trabalho. A agricultura de subsistência é inerente às populações humanas que possuem algum grau de fixação geográfica e não seria diferente na propriedade escravista.

Também é verdade que ainda hoje, mesmo sob influências históricas de opressão e falta de incentivos, são encontradas naquela região lógicas camponesas de atuação que transformaram suas práticas numa dinâmica adaptação frente as força externas. Tais práticas carregam um pouco de cada período histórico, na mestiçagem de conhecimentos e de sangue.

O período de meados do século XIX até as décadas de 1930 e 1940 remete-se a um momento histórico de um novo sistema legal e da instituição do estado republicano, onde cativos e libertos se vêem num limbo entre a desconsideração das instâncias jurídicas na titulação e reconhecimento de suas terras herdadas por testamento, dos estancieiros patronais e das dinâmicas sociais locais.

É assim que por mais de meio século a comunidade negra de Morro Alto viveu um sistema fundamentado nas relações de parentesco e reciprocidade com o entorno, complementado com a venda da força de trabalho e de excedentes de sua produção, interagindo com o meio externo de maneira seletiva e baseada em lógica própria<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> A este respeito utiliza-se o termo de “permeabilidade seletiva”, proposto por Eliane Cantarino e aplicado por Muller (2005) à realidade da comunidade negra de Morro Alto.

No período pós-abolição os libertos que queriam permanecer na região deveriam manter relações cordiais com seus ex-senhores, pois era arriscado abdicar dos sistemas de proteção dados por estas boas relações. Além disso, a troca de favores era de interesse tanto dos senhores como dos ex-escravos por trazer vantagens relativas a cada parte, não somente materiais ou profissionais, mas também relações de reciprocidade, de afeto, confiança, ou mesmo de parentesco.

Um estudo na região encontrou documentos interessantes a este respeito e é interessante reproduzir aqui enquanto elemento ilustrativo: a carta de Ana Osório Nunes, esposa de Pascoal Osório Marques que por sua vez era Irmão de Rosa Osório Marques, ex-senhora de Manuel Inácio Marques, a quem está dirigida a carta<sup>21</sup>.

Manoel Inácio

Esta tem por fim levar a teu conhecimento que quando te entreguei essa propriedade para tomares conta acha-se esse engenho com duas em prensa e todos os seus pertences em bom estado para trabalhar, ora muito bem, tu fazias trezentos a quatrocentos alqueires de farinha por ano, aí acabaste as em prensa, eu precisei de uma, tu tinhas a obrigação de comprar ou fazer para me entregar, e o mais tudo que aí deixei: por isso quando havia muitos pretendentes para ir aí, eu dei preferência a ti, porque era pra aguentar essa fazenda e não para estragar, por isso tudo que for se acabando tu tem a obrigação de fazer de novo e arrumar no seu lugar, porque estragas com o teu serviço. Como é que agora precisando de uma empresa que tu acabastes em fazer farinha para criar crioulas me manda pedir 20\$000 para compustura da empresa, isso eu não te pago nem um mil-réis, se quiseres saber quem tem razão, mostra essa carta a qualquer homem de entendimento para tu ver a quem ele dá razão, o Bernardo está pagando arrendamento do sertão, no entanto as compusturas é feito a custo dele, só esse engenho além de ser dos órfãos é o único que não paga arrendamento.

Ana O. Nunes

(Abaixo, escrito a lápis: José Francisco Pastorino deve a Manoel Inácio 13\$000).  
(BARCELLOS et al., 2004, p. 472).

Segundo o estudo, supostamente essa carta foi escrita no final do século XIX ou nos primeiros anos do século XX e mostra a proximidade da relação entre ambos. O que fica também registrado nesta carta é a relação de parceria que ocorria entre ex-senhores e ex-escravos e que, em outras situações, também se davam em níveis econômicos formais através do arrendamento de “atafonas” ou outros meios de produção. A presença da atafona na região nos revela a prática de produzir e beneficiar a mandioca para o consumo familiar e venda de excedente.

Além dos cultivos de subsistência e da venda da força de trabalho, a pesca artesanal, a caça e a coleta seguiam sendo atividades importantes no sustento das famílias. O “morro” era local do extrativismo, da madeira, da coleta de plantas e das roças de coivara. Estas roças

---

<sup>21</sup> Carta do fundo particular de Aurora Inácia Marques da Silva, neta de Manuel Inácio.



eram instaladas e cultivadas com trabalho coletivo, o “Pixurú”, que consistia em “mutirões” para derrubada do mato na ocasião de instalação de uma nova parcela. O relato de dois interlocutores sobre o sistema do Pixurú e o plantio na coivara elucidada:

- *Todo mundo ajudava não tinha nada de pagar [...]*
- *É o que eu ouço eles [os mais velhos] falar, tu tinha a tua roça pra fazer e nós tudo se reunia e vamo lá ajudar a ti, depois eu ia fazer a minha e aquela turma que te ajudou ia fazer a minha, era assim [...]*
- *Tinha mato para derrubar, a cinquenta, sessenta anos atrás tinha muito mato [...]*
- *Coivara! Eles diziam que era coivara. Foi aonde a mãe falou que o pai dela, meu vô, plantava de saraquá o milho nas coivara.*
- *É porque não tinha... tinha muita pedra [...]*
- *Saraquá, tu sabe o que é saraquá? [...] é um pau de madeira com uma ponta de ferro pra cravar no chão [...] daí pegava um bocó, né, um bocó do lado com a semente dentro, jogava os grãozinho lá dentro.*
- *Jogava direitinho lá dentro [...] meu pai plantava 15 kilos de milho no meio daquelas lenha.*
- *No meio da coivara, porque a coivara ficava com árvore inteira, naquele tempo não tinha motosserra, era só machado né e foice. (Entrevista realizada em maio de 2011)*

Existem também relatos na região sobre a fartura de animais que existiam naquele ambiente, assim como o conhecimento sobre plantas nativas proveniente da interação com as populações indígenas que permaneciam vivendo nas redondezas e por muitas se miscigenavam. Outro relato, de Manoel Francisco Antônio, Seu Manuel Chico, 96 anos, sobre a agricultura de coivara e o posterior problema do desmatamento também elucidada

*Eu fui criado dentro da agricultura, então o falecido pai, nós botava uma roça de... vamo botá uma roça de... uma coivara, naquele tempo, sabe coivara? Era coivara, não era roça, era coivara, no mato... mato, que nem aquele lá [aponta para o Morro da Borússia, em Osório, coberto pela floresta] [...] 3 kilo de milho, queimava a roça, arrumava, botava fogo, queimava, plantava com um pau fincado [...] naquele tempo era botado dois grão, três grãozinho e vá plantar... em cada buraco [...] oitenta, o dado da agricultura mesmo é de mínimo que tem que prantar de distância é oitenta centímetros... pra não abafar. E o feijão também tem que ser ralo... o feijão uns 40, 50. Então a gente ia lá, naquele tempo era mato que não tinha vento, hoje derrubô tudo, disvarssô, o vento não deixa produzir mais... era revessa, prantava lá no meio do mato, prantava lá no meio do mato. Aí a pranta vem [...] prantava no cedo [...] prantava 3 kilo de milho, naquele tempo não se vendia mercadoria, plantava o feijão, prantava o milho, prantava o aipim, a batata, o trigo... essa a... fava..., tudo se prantava naquele tempo na agricultura. (entrevista realizada em novembro de 2011)*

O processo de benzedura, existente até hoje para diversos fins, naquele tempo e até pouco tempo atrás também era utilizado para curar os males na agricultura de coivara:

*[...] e não dava bicho naquela época, não sei por que isso, não dava bicho. Tu plantava abóbora, tu colhia abóbora no inverno. Tu tirava dum ano pro outro a abóbora. E agora tu vê, sai da roça ali ó, a metade bichou ali... nem bem maduro o bicho já colhe... fura tudo [...] o que dava era a lagarta na roça, aí tinha os*

*benzedor: tu fazia simpatia, benzia, a lagarta sumia... Tudo embora! [...] na minha época também, tinha os benzedor aqui, tinha o João Júlio aí, tinha a Maria Júlia e... ia pra lá com uma água e uma coisa e benzia e ia tudo embora [...] benzia a roça, deixava um canto, né. benzia a roça e deixava um canto. Benzia três... tem o véio Idalino benzia três canto e deixava um canto pro bicho sair... (Entrevista realizada em maio de 2011)*

O meio de transporte local se dava por caminhos de terra em veículos de tração animal. Nesta época já existia ligação terrestre entre Conceição do Arroio e a Colônia Marquez do Herval, atual Barra do Ouro, distrito do município de (SILVA, 1985).

Em 1847 já se tinha notícias que se utilizavam também as lagoas como meio de transporte intra-regional, desde a lagoa de Itapeva em Torres até a lagoa da Pinguela no atual município de Osório. Este transporte se dava em pequenos barcos a vela e utilizava os canais naturais que conectam estas lagoas. A partir daí a carga era levada por carroças puxadas por cinco a seis juntas de bois que atravessavam os campos de Conceição do Arroio (Osório), Santo Antônio da Patrulha, chegando até Porto Alegre (SILVA, 1985).

Outra via de traslado de produtos era por cima da serra através de caminhos que passavam por São Francisco de Paula, São Leopoldo, Dois Irmãos e Porto Alegre, que, em bom tempo se percorria em quatro a cinco dias de viagem. Mais tarde, por volta do ano 1908 a rota até a capital passou a ser por via terrestre até Palmares do Sul e de lá novamente por via lacustre até Porto Alegre. (SILVA, 1985)

Nesta época já existiam, além dos barcos a vela, barcos com motor movido a querosene e motores a vapor. Também começaram a ser instalados terminais telegráficos que entre 1914 e 1915 já totalizavam sete pontos na região da lagoa da Pinguela. Seguiram as melhorias no transporte lacustre local, sendo que em 1920 a construção de canais ligou a lagoa da Pinguela à vila de Conceição do Arroio. Em 1922 era inaugurada a via férrea que ligava a vila até Palmares do Sul. O percurso de 54 quilômetros antes percorrido em dois ou três dias, agora ficara reduzido a três horas (SILVA, 1985).

As mercadorias transportadas revelam o que era produzido na região que, além da aguardente dos alambiques, estavam relacionados à produção familiar de pequena escala, como o feijão, a banana, milho, farinha de mandioca, madeira, banha entre outros. Em 1926 havia vários portos entre Torres e Conceição do Arroio sendo dois deles localizado na região de interesse: o porto da Cachoeira, à margem do rio Águas Paradas, atual rio Maquiné e também o porto às margens da lagoa da Pinguela onde hoje se localiza o distrito de Aguapés, município de Osório. Dentre os produtos que por ali passavam se destacam além dos anteriormente citados, também o café e o arroz. (SILVA, 1985)

### 3.2.5 Sistema Agrário Republicano

A partir das primeiras décadas do século XX as melhorias e a intensificação do transporte lacustre valorizam as terras baixas da planície costeira, então ocupadas por negros e mestiços desde o período das sesmarias. Com o fim daquele sistema essas terras não tiveram valor aos descendentes dos antigos senhores e foram deixadas “por conta” dos que ali permaneceram esquecidos.

É neste período também que a colonização européia, já consolidada na região dos vales da serra geral, passa a emigrar à planície costeira. Somado a isso, a chegada de novos imigrantes vindos de Santa Catarina e de Porto Alegre para viver na região formam um novo contexto social e econômico. Este novo contexto, entretanto, não irá modificar a estrutura fundiária das grandes fazendas, herança de quase 200 anos e que permanece ainda hoje.

Em 1941 se inicia o transporte rodoviário de mercadorias com veículos de motores a combustão, de maneira ainda insipiente devido à escassez de combustível em função da II Guerra Mundial. Entretanto este meio de transporte iria tornar-se hegemônico na região já na década seguinte.

Os produtos exportados através dos portos lacustres e registrados pelo Sistema de Transporte Porto Alegre Torres (STPT) nos dá uma idéia do que era produzido na região (em ordem decrescente de tonelagem): Arroz beneficiado; Arroz com casca; Açúcar moído; Adubo; Aguardente, Bebidas, Farinha de mandioca; Feijão; Milho; Madeira; etc.

Em 1958 por problemas administrativos e outros que vinham se acumulando ao longo do tempo (eventos de seca, naufrágios, etc.), somado à política nacional de incentivo à utilização de combustíveis derivados do petróleo e à indústria automobilística nacional, o transporte lacustre é desativado oficialmente. A linha férrea iria funcionar até final do ano de 1960. (SILVA, 1985).

Um relato de agricultor, na ocasião com 55 anos, sobre a navegação na Lagoa dos Quadros para transporte da produção, do que hoje faz parte do município de Maquiné até Capão da Canoa, ilustra o sistema de transporte que estava por desaparecer:

*Tinha uma época que nós éramos pequeno... tinha que uns 12 anos acho.. 10 anos. Ele [seu pai] tinha uma canoa que ele levava, era porco, era galinha, era lenha, era feijão... pra Capão daí [...] pela lagoa, ai lá em capão tinha o falecido Dorgélo que era o carroceiro deles, tinha uma carreta [de tração animal], duas rodas, que levava as mercadorias para eles entregar lá em Capão. (Entrevista realizada em julho de 2011)*

Outros relatos dão conta também que estes produtos eram transportados com carro-de-boi a Capão da Canoa, por caminho onde hoje se situa a ERS-407, desde a localidade de Morro Alto e também do Faxinal do Morro Alto. Outros ramais do sistema de transporte lacustre que estava por desaparecer dão conta das trocas entre a localidade onde hoje é o distrito dos Aguapés até Osório, ao sul e até Torres, ao norte. Fluxos até a “Barra do João Pedro” na divisa dos municípios de Maquiné e Capão da Canoa também ocorriam por via terrestre e desta localidade então despachadas por barcos.

No momento em que colapsa o sistema de transporte lacustre, a região já se encontra saturada, sem meios eficientes de transportar sua produção que já vinha sofrendo competição nos mercados a que se destinava e sendo ameaçada por produtos vindos de outras regiões.

De encontro às mudanças no sistema de transportes, vem a crise do sistema de coivara, o qual vinha sendo praticado desde os habitantes nativos a mais de três séculos, e que entra agora em colapso pela super exploração dos ambientes, associada à diminuição dos períodos de pousio que levou a extinção de praticamente toda a cobertura florestal nativa. Seu Manoel Chico, neto de escravo e quilombola mais antigo ainda vivo em Morro Alto relata sobre a paisagem:

*Nós se criamos tudo lá em cima do morro [...] lá nós tinha casa [...] era tudo mato, era mato virge lá, lá em cima, o Morro Arto ninguém vai me dizer pra mim que o Morro Arto, saía lá da barra do João Pedro, só tinha daquele campo, do campo, da entrada ali do campo ali, dali pra cá até o Morro Arto, do Morro Arto até Osório era mato [...] os dois lados [da rodovia BR-101] era tudo mato, foi tudo desmatado.*  
(Entrevista realizada em novembro de 2011)

Outro quilombola de 70 anos confirma o desmatamento da encosta dos morros basálticos para instalação de roças e enfatiza o atual estágio de regeneração:

*Se tu deixar o mato, ligeiro tá mato mesmo. Nós temos lá mato virgem, que tu jura que é mato que nunca foi tocado... e tem trinta anos no máximo. Era tudo [desmatado], até lá embaixo no pé da serra... você vai lá e você não acredita que aquilo foi roça algum dia... é tudo madeira grossa mesmo* (Entrevista realizada em novembro de 2011).

Um quadro de degradação ambiental, crise no sistema de transporte lacustre e crise no sistema da agricultura de coivara. Somam-se a isso as políticas públicas de modernização do país, a consolidação do processo de industrialização por substituição das importações que absorvia a mão de obra camponesa, agora liberada e migrante devido às transformações no contexto rural: a modernização da agricultura, impulsionada também com políticas públicas com este fim. A continuação da revolução agrícola e a revolução dos transportes

aprofundarão, inevitavelmente, os impactos e as transformações nas dinâmicas sociais até a atualidade.

### **3.2.6 Sistema Agrário Atual**

Nesta seção se procura fazer um sobrevôo do sistema agrário atual de maneira generalizada, sem necessariamente a participação direta ou indireta dos quilombolas. Mais adiante, ao adentrar e analisar os Sistemas de Produção das famílias quilombolas será visto que muitas vezes seus sistemas se articulam com outros, pela venda da força de trabalho por parte dos quilombolas, ou mesmo o cultivo por estes de terras alheias no sistema de “parceria”.







Muitos são os motivos pelos quais os Sistemas de Produção se transformam ao longo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Na região em estudo, foram identificados os principais fatores de diferenciação das estratégias familiares de reprodução socioeconômica, cada qual em um dado momento histórico e provocando distintas reações em cada família: os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas associado ao aumento do custo de oportunidade, devido a maior oferta e melhor remuneração dos salários; ao aumento da necessidade de investimentos no sistema produtivo para manter-se competitivo (máquinas e equipamentos cada vez mais custosos, insumos e tecnologias especializadas); as restrições por parte da legislação ambiental e sanitária, que dificultaram a criação e comercialização da produção (principalmente a animal); condições de trabalho inadequadas devido a precária infraestrutura produtiva (equipamentos e máquinas que aumentem a produtividade do trabalho e diminuam os esforços); acesso a terra (localização, condições de solo, relevo) e aos mercados (estradas, infraestrutura de transporte e políticas públicas) também contribuíram nesta diferenciação.

Com a alteração do sistema de transporte e a nova dinâmica de circulação regional, a construção e posterior pavimentação da BR-101, valorizou as terras por onde cruzou. Pouco tempo antes e por um período muito grande, a lógica de comunicação com outras regiões estava voltada às lagoas. De forma extremamente rápida toda atenção se volta à estrada de rodagem, reconfigurando o sistema de transporte, de circulação de bens e serviços e o acesso *a e de* mercados.

A paisagem exuberante fez despertar seu valor turístico, e junto a ele, a especulação imobiliária. Fazendas ou sítios de lazer com boas casas de gramados e jardins cercados, hoje são comuns naquele espaço. Além disso, a extração de areia, basalto e o estabelecimento de

algumas indústrias também contribuem à “pressão fundiária” em torno do complexo rodoviário ali instalado (Figura 12).

**Figura 12 - Abundância de recursos naturais aumentaram a pressão fundiária e agora podem ser um grande aliado no desenvolvimento local a partir das perspectivas dos quilombolas.**

	
<p>A beleza paisagística completa os olhares sempre que se avança sobre o Morro. Ao fundo a encosta da serra em Osório e a lagoa da Pinguela, vistas desde o pé da “chapada” do Morro Alto.</p>	<p>Os campos da planície ainda estão sob domínio de grandes proprietários e são um grande potencial para a produção de bovinos, ovinos e equinos, assim como a produção vegetal a partir do estabelecimento de quebra-ventos.</p>
	
<p>A margem da Lagoa da Pinguela e o Morro da Vigia (pico) ao fundo: local que foi “comprado” de uma senhora quilombola por quantia irrisória, com cédulas de baixo valor monetário.</p>	<p>Cascatas são encontradas nas trilhas da encosta da serra e evidenciam mais um elemento do potencial turístico do território</p>
	
<p>A palmeira Juçara se regenerando no interior da mata apesar da pressão de corte pela extração ilegal do palmito. Além desta, são inúmeras as espécies da mata atlântica com potencial utilização e geração de renda</p>	<p>A extração mineral de basalto na encosta e de areia na planície são atividades que crescem muito atualmente dentro do território quilombola. Com a titulação esta exploração pode ser administrada pela comunidade de maneira a manter a maior parte da riqueza gerada entre os quilombolas</p>

Fonte: Fotos do autor (2011)

A valorização das terras para usos diversos traz uma importante mudança nas unidades de produção das famílias que historicamente habitavam o lugar: a redução das áreas chegou a tal ponto que algumas famílias quilombolas perderam qualquer possibilidade de produção agrícola, tornando-se hoje os “Trabalhadores rurais” para os que ali permaneceram, ou “Quilombolas Urbanos” no caso dos que dali migraram.

A perda das áreas em posse dos quilombolas se deu por diversos meios, pela venda a preços irrisórios, avanço das cercas “pela força” e/ou devido ao desconhecimento das formas legais de manutenção da propriedade.

*[...] e deu o papel velho, a escritura, a tal da escritura, que eles sempre dão aquelas escrituras, né, o meu pai pega e leva lá para o Valério lê, que era compadre dele, o Valério lê, o Valério guardar, porque a casa não era boa pra guardar [...] e ele pega e leva lá, o Valério prende o papel lá [...] não quis dá mais o papel pro meu pai, e aí aquele tempo, né, aquele tempo é coisa muito séria [...] aí ficaram naquela brigaçada por causa desse pedaço de terra aqui e era aqui [onde hoje existe uma mina de extração de areia] era as nossas roças [...] porque a mãe sempre plantava uma malha de feijão antes... que ela plantava e nos finados, esse mês aqui, antes dos finados já tinha vagem pra comer. E ela plantou uma malha aqui porque dava feijão que a terra era forte e eles pegaram e largaram os gados deles em cima do feijão. Feijão já em ponto de colher eles largaram os gado em cima dos feijão. Foram pra justiça e a justiça ainda mandou, obrigou a minha mãe e o meu pai dar a metade dos feijão pra eles. E era assim, aqui era assim... e nunca mais recadou o tal do papel. Aí foi como ficamos sem nada aqui, sem terra nenhuma pra plantar...*  
(Entrevista realizada em novembro de 2011)

Relatos que hoje não remetem somente ao passado, mas que acontecem atualmente e a olhos vistos, através de pressões jurídicas e “vendas” feitas com total desconhecimento dos valores de troca monetária<sup>22</sup>.

Mas não somente a redução das áreas provocou mudanças nos Sistemas de Produção e nas estratégias de reprodução socioeconômicas das famílias. Os ganhos de produtividade devido às tecnologias industriais aplicadas à agricultura (a jusante e a montante do processo produtivo) e a “Revolução dos Transportes” (MAZOYER; ROUDART, 2010) também colocou em contato realidades muito distintas e em competição agriculturas e mercados com desenvolvimento muito diferenciados.

<sup>22</sup> Durante a pesquisa de campo foram relatados também casos de tentativas de tomada de terras através de processo na comarca de Osório, sendo o mesmo interrompido por instância jurídica superior, pelo fato de tal processo incidir sobre “terras quilombolas”. Com relação à venda de terras por desconhecimento dos valores de troca, existe o caso da compra de área às margens da Lagoa da Pinguela (Figura 12), onde o comprador pagou com uma mala cheia de dinheiro à senhora que lhe vendeu a área. O fato é que tal mala estava repleta com notas de baixo valor monetário, sendo que o montante não alcançaria comprar a porta do avarandado da casa que o sujeito agora constrói no local sob protesto dos parentes e vizinhos da referida senhora.

[...] paralelamente à revolução agrícola [moto-mecanização e quimificação], a revolução dos transportes expandiu e colocou em concorrência todas as agriculturas do mundo. Assim, as agriculturas manuais pouco produtivas, majoritárias nos países em desenvolvimento, viram-se confrontadas, cada uma com os baixos preços dos cereais e dos outros produtos agrícolas de base provenientes das agriculturas mais desenvolvidas. E, com o tempo, foram submetidas a uma forte queda tendencial dos preços agrícolas em termos reais, uma redução que resulta dos ganhos de produtividades incessantes devido à continuação da revolução agrícola. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 492).

A crise no sistema de coivara e a baixa dos preços dos produtos agrícolas já motivaram as gerações anteriores a buscar trabalhos assalariados, na cidade ou nos arrozais de Palmares do Sul, conforme relato da professora aposentada, na ocasião com 67 anos de idade:

*[...] como eles eram moço [seus irmãos], né, eles trabalhavam, eles ajudavam a trabalhar na roça e o pai ele saía pra granja pra cortar arroz. Naquela época, né, eles saíam pra fora... Palmares... eles iam com uma turma, que eles tinham granja fora, eles iam trabalhavam fora pra poder sustentar as famílias, né. Lá cortavam o arroz, eles ganhavam dinheiro naquela época! Paravam um mês, dois meses, depois vinham em casa pra poder trazer o dinheiro pra... pra... pagar conta no caso... a gente plantava milho, feijão, batata, aipim, colhia banana [...] trigo [...] nós plantava lá em cima no morro, quase na chapada do morro, tinha roça té quase a chapada do morro [...] aí depois começou a BR-101, né, aí o meu pai também depois não trabalhou mais na granja, ficamos só na roça e ali a gente colhia e plantava. (Entrevista realizada em junho de 2011)*

Os numerosos moinhos de farinha de milho e de trigo, as atafonas para fabrico da farinha de mandioca e engenhos de cana-de-açúcar para fazer o “açúcar de lata” que existiam na região passam a minguar pela falta de matéria-prima: a produção agropecuária de base já não é mais interessante enquanto produto de troca.

Para manterem-se na agricultura as famílias tiveram que adaptar-se ao contexto e inserir-se nas cadeias agroindustriais que surgiram na região. Foram muitos os agricultores que plantaram cana para venda à Açúcar Gaúcho SA (AGASA), localizada no município de Santo Antônio da Patrulha, às margens da BR-290 (rodovia que liga Porto Alegre a Osório). Outros tantos que produziram leite enquanto houve a “linha” do caminhão da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), desativada mais tarde por falta da produção mínima exigida pela cooperativa para manter o recolhimento do leite.

O motivo da falta (ou diminuição) da produção do leite pode estar no fracasso da cana, onde uma desilusão levou a outra:

*A AGASA na época ela faliu um monte de gente, de pequenos agricultores como se diz hoje. Por exemplo, ali teve gente que só não perdeu as terras porque tinham, eles fizeram... receberam financiamento e compraram boi pra puxar cana, compraram vacas de leite, eles tiveram que vender e entregar tudo porque a cana eles... engoliram tudo. (Entrevista realizada em novembro de 2011).*



As decepções com estes projetos podem ser caracterizadas como um momento importante na diferenciação dos sistemas produtivos familiares: novamente famílias de agricultores deslocam as atividades agrícolas do centro da estratégia de reprodução socioeconômica. Outras, no entanto, mais uma vez, reorganizam seus sistemas produtivos com vistas a manter a atividade. Estas irão permanecer até hoje no cultivo da banana, entre outros motivos, pela relativa autonomia deste cultivo com relação aos agentes externos:

*[...] depois o pai já trocou [a cana] pela banana né, que era uma coisa mais fácil de trabalhar e não dava tanto trabalho, né... porque a cana de açúcar o pessoal trabalhava só pra AGASA mesmo, pro banco, tirava o financiamento no banco, pagava pra AGASA e o juro tava sempre correndo na frente [...] pra plantar a cana, daí vinha adubo, o uréia, vinha diversas coisas né... naquele tempo vinha o preço muito alto, tirava intermédio do Banco do Brasil né [...] e era uma coisa que tinha que plantar e já tinha que plantar com o adubo [...] já botava a muda junto com o adubo ali pra poder produzir, né. [...] Já a banana não... a banana se planta ela, quer dizer, se adubar ela vai melhor, senão adubar daí vai também né. (Entrevista realizada em junho de 2011)*

Após a crise no sistema de coivara que não permitiu mais a manutenção do sistema agrário baseado nesta prática, na maior parte das áreas de encosta dentro do perímetro do território quilombola, ocorreu um forte processo de abandono do manejo agrícola e aquela paisagem da agricultura de coivara dá lugar a paisagem de uma mata em regeneração já bastante exuberante.

Por outro lado, muitas são as ofertas de trabalhos não-agrícolas que aumentam a pressão sobre os Sistemas de Produção agrícolas. A extração de pedras do basalto que forma o Morro Alto tem aumentado e tornado-se uma atrativa fonte de renda assalariada aos habitantes locais. A própria empreiteira que constrói estradas (agora a duplicação da BR-101) é abrigo para mão de obra e também responsável pela dispersão dessa população para outros rincões do país. Os empregos temporários na época de “veraneio” (dezembro a fevereiro) fazem grande parte dos quilombolas deslocarem-se ao litoral. Muitas vezes é essa atividade que torna possível a compra ou manutenção de algum equipamento agrícola mais oneroso e que irá fazer frente às demandas do trabalho agrícola no restante do ano.

Os dados do relatório final do Levantamento Socioeconômico e Cadastramento da Comunidade Quilombola de Morro Alto - Maquiné/Osório – RS (LABORS, 2006), mostram que somente 9,8% dos moradores do Quilombo do Morro Alto declararam a agricultura como principal atividade. Outros 3% declararam ter renda com trabalho agrícola assalariado (temporário ou permanente), somando-se assim 12,8% dos moradores com renda relacionada a atividades agropecuárias. Se analisados os dados brutos daquele levantamento, verifica-se

que das 193 famílias que vivem no território, 53 famílias possuem ao menos um integrante desenvolvendo atividade agrícola. Com efeito, considerando a composição da renda familiar, 16% das famílias possuem na atividade agrícola sua principal forma de obtenção de renda e em 11% das famílias a atividade agrícola está presente como um dos componentes da renda familiar. Portanto, tem-se que 27% das famílias desenvolvem algum tipo de atividade agrícola visando à geração de renda, além daquelas que tem somente uma renda agrícola de autoconsumo.

O referido estudo corrobora com a tendência de evolução dos sistemas agrários na região e aproxima a comunidade quilombola da realidade hoje bastante discutida sobre as relações dos espaços rurais e urbanos: um definido *em relação* ao outro e a consequente impossibilidade de se identificar um limite claro entre os mesmos. O rural deixando de ser entendido como sinônimo de agrário, na medida em que engloba uma diversidade enorme de atividades multisetoriais, passa a ser abordado através de perspectivas “territoriais”, “sistêmicas”, “institucionais”, “políticas”, entre outras, as quais possibilitam uma análise mais ampla desta relação.

Os “habitantes rurais”, sobretudo quando da proximidade geográfica a centros urbanos importantes, como é o caso da comunidade quilombola de Morro Alto, irão desenvolver atividades não-agrícolas no sentido de complementarem seus ingressos e fortalecer, inclusive, seus sistemas produtivos. O “ir para a cidade” ou “ter um emprego fora” não é algo fixo e irreversível, mas algo dinâmico e consequência de uma série de ponderações e decisões familiares relacionadas à sua reprodução socioeconômica.

Isso não quer dizer, portanto, que a agricultura perde sua função, pois mesmo não tendo sua produção comercializada, ela segue responsável por boa parte da composição da renda, quando evita a compra de uma série de produtos alimentícios. Além disso, a manutenção de atividades agrícolas incide sobre aspectos relacionados à segurança alimentar e autonomia familiar, assim como à reprodução social e cultural, inerentes à relação com o meio natural e aos costumes alimentares.

A questão da urbanização do entorno do território quilombola, o complexo rodoviário instalado e a especulação imobiliária, não são em si os motivos da diminuição das atividades agrícolas, mas sim a combinação destes com uma série de outros fatores da estrutura social e agrária, assim como a conjuntura do desenvolvimento agrário mundial que coloca em crise a “agricultura tradicional” menos produtiva. A crise é também oportunidade e novas possibilidades vêm sendo trilhadas pela comunidade de Morro.

**Figura 13 - Cana, banana e criação animal marcaram a agricultura local no atual sistema agrário e ainda são os principais produtos agrícolas de troca da agricultura dos quilombolas.**

	
<p>Áreas de cultivos na encosta da serra geral onde são produzido principalmente o milho e a cana que servirão de forragem aos animais do sistema de criação</p>	<p>A produção é transportada em carro de boi até o local de criação dos animais, onde a falta de áreas de campo exige a complementação por esta forragem...</p>
	
<p>...que é colhida e transportada duas a três vezes por semana, desde a encosta do morro até o campo que restou à família quilombola</p>	<p>Outro agricultor apresenta as condições de acesso à encosta do morro onde são criados alguns bovinos e onde encontra-se o bananal</p>
	
<p>Vencendo a estrada de acesso chega-se às áreas de pasto, em primeiro plano, que divisa com o bananal. Ao fundo o topo do morro com a vegetação nativa.</p>	<p>Vista dos campos desde o bananal que eleva-se duzentos metros sobre a planície que a menos de meio século pertencia à família, que dedicava-se a bovinocultura leiteira</p>

Fonte: Fotos do Autor (2011)

## 4 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

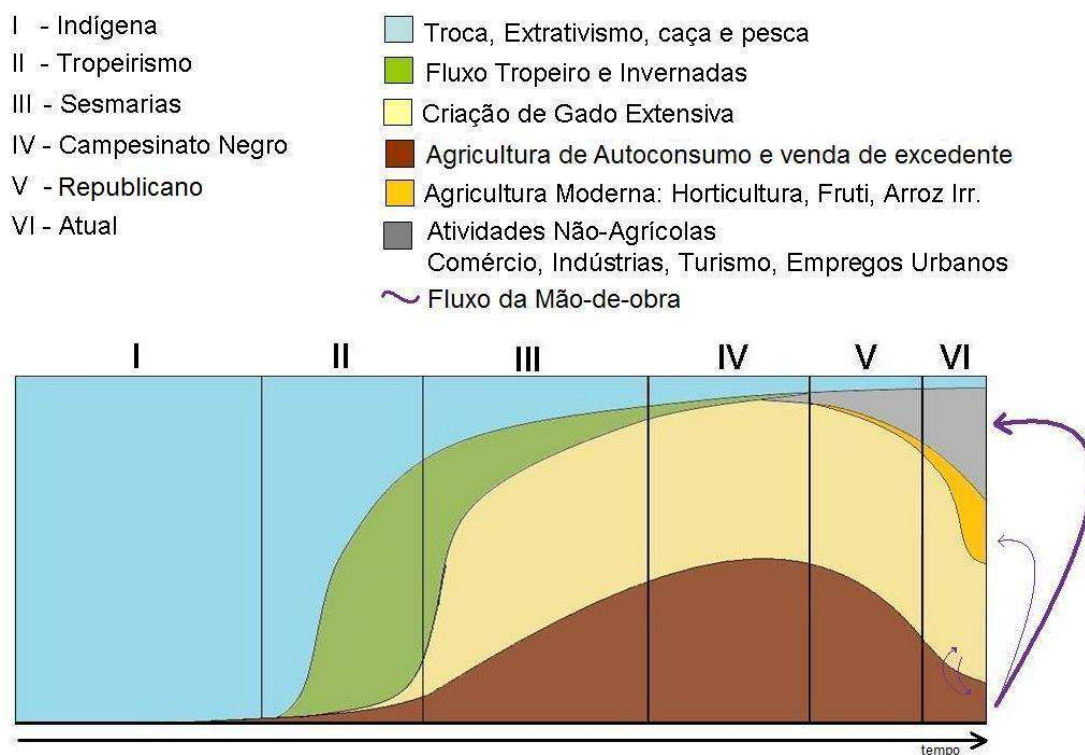
No Capítulo anterior foram analisados os sistemas agrários que se desenvolveram ao longo da história regional visando a construção de uma base teórica sobre a qual se pretende assentar a descrição dos Sistemas de Produção praticados pelas famílias quilombolas. Sistemas estes inseridos no atual sistema agrário, que por sua vez, como veremos, comporta elementos de toda a história regional.

### 4.1 ATIVIDADES PRODUTIVAS AO LONGO DA HISTÓRIA E A COMUNIDADE QUILOMBOLA HOJE

Cada sistema agrário fornece condições ao subsequente, de maneira a incorporar ou reorganizar padrões, visando atingir um novo estado de equilíbrio dinâmico. Um determinado sistema agrário não deixa de existir abruptamente para dar lugar ao outro, senão que se transforma em parte, mantendo-se também ao longo do tempo até os dias atuais. Desta forma é que são encontrados na região hoje, Sistemas de Produção organizados e articulados segundo o contexto de sistemas agrários anteriores, através de estruturas transpassadas historicamente entre os mesmos.

A Figura 14 ilustra as diferentes atividades desenvolvidas no território quilombola ao longo da história, onde ocorre uma forte redução nas atividades agrícolas como um todo, principalmente a partir do Sistema Agrário Republicano, com o avanço das atividades agrícolas “modernas” e das atividades não-agrícolas, notadamente em detrimento da agricultura de Autoconsumo e venda de excedentes. Também uma pequena parte dos campos de criação de gado extensiva sofre redução pelo destino destas áreas à olericultura e/ou agricultura mecanizada e ao estabelecimento de Sítios de Lazer.

**Figura 14 - Importância relativa das atividades produtivas ao longo da história regional**



Fonte: dados da pesquisa

No contexto atual, a partir da evolução das atividades produtivas ilustradas na Figura 14, é possível caracterizar de maneira geral, três grandes grupos ou tipos sociais que desenvolvem os diferentes Sistemas de Produção Agrícola encontrados no Sistema Agrário Atual:

- a) O Sistema Patronal de Criação Extensiva de Gado de Corte;
- b) o Sistema Familiar-Empresarial de Olericultura Especializada; e
- c) a Agricultura Familiar Pluriativa;

Os reflexos da diferenciação e diversificação das atividades expressa na Figura 14 podem ser visualizados na Figura 15 que apresenta o mapa do uso atual do solo dentro do perímetro considerado pelo INCRA no processo de regularização fundiária. Note-se a grande área de “vegetação antropizada” proveniente do abandono da agricultura de coivara na encosta basáltica em detrimento da pequena área de “lavouras”. Chamam a atenção também as áreas de mineração, e as grandes áreas propícias para a atividade pecuária e de arroz irrigado.

O sistema patronal de criação extensiva de gado de corte é o que ocupa a maior superfície das terras baixas, caracterizada pela pouca utilização de mão-de-obra, propriedades

relativamente grandes e baixa articulação com a população circunvizinha. Em alguns casos estas áreas fazem rotação com plantações de arroz, muito embora esta última não seja praticada pelo proprietário, sendo então a área arrendada a terceiros.

A produção de arroz irrigado é altamente especializada e requer forte imobilização de capital em máquinas e insumos, além do saber-fazer inerente a este Sistema de Cultivo. Normalmente tal atividade é praticada por arrendatários vindos do estado de Santa Catarina, que utilizam determinada parcela por alguns anos (normalmente um ou dois, podendo chegar a até três) e retornam ao proprietário que segue com a criação animal.

O Sistema de produção da Olericultura Especializada é também altamente especializado e intensivo no uso da moto-mecanização, quimificação e de irrigação. Uma agricultura familiar capitalizada e em processo de acumulação, com gestão empresarial que visa à obtenção de lucro sobre o capital investido, empregadora de mão de obra assalariada e que acessa as políticas públicas destinadas a ela<sup>23</sup>.

Em alguns casos ocorre o arrendamento de terras propícias a este tipo de atividade em outras regiões, pois nos períodos de verão as temperaturas no litoral são demasiadamente elevadas para o cultivo de plantas olerícolas. Para contornar esta situação, alguns produtores deste grupo arrendam terras nos campos de cima da serra, município de São Francisco de Paula, local com temperaturas mais amenas, que possibilitam manter a produtividade em níveis satisfatórios.

Estes sistemas produzem sob condições de alta rotatividade de produtos que são vendidos principalmente em centros de distribuição de alimentos na capital, serra gaúcha e no interior do estado. Desta forma, é possível que um pé de alface seja transportado a Porto Alegre durante a madrugada e no mesmo dia volte ao estabelecimento vizinho de onde foi produzido, em Maquiné ou Osório, para ser comercializado ao consumidor final.

Por ser altamente competitiva, a atividade exclui uma grande parte dos agricultores que não possuem terra e/ou capital inicial para estruturar tal sistema (sistema de irrigação, moto-mecanização, caminhão para transporte, etc.). Além disso, a lógica de gestão e de trabalho desestimula outros agricultores a se aventurarem enquanto “produtores”. Esta atividade exige relativa intensidade de mão de obra e acaba por ser a principal fonte de assalariamento agrícola.

---

<sup>23</sup> Algumas famílias deste grupo de agricultores tornaram-se um impasse ao processo de regularização fundiária do território quilombola de Morro Alto, por ser uma agricultura familiar especializada, consumidora de insumos e que possui financiamentos de máquinas e implementos pelo “PRONAF - Mais Alimentos”. Esta situação, entretanto, não pode ser generalizada a todo o território e abrange um número limitado de famílias, como visto na introdução deste estudo.

Por fim pode-se destacar o terceiro grande grupo, de uma agricultura familiar mais ou menos integrada ao mercado local e com variável nível de diversificação da renda através de atividades não-agrícolas. Seus Sistemas de Produção objetivam a remuneração da mão de obra familiar, com produção diversificada para o autoconsumo e especializada para a comercialização: banana, cana para forragem animal, boi gordo, leite e/ou queijo, etc.. A Renda Agrícola atinge proporções variadas na composição da renda familiar, entretanto a remuneração da mão de obra familiar alcança, quando muito, o nível de renovação da base produtiva material ( $RA/UTHf \leq NRS$ ).

Este grupo de agricultores normalmente possui um pátio bastante diversificado, pequena área de roça destinada ao trato animal e ao autoconsumo familiar, algumas vacas de leite cujo produto eventualmente é comercializado *in natura* ou como queijo a vizinhos. Ainda pode haver alguma parcela destinada ao cultivo da banana, residual e sem manejo, ou em expansão e como principal atividade familiar, que em alguns casos pode ser a principal fonte de renda familiar.





A respeito deste sistema é interessante ressaltar que em praticamente todas as situações são exercidas atividades não-agrícolas por pelo menos um integrante da família, como forma de complementação da renda familiar e integração social. Estas atividades são realizadas de forma permanente ou sazonal, sendo esta última, maiormente relacionada ao turismo no litoral. Tal complementaridade de renda se torna necessária devido à baixa remuneração do trabalho na agricultura frente ao desequilíbrio das relações de troca entre produtos agrícolas, industrializados e de serviços.

Outro elemento transversal a estes sistemas produtivos é o “sistema de criação de engorda-terminação” (ou recria-terminação) que envolve normalmente um novilho e na maioria das vezes também suínos, além das aves do terreiro. Trata-se de um sistema de criação que está relativamente integrado aos sistemas de cultivo da unidade produtiva, os quais são responsáveis em certa medida pela a alimentação dos animais.

Estes sistemas possuem um papel muito importante nas famílias, pois os animais são tratados durante o ano visando provimento de carne para festas tradicionais, autoconsumo familiar e também a venda de excedente. No primeiro e segundo caso o animal é terminado de forma planejada e em tempo hábil para estar apto ao abate na ocasião desejada. No terceiro caso os animais são engordados como uma espécie de “poupança” que, de fato, possui boa “liquidez”.

Entre as famílias quilombolas, de igual forma às demais famílias que vivem naquela região, em sua maioria e por diversos motivos, não alcançaram a modernização de seus sistemas produtivos e o conseqüente aumento de produtividade, acompanhando o processo de redução das atividades agrícolas, migrando para atividades não-agrícolas “urbanas”, na “agricultura que se modernizou” e também, permanecendo como mão de obra na “agricultura patronal”.

Mesmo não alcançando uma remuneração que valorize seu trabalho, existem também as famílias que seguem na contracorrente mantendo a atividade agrícola como centro de suas atividades. Estas possuem inúmeras razões para tal e seguem praticando a agricultura, em pequenos lotes, impulsionada pela força que possuem em seus corpos, o conhecimento que herdaram e que seguem construindo.

## 4.2 TIPOLOGIA SOCIAL E DESCRIÇÃO DOS ATUAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO COLOCADOS EM PRÁTICA PELOS QUILOMBOLAS DE MORRO ALTO

Nesta seção será apresentada a tipologia dos agricultores quilombolas de Morro Alto e os Sistemas de Produção colocados em prática por cada um dos tipos sociais delineados. Todos os agricultores quilombolas se enquadram no terceiro grande grupo exposto na seção anterior, que engloba os agricultores familiares pluriativos.

Aproximando o olhar a este grande grupo no qual são encontrados os agricultores quilombolas, podemos identificar uma complexa diversidade, da qual foi possível delinear seis tipos sociais com distintas estratégias de reprodução socioeconômica que implementam sete Sistemas de Produção.

Os Tipos 1 e 2 foram os que mantiveram as atividades agrícolas enquanto principal meio de reprodução socioeconômica, buscando adaptar-se ao mercado e incorporando seletivamente tecnologias da revolução agrícola, como equipamentos motorizados, sementes e/ou insumos químicos. Mas também, prezando pela autonomia e estabilidade produtiva<sup>24</sup>, o que os diferencia dos Sistemas de Produção altamente especializados também presentes na região (Rizicultura, Olericultura, Fumicultura, etc.).

Considerando os dados do levantamento socioeconômico realizado pelo LABORS (2006), o qual identificou 193 famílias quilombolas vivendo atualmente no território, estes dois tipos sociais representam cada um em torno de 5% destas. Abrangem assim aproximadamente 20 famílias que possuem na atividade agrícola, associada ou não à atividade da pesca artesanal, o principal meio de reprodução socioeconômica.

O Tipo 3 tem nas atividades não-agrícolas o foco da reprodução socioeconômica, mas busca articular as atividades agrícolas de forma complementar, mantendo um sistema produtivo bem estruturado, com boa área de roça e considerável sistema de criação animal. Este grupo representa cerca de 10% das 193 famílias que vivem no território quilombola.

O Tipo 4 é o que contempla a maior parte das famílias que hoje residem no território quilombola de Morro Alto, com cerca de 60% das famílias representadas por este tipo. Estas encontram nas atividades não-agrícolas quase a totalidade dos meios de reprodução socioeconômica, mantendo as atividades agrícolas para o autoconsumo, de maneira a obter

---

<sup>24</sup> Autonomia e estabilidade produtiva à jusante do processo produtivo, no sentido de que adotaram sistemas onde se pode optar pela utilização mais ou menos intensiva de insumos provenientes de agentes externos (bananicultura, plantéis de animais dinâmicos, etc.), assumindo os reflexos dessas decisões na produtividade, mas tendo o controle dos gastos de custeio em longo prazo e sem necessidade de recorrer a financiamentos. Por outro lado, como será visto, a montante do processo produtivo ainda estão fortemente dependentes de canais intermediários para comercialização da produção.

uma renda agrícola desta atividade, mas, sobretudo e também, por obter um produto com qualidade diferenciada, manter vivos os conhecimentos e memórias associados a estas atividades e relacionar-se com aquele meio da forma como qual se relacionavam os antepassados.

O Tipo 5 praticamente não realiza atividade agrícola no seio familiar por não possuir espaço físico para tal e o faz para outros enquanto mão de obra contratada. Grande parte trabalha com atividades agrícolas, nas lides do campo das estâncias de criação extensiva de gado e nas hortas do sistema de olericultura especializada. Também cuidam de sítios de lazer ou empregam-se em empresas de jardinagem nos balneários do litoral. Neste tipo são representadas 10% das famílias que residem no território.

Por fim, o Tipo 6 engloba o que foi chamado aqui de “Quilombolas Urbanos”, que busca enquadrar as famílias que não mais praticam a atividade agrícola e acabaram por migrar para a cidade, não de forma a deixar o território, mas como um meio de fortalecer os que ficaram e algum dia poder voltar, para que outros novamente possam partir. Segundo os dados do levantamento realizado pelo LABORS (2006) existem cadastradas junto ao INCRA como famílias quilombolas de Morro Alto 263 famílias que foram chamadas no referido estudo de “Quilombolas Externos” por não residirem naquela ocasião no território.

A diversidade de situações socioeconômicas destas famílias é demasiadamente ampla para ser abordada neste estudo, visto que tais famílias vivem em locais dispersos por todo o estado. Dessa forma que as entrevistas foram realizadas com famílias que participam ativamente da ACROM e frequentam o território quase que cotidianamente, mesmo vivendo nas cidades vizinhas. Também estão incluídas neste tipo social as famílias quilombolas que vivem no território, mas não possuem mais atividades agrícolas. Com isso, este tipo representa em torno de 8% das famílias que residem no território.

Entre todas as famílias quilombolas encontram-se presentes nos pátios e nos Sistemas de Produção elementos que possuem uma representatividade, um simbolismo, que vai além de qualquer racionalidade específica e lá se encontram, por assim dizer, por que lá sempre estiveram e lá devem estar. É o caso das plantas de café, por exemplo, que estão presentes na maioria das residências (e inclusive dispersas no interior da floresta regenerada da agricultura de coivara). Estas plantas ali estão, porque mesmo quando não colhidos os seus frutos, carregam em seus galhos a memória de outrora.

Muller (2006) também levanta este aspecto que se repete a inúmeras espécies de plantas, objetos e elementos da vida cotidiana das famílias quilombolas.

Outra forma de manter a memória dos antepassados e fundadores viva é através das árvores, Taquaireiras, Abacateiros, Figueiras, Timbaúvas, possuem tanto significados práticos como simbólicos. [...] o poder simbólico que mantém uma árvore do tamanho de um abacateiro e de uma timbaúva como parte integrante dos terrenos, por mais de 50 anos, é algo muito forte. Elas são a atualização da memória dos antepassados. [...] As árvores e o “*chão*” traduzem a permanência contínua dos antepassados. É como se todos ocupassem juntos o mesmo solo, a mesma terra. (MULLER, 2006, p. 254, grifo do autor)

Assim, ao analisar os Sistemas de Produção desde uma perspectiva agroeconômica, dos itinerários técnicos dos subsistemas de cultivo e criação até a remuneração da mão de obra resultante destes, deve-se ter em mente que estes elementos estão presentes por razões outras que as analisadas e, portanto, devem ser respeitados, pois do contrário as soluções propostas terão descrédito por ignorarem que na “artificialização do meio” realizada pelas famílias quilombolas, estes elementos são também essenciais.

O Quadro 1 apresenta os seis tipos sociais que serão descritos nas próximas seções e os Sistemas de Produção colocados em prática por cada um. Na terceira coluna encontra-se a representatividade de cada tipo social entre as 193 famílias residentes no território.

**Quadro 1 - Tipos Sociais com respectivos Sistemas de Produção implementados e a representatividade destes entre as famílias quilombolas residentes no território**

<b>Tipo Social</b>	<b>Sistemas de Produção</b>	<b>Famílias Envolvidas (%)</b>
Tipo 1 - Agricultores-Pescadores (APesca)	SP1 - Sistema de produção Convencional de Banana associado ao SEPA	5%
	SEPA - Sistema Extrativo da Pesca Artesanal	
Tipo 2 - Agricultores pluriativos (AP)	SP2 - Sistema de produção Convencional de Banana	3%
	SP3 - Sistema de produção dos pecuaristas quilombolas	2%
Tipo 3 - Agricultores em tempo complementar (AC)	SP4 - Sistema de produção complementar às atividades não-agrícolas	10%
Tipo 4 - Agricultores para o autoconsumo (AÑA/Auto)	SP5 - Sistema de produção para o autoconsumo familiar	60%
Tipo 5 - Trabalhadores Rurais	SP6 - Sistema de produção na terra do patrão	10%
	SP7 - Sistema de produção do pátio	
Tipo 6 - Quilombolas Urbanos	Atividade agrícola mínima	10%

Fonte: dados da Pesquisa.

Nas próximas seções será discutido o que de particular se pode encontrar em cada tipo social e em seus respectivos Sistemas de Produção, deixando as generalidades e as

atividades transversais existentes no contexto sócio-produtivo das famílias quilombolas, ao já foi dito anteriormente.

Os resultados obtidos sobre os principais indicadores agroeconômicos (Tabela 1), assim como os valores utilizados no cálculo de manutenção e depreciação econômica encontram-se respectivamente no Apêndice C e D.

#### **4.2.1 Famílias onde a agricultura é praticada de forma articulada com a pesca artesanal (Tipo 1)**

As famílias aqui agrupadas dedicam suas atividades agrícolas quase que exclusivamente ao cultivo da banana de forma articulada com a pesca artesanal, de maneira que ambas as atividades são complementares em termos de absorção da mão de obra familiar e de renda. As famílias sempre viveram no território e, da mesma forma que seus antepassados, mantiveram as atividades agrícolas e pesqueiras como estratégia principal de reprodução socioeconômica.

Tais atividades são a principal ocupação do pai de família que conta com a contribuição de outros integrantes da mesma, em tempo integral ou parcial/sazonal. Mesmo que existam outras Atividades Não-Agrícolas na família, são os Itinerários Técnicos dos Sistemas de Cultivo e Criação, articulados com o Sistema Extrativo da Pesca Artesanal os principais balizadores do cronograma de atividades ao longo do ano, das estações e das atividades diárias.

As mulheres normalmente cuidam das lides domésticas, dos animais de criação e do entorno da residência. Nos períodos de verão, quando há forte demanda nos balneários do litoral, algumas destas mães de família deslocam-se diariamente para trabalhar como empregadas domésticas. Também há aquelas que possuem emprego fixo, como professoras da rede pública estadual e/ou municipal, e ainda aquelas que já alcançaram a aposentadoria, de sorte que praticamente todas elas contribuem nas atividades agrícolas e com alguma renda não-agrícola.

As atividades artesanais também estão muito presentes entre estas mulheres, podendo destacar-se o fabrico de cobertores tipo “*edredon*” com recheio de lã de ovelha, lavada e tratada de forma muito peculiar na lagoa dos quadros. Também são relevantes os conhecimentos acumulados acerca do processamento e tecelagem artesanal da fibra da bananeira e outras fibras vegetais (Figura 16).

Os filhos participam das lides agrícolas e pesqueiras existindo assim uma perspectiva de continuidade nestes sistemas, principalmente se ocorreram melhorias na comercialização e investimentos no sistema produtivo. Provavelmente esta perspectiva não esteja relacionada somente aos resultados econômicos atuais da atividade, mas também (e talvez principalmente) pela reprodução das relações sócio-culturais e simbólicas que permeiam as atividades destas famílias.

Historicamente estas famílias tiveram a agricultura e a pesca como centro das atividades. Contam os agricultores que seus pais produziam quase a totalidade do alimento familiar, produzindo ainda algum excedente para a comercialização. Houve a época em que plantaram cana para a AGASA, mas substituíram este cultivo pela banana por razões já discutidas no capítulo anterior.

Mantiveram, entretanto a produção diversificada de alimentos para autoconsumo com gradual diminuição até a atualidade, onde se mantém o “pátio” com algumas frutíferas, hortaliças, pequena parcela onde se cultiva aipim, cana, assim como se criam aves para autoconsumo familiar, troca e comércio de ovos com vizinhos. O ancião mantém uma roça onde produz milho para o trato animal, mesmo que ano após ano, esta área esteja sujeita a reduzir-se ou a tornar-se novo cultivo de banana.

O baixo preço pago aos produtos agrícolas de base, onde o agricultor pode comprar feijão, milho e arroz para o mês inteiro com a venda de apenas um ou dois cachos de banana, certamente desmotiva-o a destinar uma área de roça para estes cultivos. Assim paulatinamente estas áreas vão sendo substituídas por novas parcelas do monocultivo da banana.

A seguir é descrito o Sistema de produção posto em prática por este tipo de agricultores, o Sistema de produção convencional de Banana associado à atividade de pesca artesanal (SP1), assim como o Sistema Extrativo da Pesca Artesanal Associado (SEPA).

**Figura 16 - Diversas fibras vegetais são empregadas pelos artesões de Morro Alto**



Fonte: LAE (2011)

#### 4.2.1.1 Sistema de produção convencional de Banana associado à atividade de pesca artesanal (SPI)

Com relação ao Sistema de produção agrícola e à organização das UPAs, da conformação dos espaços e dos usos agrícolas, a família extensa possui uma área coletiva, com local onde são construídas as residências das famílias nucleares de forma relativamente próximas, formando um núcleo residencial às margens da lagoa dos quadros, onde é realizada a atividade pesqueira. Algumas famílias nucleares também se encontram um pouco mais distantes devido à disposição das áreas ou por motivo de união matrimonial.

Na encosta do morro, próximo das residências é onde se pode encontrar alguma pequena “malha” de cana ou roça de aipim ( $< 0,25$  ha), e onde começam os bananais que se estendem encosta acima até as áreas de “mato”, que completam a cobertura vegetal até o cume do “morro”.

Desta forma, apesar de a paisagem mostrar apenas um grande bananal, cada família nuclear sabe onde está e qual é a parcela que conduz, realizando as tarefas relativas ao manejo agrônômico à seu gosto e critério. A cedência das áreas a algum filho ou neto, quando é o caso, é feita pelo ancião da família extensa, o qual detém a posse legal e o pertencimento moral de toda a área do tronco familiar (Figura 17).

A condução do bananal é feita com a utilização de elementos de pacotes tecnológicos da revolução agrícola. A aplicação de adubo mineral (NPK – 5:20:20, ou combinação similar) é realizada com intervalo mensal e somente durante o verão, não sendo aplicado este insumo no inverno devido a baixa resposta da planta. Da mesma forma é feita a desfolha e limpeza do bananal onde são realizadas também aplicações de emulsão contendo óleo mineral e fertilizante foliar de três a cinco vezes ao ano. O fertilizante foliar é rico em potássio e é utilizado para obter um bom enchimento dos frutos, visto que este elemento é muito demandado pela planta nesta ocasião.

O “ensaque” deste cacho se dá rotineiramente na medida em que os mesmos são expostos pela planta e é a atividade que mais requer tempo de trabalho. Esta técnica é utilizada para proteger o cacho das intempéries e de pequenos insetos que causam manchas nos frutos (Figura 17). Além disso, melhora a cor e acelera o amadurecimento devido à formação de um micro-clima no interior do saco (efeito estufa e aumento da concentração de gases responsáveis pelo amadurecimento, como o etileno, por exemplo).

A mão de obra empregada neste sistema e que inclui as atividades pesqueiras, variam entre 1,5 e 3,25 UTHf, conforme a Superfície Agrícola Útil (SAU) que abrange entre 1 e 5,3



ha, resultando em um valor médio de 1,2 UTHf/ha. Não são contratados funcionários ou diaristas para complementação da força de trabalho.


As ferramentas utilizadas, respectivamente para colheita e limpeza do bananal, são o facão e a foice. As máquinas e os equipamentos motorizados são compartilhados entre os membros da família extensa, sendo utilizado um pulverizador motorizado para aplicação dos insumos foliares e um Microtrator “Tobata” de 12 HP para o transporte do adubo mineral e da colheita. Ambos os equipamentos foram adquiridos pelo PRONAF com juros de 1,5% ao ano e estão no primeiro ano após o período de carência de três anos.

Existe uma forte relação de confiança, reciprocidade e compadrio entre estes agricultores, incluindo os classificados como “Tipo 2”, que possuem somente o Sistema de produção com Cultivo da Banana, sem a atividade pesqueira. Assim, além das atividades sócio-culturais, simbólicas e afetivas, a atividade produtiva também encontra seus momentos coletivos, principalmente na colheita, ou “corte” da banana.

Como esta tarefa requer bastante esforço físico no corte e retirada do cacho do bananal, não raro tendo o agricultor de carregar 15 ou 20 kg “no lombo e morro acima”, esta atividade é sempre realizada coletivamente de maneira a diminuir a penosidade do trabalho, mas também de possibilitar a troca de opiniões sobre as parcelas, na medida em que todos circulam por estas e podem discutir as opções técnicas de cada um. A instalação de novos bananais, no preparo do solo e plantio das mudas, assim como o abate e processamento de animais, também é realizada na forma do chamado “pixurú”.

A comercialização é feita por cada família nuclear aos seus respectivos intermediários, os quais levam a produção para centrais de distribuição do Litoral Norte, Porto Alegre e Serra Gaúcha. O produto é pago por volume, ou seja, o quanto de banana *couber* nas caixas utilizadas para este fim (!), podendo estas terem capacidade para 10 kg ou para 20 kg. O preço por caixa varia sazonalmente atingindo limites entre R\$ 0,55/kg (R\$ 5,00 a caixa de 10 kg) no verão onde há maior oferta do produto, e R\$ 0,80/kg no inverno (R\$ 8,00 a caixa de 10 kg).

**Figura 17 - O cultivo da banana realizado pelos quilombolas do Tipo 1 e 2.**

	
<p>O bananal que caracteriza a atividade dos agricultores do Tipo 1 e 2. O uso dos sacos pra proteger e melhorar a maturação dos frutos é comum entre os mesmos.</p>	<p>Estrada e acesso e o cultivo sem medidas de proteção do solo visando diminuir a erosão, acaba por acarretar maiores gastos com fertilizantes.</p>
	
<p>Ao fundo o centro urbano de Capão da Canoa visto desde o bananal. Entre estes, a Lagoa dos Quadros onde é realizada a atividade pesqueira pelos agricultores-pescadores do Tipo 1.</p>	<p>Parte do bananal se avista da estrada, aparentemente sem divisão, o mesmo é manejado por várias famílias nucleares, com atividades coletivas realizadas em momentos que são demandados maiores esforços.</p>
	
<p>O acesso com tração motorizada diminui a penosidade do trabalho e os esforços para levar insumos e escoar a produção. Entretanto a parte mais alta da parcela não é acessada por este meio, tendo os agricultores que carregar a produção por suas próprias pernas.</p>	<p>A produção colhida é levada ao local onde serão entregues ao comprador. As bananas vistas nesta imagem são as que foram rejeitadas, ou pelo tamanho reduzido ou por alguma imperfeição na casca. As mesmas não serão comercializadas.</p>

Fonte: Fotos do autor (2011)

O preço da banana na região é cotizado por cooperativa no município de Terra de Areia, com referência ao preço pago pelo produto entregue em sua sede. Entretanto o preço pago pelo intermediário é sempre inferior ao da cooperativa:

*Era pra eles tarem pagando 20 né, mas não pagam, não tem maneira. O preço na cooperativa [Terra de Areia] tá um real o kilo né, só que eles não pagam, eles pagam a metade, é 11 pila a caixa [de 20 kg] de banana [...] porque a verdade é o seguinte: porque isso? Porque se tu não tiver uma banana comprida como eles querem, com veneno agora para ela espichar... vai tudo por segunda... é uma banana bonita, banana boa, mas só que é mais curta, entendeu? Ai eles bota por segunda, tem que ser banana comprida assim [gestos para mostrar o tamanho] com bastante veneno, aí sai por primeira, aí eles pagam 16 pila a caixa, 14, depende. Mas o preço da cooperativa é 20 real. (Entrevista realizada em julho de 2011)*

Os insumos utilizados nos bananais, assim como a maior parte da alimentação dos animais provêm de agentes econômicos externos: as agropecuárias onde as famílias possuem crédito e pagam as contas de acordo com a colheita e venda da banana. O relato de um agricultor quilombola com relação a utilização dos sacos para proteger o cacho de banana exemplifica esta situação:

*[...] eu gasto uma base de... assim, uma base do que, de uns dois, três mile sacos mais ou menos, por ano, né [...]. E esse eu já comprei e já paguei mais caro [...] tem lugar que é mais caro, tem lugar que é mais barato [...] e aqui no Romário pode ter dinheiro, pode não ter dinheiro, que ou vou lá e compro né.. (Entrevista realizada em julho de 2011)*

A produtividade do sistema de cultivo está abaixo da média regional, sendo colhidos em média de 3,6 ton/ha enquanto no município são colhidos em torno de 6,0 ton/ha. O produto bruto médio obtido neste contexto é de R\$ 7.000,00 ao ano e o Consumo Intermediário chega a um quarto deste valor, totalizando um Grau de Externalização (CI/PB) de 26%.

Com relação ao Sistema de Criação animal, existe o que se poderia chamar de uma “divisão nuclear da criação” onde algumas famílias nucleares engordam o porco que é abatido em coletividade e sua carne repartida entre a parentela. Outras criam uma vaca leiteira para autoconsumo familiar, produto este também compartilhado entre a família extensa ou vendido a vizinhos. As aves são criadas por um maior número de famílias nucleares e seus produtos também circulam entre as mesmas.

Estas atividades, porém, estão sob risco de desaparecimento em função das restrições ambientais, materializadas através de ameaças sofridas pelos agricultores por parte da “polícia ambiental”, na medida em que os mesmos estariam criando seus animais em “áreas de preservação permanente”, onde, aliás, estão as moradias, os cultivos e por onde passa a estrada municipal.

Este fato não só coíbe a continuidade da atividade como também coloca o agricultor e sua família numa opressora situação de ilegalidade, marginalidade. Fato que poderia ser

evitado dialogando-se com as famílias sobre opções “ecologicamente corretas” de se criar animais sem prejudicar o ambiente (se é que isso ocorre na escala de produção adotada), pelo contrário, diminuindo a aplicação de adubos solúveis nos bananais pela substituição de parte deles por dejetos dos animais. De qualquer modo esta discussão não é o objetivo deste estudo podendo ser mais bem trabalhada a partir de outras abordagens e com maior dedicação analítica.

#### 4.2.1.2 Sistema Extrativo da Pesca Artesanal Associado (SEPA)

É praticado na comunidade quilombola de Morro Alto às margens da lagoa dos quadros, na localidade da Prainha, Município de Maquiné. Todas as famílias nucleares deste tipo praticam a atividade em diferentes níveis de envolvimento e comprometimento.

Os equipamentos utilizados consistem em um barco de madeira com dimensões de até 5,40 metros de comprimento, movidos a motor de popa de 8 ou 15 HP. Nesta embarcação navegam uma ou duas pessoas, dependendo do tipo de pesca e das tarefas a serem executadas. Nem todos os pescadores, entretanto, possuem todo este conjunto. Alguns possuem apenas o barco e dependem da cedência do motor por parte de outro pescador (Figura 18).

Outros não possuem o motor e seu barco encontra-se em estado avançado de depreciação ou mesmo tem tamanho insuficiente para as condições impostas pela lagoa, obrigando o pescador a permanecer próximo às margens. Todas estas lacunas na infraestrutura básica de captura acabam por prejudicar os resultados da atividade, tanto por diminuir o tempo de atividade (falta de motor) como por dificultar o acesso aos pontos de pesca (falta de motor e/ou barco precário).

As redes utilizadas possuem 40 metros de largura por 0,7 ou 0,5 metros de altura e são compostas por uma malha sintética, “entralhada” com cordas, bóias e pesos. As malhas possuem vida útil máxima de 3 anos, conforme as condições da lagoa (marés agitadas, galhos de árvores e ventos que diminuem sua durabilidade). Normalmente são adquiridas no município de Terra de Areia, Torres ou até mesmo em Laguna/SC. Os “entralhes” possuem vida útil um pouco maior podendo atingir cinco anos ou mais, e são também os componentes de maior valor. Cada pescador possui em média quatro conjuntos de malha com entralhe.

A época mais frutífera e com maior atividade de pesca são os meses com temperaturas mais amenas, entre abril e outubro, quando não há restrições para a atividade. As restrições legais relacionadas às épocas reprodutivas dos peixes – a piracema – estipulam que

entre os meses de outubro a dezembro fica proibida a captura de qualquer espécie, estendendo-se esta proibição ao bagre até o mês de março.

Em função dessa restrição os pescadores recebem durante os três meses do ano em que a pesca fica totalmente proibida, o salário-defeso com valor equivalente ao salário mínimo nacional.

A restrição ambiental para a atividade pesqueira no verão é o aquecimento da água da lagoa, que antecipa o início do processo de decomposição do peixe capturado, exigindo frequentes visitas às redes instaladas, o que muitas vezes não é possível devido às demandas do sistema produtivo.

Existem basicamente dois sistemas de captura praticados, um onde a rede é fixada na profundidade correspondente à espécie de peixe almejada, em locais específicos da lagoa e o outro o “cerco” de cardumes, neste caso do bagre.

O primeiro é o sistema praticado rotineiramente, quando as redes são instaladas de maneira a permanecer por um período determinado no mesmo local, até o retorno do pescador para a retirada das redes e dos peixes capturados. Este retorno se dá diariamente, sempre que as condições climáticas permitirem e em momentos apropriados que permitam a realização das tarefas agrícolas.

Este tipo de pesca é dependente do encontro do peixe com a rede, o que está relacionado a uma série de fatores climáticos, biológicos e simbólicos. São capturadas diversas espécies, cada qual com valores de mercado diferenciado e que são comercializadas “*in natura*” ou congeladas, na forma de “peixe inteiro” ou “filé”.

Neste sistema de captura, se comparado com o sistema do “cerco”, são capturadas menores quantidades de peixe em uma mesma empreitada, por outro lado o sistema com rede fixa é realizado durante praticamente todo o período em que a pesca é permitida, o que não acontece no sistema de captura pelo cerco do cardume.

**Figura 18 - A atividade pesqueira é realizada na Lagoa dos Quadros com uma infraestrutura precária.**

	
<p>A Lagoa dos Quadros onde é realizada a pesca artesanal. Ao fundo o Morro do Chapéu em Terra de areia. A ilha próximo à Prainha já esteve sob domínio de quilombolas, mas hoje é uma propriedade privada.</p>	<p>Embarcações utilizadas para a prática da atividade pesqueira. Alguns barcos não possuem motor, o que dificulta o acesso aos pontos de pesca e é visto pelos pescadores como um entrave à atividade.</p>
	
<p>Agricultor e pescador às margens da lagoa. Muitas opções de melhorias são projetadas, sendo que poderiam ser potencializadas com políticas públicas de investimento e na articulação entre os órgãos de proteção ambiental e ATER.</p>	<p>O bananal em alguns casos chega até a margem da lagoa. A presença de pedras associada ao movimento da água diminui a vida útil das embarcações. Uma possível solução seria a construção de pequenos atracadouros com baixo impacto ambiental.</p>

Dados: Fotos do autor (2011)

Este outro sistema consiste na caça e cerco ao cardume com as redes de pesca. Sua realização ocorre basicamente a partir da interpretação das condições climáticas momentâneas, embasada pelo conhecimento que estes pescadores detêm sobre o comportamento das espécies. Torna-se possível de ser realizado nos dias frios ou com temperaturas amenas, quando a água da lagoa está com temperatura baixa. Nestes dias, se não houver vento e o céu estiver limpo com bastante insolação por volta das 10 horas da manhã, os barcos partem em busca de algum cardume.

Relatam os pescadores que em tais condições os cardumes transitam mais próximo à superfície da lagoa, por este local encontrar-se sensivelmente mais aquecido e para poderem receber diretamente os raios solares. Nesta ocasião torna-se possível a visualização do cardume por parte dos pescadores, os quais distribuem suas redes de maneira a cercar o mesmo.

Quando do sucesso da operação, apenas um “cerco” pode resultar em captura de 80, 100 ou até mesmo 140 kg de bagre, segundo relato dos informantes, volume que pode ser comprovado durante os trabalhos de campo, quando foi realizada uma destas grandes capturas (eliminando-se assim a hipótese de ser história de pescador...).

Os peixes capturados são limpos às margens da lagoa de forma artesanal e em condições de trabalho bastante precárias. Não raro o pescador fica exposto aos fortes ventos úmidos e às chuvas de inverno enquanto realiza a operação. A estrutura existente que se resume a uma bancada de madeira não proporciona boas condições ergonômicas de trabalho. Uma vez limpos os peixes são levados até a residência do pescador onde são armazenados em congeladores horizontais com capacidade de 310 litros ou mais.

A quantidade de peixe capturado ao longo do ano é de difícil estimativa pela grande variação sazonal e de ano a ano, tendo um declínio histórico, segundo os pescadores. Assim a atividade está vinculada a uma relativa incerteza nos seus resultados, expressa no relato do pescador: “*a pesca é incerta... mas sempre dá*”. Estima-se que há anos em que se captura muito pouco, não mais que 300 kg de peixe por pescador, ao contrário dos “anos bons” quando se pode capturar até 2.000 kg.

A comercialização do pescado é feita por cada pescador na própria residência sendo o excedente vendido aos vizinhos, aos moradores da zona urbana de Maquiné e aos parentes residentes em outras localidades. O preço de venda é de R\$ 6,00/kg de peixe limpo e R\$ 12,00/kg do filé, sofrendo variação sazonal conforme a demanda, principalmente no verão onde sobem os preços podendo superar os R\$ 15,00/kg de filé. Outro fator que interfere no preço é, novamente, a dependência do intermediário, o qual exerce o poder de barganha quando a oferta de peixe é grande.

A partir do levantamento das quantidades médias capturadas e comercializadas ao longo do ano, assim como da infraestrutura para realização da atividade e seus respectivos custos de manutenção e depreciação e custos intermediários envolvidos (combustível e óleo para motor), fora estimada uma Renda do Extrativismo da Pesca em torno de R\$ 3.930,00. Se considerada a força de trabalho familiar envolvida também nas atividades agrícolas (média de 2,25 UTHf por família), obtém-se uma remuneração dessa mão de obra de R\$ 1.750,00/UTHf. Os dados detalhados são apresentados na Tabela 1 e no Apêndice D.

**Tabela 1 - Resultados econômicos encontrados por tipologia**

INDICADOR	Agricultura	Agricultura e Pesca	Agricultura Complementar	AÑA/Auto
1 Superfície Total - ST (ha)	14,98	14,33	15,78	14,63
2 Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	7,68	2,80	7,96	7,79
3 Mão de Obra TOTAL (UTH)	1,83	2,25	1,59	1,25
4 Mão de Obra Contratada (UTH)	0,05	0,00	0,25	0,04
5 Mão de Obra Familiar (UTHf)	1,78	2,25	1,34	1,21
6 Produto Bruto TOTAL (PBtotal)	11.596,00	7.618,75	7.923,75	3.806,50
7 Consumo Intermediário Total (CI)	5.212,51	1.620,19	1.947,31	2.521,63
8 Depreciação (DEP)	2.367,57	695,71	21.037,93	641,54
9 Valor Agregado Bruto (VAB)	6.383,49	5.998,56	5.976,44	1.284,88
10 Valor Agregado Líquido (VAL)	4.015,92	5.302,85	4.938,50	643,33
11 DVA (Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	924,81	118,10	886,50	61,25
12 Renda Agrícola (RA)	3.091,10	5.184,75	4.052,00	582,08
13 Renda Extrativismo da Pesca (REP)	-	3.934,72	-	-
14 Rendas Internas (RInt)	3.091,10	9.119,47	4.052,00	582,08
15 Rendas Externas (REExt)	12.732,13	9.790,00	30.387,50	27.956,25
16 Rendas Não-Agrícolas (RÑA)	12.732,13	13.724,72	30.387,50	27.956,25
17 Renda Total (RT)	15.823,23	18.909,47	34.048,88	28.538,33
18 VAB/SAU	941,43	2.710,63	928,88	243,32
19 VAL/SAU	587,94	2.403,72	824,76	84,75
20 RA/SAU	454,03	2.367,83	755,97	79,83
21 RT/SAU	2.284,40	7.933,61	4.353,08	4.924,09
22 VAB/UTH	3.475,84	2.686,49	3.944,82	1.088,41
23 VAL/UTH	2.072,08	2.386,14	3.380,32	557,97
24 RA/UTH	1.642,89	2.346,32	2.981,03	502,62
25 RT/UTH	8.962,24	7.852,69	20.670,39	23.893,18
26 SAU/UTHf	4,45	1,17	6,11	7,15
27 VAB/UTHf	3.603,84	2.686,49	4.399,03	1.128,71
28 VAL/UTHf	2.182,51	2.386,14	3.745,49	587,13
29 RA/UTHf	1.713,89	2.346,32	3.086,07	528,27
30 RT/UTHf	9.120,72	7.852,69	27.249,04	25.261,19
31 PB Animal	5.383,50	2.020,42	4.021,25	3.392,75
32 PB Vegetal	6.212,50	5.598,33	3.902,50	413,75
33 PB Autoconsumo família	2.523,50	1.855,42	2.713,75	3.230,00
34 Pbextrativismo	-	7.600,00	-	-
35 PB Extrat./ PB total	0,00%	21,51	0,00%	0,00%
36 PB animal/ PB total	45,91%	30,12%	51,89%	91,46%
37 PB vegetal/ PB total	54,09%	69,88%	48,11%	8,54%
38 PB subst./ PB total	28,27%	25,85%	35,25%	82,89%
39 Grau de externalização	44,95%	19,88%	24,58%	66,25%

Fonte: dados da pesquisa.

Se consideradas as Rendas Agrícola e do Extrativismo da Pesca se obtém para este arranjo de Sistema de produção articulado ao extrativismo o valor de R\$ 3.650,00/UTHf/ano. Considerando o Nível de Reprodução Socioeconômica (NRS) de R\$ 6.600,00/UTH/ano, fica justificado a busca destas famílias por complementação de rendas não-agrícolas, visto que não é alcançado o NRS. A Renda Total considerando-se também as rendas externas é de



aproximadamente R\$ 7.500,00/UTH/ano, o que supera este NRS. O efeito prático é que esta interação entre as atividades “internas” (agricultura e pesca) com as externas possibilita a manutenção e reprodução deste arranjo produtivo. Por outro lado, a renda total não alcança o Custo de Oportunidade (R\$ 9.900,00/UTHf/ano) de maneira que estas famílias devem sacrificar a remuneração de seu trabalho em função da realização dos investimentos que de fato vêm ocorrendo no sistema produtivo.

A complementaridade entre a pesca e o cultivo de banana na absorção de mão de obra familiar pode ser percebida nas atividades diárias e nas variações sazonais. Durante os meses com maiores temperaturas o sistema de cultivo da banana exige maior atividade “dentro do bananal” e são nestes meses em que as atividades da pesca ficam restringidas pelo defeso e pela temperatura da água. Nos meses com temperaturas amenas, as atividades no bananal diminuem e da pesca aumentam. Ao longo do dia igualmente se complementam, pois a atividade pesqueira ocorre em diferentes momentos que as lides no bananal.

Quando alguma das atividades merece atenção prioritária, é porque a outra pode aguardar: uma vez questionado a um agricultor se iriam cortar banana no dia seguinte a resposta foi “*depende*”. Depende do quê? “*Depende do tempo... se tiver vento nós vamos cortar banana, se não tiver vento e tiver sol, nós vamos pescar... é assim, tem que ver na hora como vai tá. Na hora a gente decide o que vai fazer*”. É assim que quando se passa pela estrada, lá estão os agricultores-pescadores reunidos, em diálogo com o clima, para ver se sobem o morro ou descem para a lagoa.

#### **4.2.2 Famílias onde a agricultura é a principal atividade familiar (Tipo 2)**

A diferença deste grupo ao anterior está basicamente na ausência da atividade pesqueira e a maior importância das rendas externas na composição da renda familiar. Essa opção analítica se deve pela diferença claramente percebida pelos agricultores, tanto em suas alternativas de complementação de renda como “no gosto” pela atividade pesqueira. Além disso, tal separação tem o objetivo de possibilitar melhor sensibilidade metodológica na análise e discussão da atividade da pesca artesanal, suas implicações no Sistema de produção e seus reflexos na renda e atividades familiares.

O pai de família dedica-se exclusivamente a produção de banana sendo em alguns momentos auxiliado pelos filhos e/ou esposas ou tendo que contratar diaristas quando isso não ocorre (normalmente filhos de outros agricultores). São utilizados nestes sistemas entre 1,5 e 2 UTHf de mão de obra familiar e em alguns casos pode haver a contratação de diaristas

para determinada atividade, restringindo-se tal fato unicamente às famílias onde não ocorre a contribuição da força de trabalho dos filhos. Ainda assim, a mão de obra contratada não alcança a quarta parte de uma unidade de trabalho homem ( $UTHc < 0,25$ ).

Até onde se pôde perceber, os filhos não pretendem dar continuidade às atividades agrícolas enquanto principal alternativa de reprodução socioeconômica, sendo que visam estudos de nível superior e outras ocupações não agrícolas. Assim mesmo, podem voltar e dedicar-se às atividades agrícolas se o futuro fora da UPA não for o idealizado, pois o Sistema de produção agrícola é mantido pelos pais e está em pleno funcionamento, gerando, inclusive, a segurança suficiente para a busca de novas oportunidades fora das UPAs.

A permanência na cidade depende também das possibilidades de desenvolvimento profissional que encontram no território quilombola para onde, no limite, poderão voltar quando se aposentarem, tornando-se o que chamamos neste estudo o Tipo 4. Se, antes disso, porém, as possibilidades no território se mostrarem mais favoráveis poderão permanecer e/ou antecipar o retorno. Tal fato, no entanto, somente seria possível com uma melhora considerável na renda por ativo familiar, de maneira a possibilitar a reprodução e o investimento nos meios materiais de produção.

As famílias do Tipo 2 são nucleares e possuem uma trajetória histórica muito semelhante ao Tipo 1, inclusive pela relação de compadrio e parentesco próximo. Por um conjunto de fatores deixaram a atividade pesqueira de lado dedicando-se exclusivamente ao sistema de cultivo da banana, o que pode ser um dos motivos que levam à falta de perspectiva da reprodução desta estratégia, visto que a complementação de renda por ativo familiar proporcionada pela pesca eleva consideravelmente a Renda Interna. Além disso, o Sistema de produção em articulação com a pesca parece fornecer uma maior possibilidade de renda em anos de bons frutos da atividade extrativa, gerando uma expectativa positiva aos agricultores-pescadores: “*a pesca nos tira do chão*”, conforme afirma um deles.

As Unidades de Produção Agrícola do Tipo 2 possuem entre 8 e 20 ha de superfície total com superfície agrícola útil que varia entre 3,5 e 10 ha. Aos extremos destes limites são encontrados os dois subtipos de Sistemas de Produção, que podem ser diferenciados segundo as atividades agrícolas que exercem. SP2: as famílias que se dedicam ao cultivo da banana nas encostas dos morros basálticos e SP3: as famílias que se dedicam à criação de gado nos campos da planície costeira.

Dentro de cada um destes Sistemas de Produção poderiam ainda ser diferenciadas as escolhas relativas à produtividade do trabalho, onde ocorrem diferenças no emprego de moto-mecanização e/ou com a utilização de mão de obra contratada. Assim, os dados obtidos para

este grupo, na medida em que se elevou a produtividade do trabalho e a renda agrícola quando ocorreu maior investimento em maquinário e/ou contratação de mão-de-obra. Por outro lado foram assumidos mais riscos e os gastos com CI, DEP e DVA aumentaram. De maneira geral, as famílias que aumentaram a produtividade do trabalho parecem estar mais próximas a alcançar o NRS com a atividade agrícola.

Os dois Sistemas de Produção praticados por este tipo de agricultores são descritos a seguir.

#### 4.2.2.1 Sistema de produção Convencional de Banana sem atividade pesqueira (SP2):

De igual forma ao Tipo 1, estas famílias tem o Sistema de produção baseado no cultivo da banana, mas não realizam a atividade pesqueira, o que altera o Sistema de produção agrícola em alguns pontos e libera a mão de obra familiar para buscar outras atividades não-agrícolas externas às UPAs.

A condução dos bananais, as máquinas, equipamentos e ferramentas, assim como a comercialização e as atividades coletivas são realizadas da mesma forma que o Tipo 1, entretanto o Tipo 2 utiliza as máquinas e equipamentos nuclearmente, ou seja, cada família possui a sua estrutura produtiva, o que se reflete em maiores gastos com manutenção e depreciação da mesma (Figura 17).

Outra alteração importante no Sistema de produção da banana está relacionada à aplicação dos insumos, os quais são aplicados em maiores quantidades e com maior frequência no bananal, o que resulta em uma pequena elevação da produtividade, muito embora a elevação dos custos intermediários seja maior que o reflexo na renda. Desta forma, este grupo acaba por ter uma renda agrícola proveniente do sistema de cultivo da banana menor que o tipo anterior, pois, além de um maior Grau de Externalização (CI/PB=45%), possui também um maior custo não-proporcional à superfície cultivada, pela depreciação da estrutura produtiva e/ou eventual contratação de mão-de-obra.

Neste grupo de agricultores, provavelmente pela comercialização da banana ser a única fonte de renda agrícola e um importante elemento da renda total, existe um processo de conscientização para melhora de suas relações com o mercado. Medidas para alterar a situação atual vêm sendo tomadas pelos agricultores, exemplo é a aquisição de uma balança para comercialização da banana que *“fez aumentar em 20 ou 30 por cento a minha produção”*, segundo relato do agricultor.

Tal fato evidencia um grave problema na comercialização onde, além de um preço baixo pago pela produção, a medição desta não condiz com a realidade. Na verdade a produção não é pesada, apesar de ser comercializada “por peso”, é colocada na caixa a quantidade de banana que couber, supondo que esta quantidade seja os 10 ou 20 quilogramas de capacidade das mesmas, no entanto, a partir da experiência relatada, percebe-se que isso não ocorre e ocasiona um considerável prejuízo aos agricultores.

Outra iniciativa relatada diz respeito à eliminação parcial do atravessador, quando o agricultor associou-se em cooperativa da região (que participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) para comercialização de parte da produção, a qual transporta com o “reboque” do carro próprio, sendo esta comercializada por até R\$ 1,50/kg: “[...] Então quer dizer, eu corto 50 caixas [de banana], aqui na roça eu faço 600 pila, nem isso... e eu levando 15 caixa por semana lá [na cooperativa] eu faço 600 pau.”

É interessante destacar no relato do agricultor os diferentes valores dados a uma mesma quantia recebida na comercialização, para o atravessador e para a cooperativa. Os mesmos 600 reais recebidos com a venda das 50 caixas tornam-se um trocado, uns “pilas”, enquanto que o mesmo valor recebido pela venda de apenas 15 caixas acaba tomando maior proporção na percepção do agricultor, pois são agora 600 “paus”.

Os insumos utilizados nos banais também são adquiridos de agentes externos no mesmo sistema de crédito direto com a agropecuária.

O Sistema de Criação animal está basicamente restrito a criação de aves para autoconsumo familiar e venda eventual dos ovos, onde praticamente toda a alimentação provém de compra externa: milho quebrado, farelo de soja, cálcio e ração de postura.

#### 4.2.2.2 Sistema de produção dos Pecuaristas Quilombolas (SP3)

Dentre as famílias que tem a atividade agrícola como elemento central na reprodução socioeconômica, existem duas famílias quilombolas que vivem na região dos campos da planície costeira que configuraram um Sistema de produção diferenciado devido as característica do ambiente: o sistema “policultivo-criação de gado”. Além destas, outras duas famílias possuem o sistema da pecuária familiar na encosta e foram também aqui enquadradas.

Como exposto na seção 4.1, existem os Sistemas Patronais de Criação de Gado de Corte na planície, associado ao cultivo de arroz, ou seja, um Sistema de produção Patronal (pecuaristas proprietários de terras) articulado com um Sistema de produção Empresarial

(arrozeiros arrendatários). Estes sistemas não serão descritos e/ou analisados por não estarem presentes entre as famílias quilombolas, mas devem ser considerados, pois alguns destes empregam mão de obra quilombola do grupo aqui definido como “trabalhadores rurais” (Tipo 5) e que será apresentado mais adiante.

As duas famílias quilombolas praticam um sistema pecuarista em pequena superfície no ambiente da planície costeira (campos naturais, lagoas, banhados e matas paludares), mesmo que distintos entre si são os únicos sistemas pecuaristas familiares identificados dentro do perímetro do território quilombola naquele ambiente.

É importante ressaltar também que existem muitas outras famílias quilombolas com sistema de criação de bovinos (de corte ou de leite), na planície costeira e na encosta dos morros basálticos, entretanto estas famílias não têm nestes sistemas produtivos a principal alternativa de reprodução socioeconômica e acabaram formando parte dos outros tipos descritos mais adiante. As quatro famílias aqui incluídas, ao contrário, dedicam-se exclusivamente à atividade agrícola com complementação de rendas externas.

Com Superfície Agrícola Útil em torno de 10 hectares onde na sua maior parte são mantidas pastagens naturais para criação de gado bovino, estas famílias possuem modos de condução e itinerários técnicos nos seus Sistemas de Produção distintos entre si, mas semelhantes em comparação com os outros sistemas encontrados entre os quilombolas. A mão de obra empregada nestes sistemas é estritamente familiar e corresponde a aproximadamente 1,5 UTHf.

Existe uma relativa diversificação da produção onde também são criados suínos (engorda e terminação) e aves (galinhas e patos), assim como são mantidas áreas de roça com policultivos de espécies estivais e uma área próxima a moradia ricamente diversificada, o “pátio” com espécies frutíferas que alimentam a família e a fauna local. Nesta área também são cultivadas hortaliças para autoconsumo familiar e dela provém algumas iguarias, como o café colhido e processado no seio familiar, ou a pamonha feita do milho verde recém colhido (Figura 19).

**Figura 19 - Campos e policultivos das poucas famílias quilombolas que possuem terras na planície costeira.**



Fotos do autor (2011)

Seus plantéis animais variam conforme a estação do ano a qual altera o crescimento e a disponibilidade de forragem em função da elevação ou baixio das águas, preço de mercado para compra e venda, entre outras variações sazonais consideradas pelos agricultores. Também possuem criações de aves e suínos, as quais de igual forma têm seus plantéis variando sazonalmente de acordo, principalmente, com a disponibilidade de alimento, produzido em boa parte no interior da UPA. Este alimento consiste em milho, aipim e mandioca, sendo os dois primeiros também utilizados para autoconsumo familiar. Na roça são produzidas em consórcio com o milho e o aipim, a melancia, abóbora e outras cucurbitáceas, assim como feijão, amendoim, batata, etc.

Estas duas famílias possuem relativamente um maior Produto Bruto de Autoconsumo que os bananicultores da encosta, o que está relacionado à diversificação produtiva (na roça, no “pátio” e nas pastagens), valor agregado dos produtos (carne e produtos animais) e ao processamento desta produção (queijo, café, banha, sabão, torresmo, etc.). Este fato, entretanto, não se reflete em maior autonomia de seus Sistemas de Produção frente aos agentes externos, onde os insumos da agropecuária são responsáveis por um alto consumo intermediário, sendo o Grau de Externalização (CI/PB) na ordem de 46%.

Isto ocorre em grande parte porque a alimentação produzida não alcança todo suprimento necessário ao ciclo engorda-terminação e também porque mesmo que o plantel seja alterado, ao longo do ano permanecem algumas aves para o suprimento de carne e ovos para a família. Assim, a escolha de aumentar (em muito) o plantel na época da colheita se

justifica por realizar um estoque de produtos animais (mantidos nos congeladores horizontais destas famílias e por outros métodos de conservação) para o restante do ano.

Devido a pouca disponibilidade de terra para a criação extensiva de gado e a consequente limitação da quantidade de animais associado ao elevado tempo de terminação destes, a renda agrícola por unidade de trabalho familiar destas famílias não alcança o Nível de Reprodução Socioeconômica, pois é neste sistema em que são concentrados os esforços de produtos para comercialização. Neste caso as aposentadorias recebidas são as responsáveis pela viabilização financeira familiar e a renovação da estrutura produtiva.

#### **4.2.3 Famílias com Sistemas de Produção complementares a outras atividades não-agrícolas (Tipo 3)**

As famílias aqui agrupadas possuem as atividades agrícolas como complementares na estratégia de reprodução socioeconômica. Estas famílias optaram em algum momento da história por centrar o foco em atividades não-agrícolas, mas mantiveram um sistema produtivo em funcionamento e minimamente estruturado, sendo também um elemento para segurança socioeconômica, uma opção em caso de deterioração das condições de trabalho ou das rendas não-agrícolas.

Estas famílias sempre residiram no território, ainda que algumas famílias jovens tenham integrantes que migrem por curtos períodos (diariamente ou durante o verão) em busca de trabalho não-agrícola. Outras o fizeram no passado e hoje possuem rendas de aposentadoria que dispensam a atividade não-agrícola, muito embora tal atividade possa ser ainda desenvolvida por algum membro que reproduz esta estratégia.

Desta forma os Sistemas de Cultivo e Criação ficam dependentes das atividades principais não-agrícolas por estas pautarem o tempo disponível aos itinerários técnicos dos cultivos e modos de condução da criação. As atividades “centrais” consistem em emprego assalariado ou temporário; envolvimento com atividades comunitárias e articulação política.

Pode-se considerar que o objetivo presente neste grupo de famílias é o de manter o SP e a infraestrutura produtiva em funcionamento e dele conseguir parte da alimentação familiar, e, *se possível*, obter incremento da RA transformando a produção do sistema de cultivo em produto animal através do sistema de criação.

**Figura 20 - A lida com animais e o processamento de seus produtos é uma atividade referenciada histórica e culturalmente ao modo de ser e de viver.**



Suíno abatido produziu cinco latas de banha, produto que já teve alto valor de troca ha algumas décadas atrás



Limpeza e desmonte da carcaça



Fabrico de torresmo...



...e embutidos são tradicionais entre as famílias quilombolas



Cozimento da Morcela...



...etapa final do processamento

Fotos: Mônica Arnt (LAE, 2011)



Como a comercialização da produção animal beneficiada de forma artesanal (Figura 20) está praticamente inviabilizada pelas restrições da legislação sanitária, o destino da mesma é o consumo familiar, com mínima e eventual comercialização, somente a vizinhos e/ou parentes.

Isso também inviabiliza qualquer tentativa de focalizar a atividade como foco na reprodução socioeconômica. Ilustração do fato é o relato do agricultor que tinha na comercialização de produtos animais (aves, suínos e bovinos) a principal renda familiar, quando paulatinamente foi coibido de tal prática até seu ajuste para o autoconsumo familiar e dedicação à atividade não-agrícola para geração de renda.

*Nós criava muito porco aqui... muito não, dava aí uns vinte porco, trinta porco... toda vida tinha, né, toda vida tinha porco [...] dava milho, abóbora, aipim, mandioca, mandioca braba, daí caiu o preço e eu parei. Confinava boi também, confinava boi aí era um mangueirão, depois eu passei pros boi [...] eu criava boi junto, toda vida, sempre, o boi eu nunca parei. Mas daí eu não confinava, só vendia pro seu Bracinha o que sobrava... depois eu virei a confinar. Confinava quinze boi por ano. Dez, quinze boi por ano. Mas aí era no escuro... isso aí não vai dar nada? Que eu não tirei nota dessas coisas [...] galinha eu criei aqui na época solta aqui, eu criava oitenta, cem galinha, ovo era de montão... isso aí eu fazia isso aí também, criava galinha... aí tudo isso caiu, a comida não... não pagou mais a comida, né. [...] aí baixou e pra vender era um sacrifício, aí veio a... vinha a fiscalização. Porco a gente fazia muita linguiça, né... porco era linguiça de montão. Matava um porco e a linguiça já tava vendida nos buteco. Aí a linguiça não, a gente já não pôde mais vender a linguiça porque veio a fiscalização, tinha que ter nota, tinha que ter saúde, tinha que ter tudo e a gente não... não pode mais. Aí o fiscal começou a bater, começou a pegar a gente... eu ele nunca pegou [...] não deu mais pra vender carne, não deu mais pra vender linguiça, não deu mais pra vender nada... tudo escondido, né? Aí a gente ganha poquinho e quando o fiscal pega, se pega, aí é uma montoeira, aí trinta pintinho desses vai pagar uma multa? Não tem como, né. Então a gente mata só assim pra comer. (entrevista realizada em maio de 2011)*

Este grupo se mostra o mais aberto a alternativas produtivas, coerentemente com a perspectiva de tornar o Sistema de produção, algum dia, novamente próspero e que abrigue a mão de obra dos descendentes. Nota-se que existe uma atitude neste sentido, onde tecnologias mais sustentáveis são buscadas visando um produto diferenciado. Além disso, o aumento da diversificação produtiva também é uma preocupação para possibilitar o acesso a novos mercados.

Entretanto, até o presente momento os filhos exercem atividade não-agrícola no território ou fora dele, sem perspectiva de continuidade das atividades agrícolas nas condições atuais. De qualquer forma têm a segurança de poder voltar às atividades agrícolas, pelo fato do sistema produtivo estar em pleno funcionamento e por compartilharem a idéia de que seria possível desenvolver um Sistema Produtivo “promissor” num futuro próximo.

Percebe-se assim que acreditam nas políticas públicas que vem surgindo e ganhando força no meio rural, podendo chegar o tempo em que encontrem as oportunidades a partir de suas perspectivas sócio-culturais. Almejam, portanto, um desenvolvimento do território quilombola que possa oferecer a reprodução socioeconômica e abrigar mão de obra dos descendentes que hoje trabalham e/ou estudam fora dele. Mantém seus sistemas produtivos em funcionamento por acreditar no desenvolvimento agropecuário da comunidade e da articulação deste com o desenvolvimento do território quilombola.

#### 4.2.3.1 Sistema de produção complementar às atividades não-agrícolas (SP4):

É neste grupo de famílias onde ocorre com maior frequência a contratação de mão de obra para realização de tarefas específicas como, por exemplo, no preparo da terra e na capina de uma roça. Isso se deve pela pouca disponibilidade de tempo em função da atividade não-agrícola ou pela idade avançada de quem pratica a atividade agrícola e não pode mais realizar certas tarefas que demandam maior vigor físico. Dessa forma, este é o grupo com maior divisão do Valor Agregado em grande parte pelo pagamento dessa mão de obra contratada que, entretanto, não passa de 0,25 UTH.

O Sistema de produção é ajustado visando obter renda monetária da atividade agrícola que contribua na renda familiar (além da renda de autoconsumo, busca-se produzir para comercialização), estando o mesmo internamente articulado e em funcionamento, com sistema de cultivo e criação ativos e coerentes com a disponibilidade de terra e mão-de-obra, resultando em baixos custos intermediários e o menor grau de externalização entre todos os tipos (CI/PB=25%).

Não ocorre, entretanto, um investimento na estrutura produtiva que busque aumentar o capital imobilizado, embora sejam mantidos os equipamentos e as benfeitorias necessárias ao funcionamento do mesmo. Estes sistemas estão estáveis com tendência a uma capitalização por investimentos se melhoradas as perspectivas de renda com a atividade agrícola.

As UPAs possuem uma Superfície Total média de 15 ha, onde a Superfície Agrícola Útil é de 8,0 ha. Houve anos no passado recente em que algumas famílias arrendavam terra para cultivar milho para silagem, o que lhes possibilitava manter um plantel com maior número de animais. Entretanto esta atividade foi deixada pelo aumento no custo do arrendamento, ocasionado pelo preço pago pelos olericultores arrendatários do sistema de produção de olericultura especializada.

Os instrumentos de trabalho para preparo do solo são de tração animal (arado escarificador e carro de boi) com eventual utilização de tração mecanizada (Patrulha agrícola Municipal ou parceria entre agricultores). São também utilizadas como ferramentas enxadas, plantadeiras manuais, pulverizador costal, e de maneira secundária, a motosserra e roçadeira motorizada.

O sistema de cultivo é na forma de roças preparadas anualmente sem pousio devido a restrição de área, onde a reprodução da fertilidade se dá em parte por esterco animal e em parte por adubos químicos externos. O foco dos cultivos são o milho, aipim e cucurbitáceas para alimentação familiar e animal, assim como frutíferas e hortaliças no entorno da moradia. Todo o sistema de cultivo é organizado para fornecer alimento ao Sistema de Criação, não tendo como objetivo a comercialização de produtos vegetais. Assim, são criados aves (autoconsumo), suínos (1 a 3) e gado (até 13), com plantéis variados entre cada família e ao longo do ano.

Os sistemas de cultivo estão, portanto, pensados para atender a demanda animal ao longo do ano, principalmente nos períodos de pouca disponibilidade de forragem no campo nativo. Da mesma forma os plantéis são ajustados acordo com a disponibilidade de forragem obtida através dos campos e das colheitas, sendo os plantéis de aves e suínos os que mais sofrem variação no ano agrícola. Estes são ampliados quando da aproximação da época de colheita para serem alimentados a maior parte do ciclo com a mesma e, por fim, abatidos, tendo novamente seus plantéis reduzidos (aves) ou totalmente suprimidos (suínos) nos períodos de entre safra.

Assim, os custos intermediários (CI) deste tipo de agricultores são compostos majoritariamente de insumos externos para o sistema de cultivo (sementes, NPK e uréia), os quais são transformados em produtos animais pela complementaridade entre os sistemas. Uma parte menor do CI também é composta pelos custos da alimentação dos animais vinda de agentes externos (milho quebrado, casquinha de soja, rações de diferentes formulações). Esta alimentação é utilizada na manutenção dos plantéis (principalmente as aves matrizes) em época de entressafra.

O sistema de criação de bovinos é realizado em pequenas superfícies com forragem cultivada na própria UPA, suplementada com a compra de terceiros da própria comunidade (principalmente cana). Eventualmente, quando do nascimento de algum animal, também pode ocorrer a compra de concentrados protéicos (milho, casquinha de soja e ração com formulações variadas) adquiridos de agropecuárias da região.

Normalmente são abatidos de um a dois bovinos por ano agrícola e tal produção é destinada ao consumo familiar, nuclear e/ou ampliado. No sistema de criação de suínos não é realizado o ciclo completo, ocorrendo a compra anual de leitões (de 1 a 3 por família), engorda e o abate para consumo familiar.

Este ajuste constante nas superfícies cultivadas e nos animais dos plantéis dinamiza o sistema frente à disponibilidade de tempo, mão de obra e da superfície agrícola disponíveis. Devido à produção comercializada ser em menor volume (em comparação aos grupos anteriores) existe a necessidade de tornar o sistema eficiente agrônômica e economicamente, reduzindo ao máximo a relação CI/PB. Desta forma, a idéia é produzir na UPA os alimentos mais valorizados no mercado: os derivados da produção animal.

#### **4.2.4 Famílias com Atividades Não-Agrícolas e/ou Aposentadorias e Agricultura para Autoconsumo (Tipo 4)**

Estas famílias vivem atualmente no território, embora algumas possam ter residido durante longo período em cidades como Porto Alegre, Região Metropolitana e Litoral Norte, voltando ao território por diversos motivos (MULLER, 2006, BARCELLOS et al., 2004) ao conquistar a aposentadoria. A migração destas famílias ocorreu principalmente a partir de meados do século XX em situação contextualizada no capítulo anterior.

Outra parte das famílias quilombolas manteve suas residências no território, mas passaram a realizar atividades não-agrícolas como principal meio de reprodução socioeconômica, estando atualmente também aposentadas. Seus filhos, hoje pais e mães de famílias nucleares, residem no território (mesmo que alguns tenham saído) e reproduzem a estratégia de buscar atividades não-agrícolas (Professora, enfermeira, doméstica, governanta, policial, segurança, construção civil, etc.).

Vivem as famílias em núcleos residenciais que representam a família extensa, “os Teresa”, “os Silveira”, “os Idalina”, etc. compondo as localidades do território quilombola (Ribeirão, Morro Alto, Aguapés, Ribanceira, Faxinal, Borba, Espreado, Prainha) que tem suas relações de parentesco e reciprocidade dentre a qual circulam idéias, informações e materiais.

Os netos dos primeiros, filhos dos filhos, todavia frequentam a escola, estudam em universidades, ou exercem atividade não-agrícola no território ou fora dele. Sem perspectiva de retorno às atividades agrícolas como meio de reprodução socioeconômica. Estes parecem

reproduzir a estratégia dos pais e avós, mantendo-se no território e buscando oportunidades não-agrícolas neste ou fora dele.

Havendo uma mudança estrutural profunda, poderia haver uma mudança desta situação, pois estas pessoas não descartam a possibilidade de investimento e dedicação a atividade ligada ao território, seja ela agrícola ou agroindustrial. Para isso, certamente, seria necessário uma reestruturação de todo o Sistema de produção podendo direcioná-lo a qualquer atividade que tenha pouca relação com a evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região até a atualidade. Ou seja, uma vez tomada a decisão por investimento em atividade no território, estas famílias teriam boas possibilidades de inovação, visto que o Sistema de produção não está estruturado a atividade específica (produção de banana, gado de corte ou de leite, pesca, etc.). Assim, poderiam atender a algum nicho específico de mercado local, por exemplo.

A perspectiva de desenvolvimento entre as famílias deste grupo tipológico é bastante diversificada e voltada tanto para fora como para o território quilombola. Muitos destes se encontram bem inseridos no mercado de trabalho, com cargos estáveis e muitas vezes bem qualificados. Mesmo assim, acreditam no desenvolvimento territorial para as gerações futuras, o que passaria necessariamente pela disponibilidade de incentivos produtivos, de transformação e/ou de serviços.

#### 4.2.4.1 Sistema de produção para o autoconsumo familiar (SP5)

No núcleo residencial da família extensa, as atividades agrícolas são majoritariamente destinadas ao autoconsumo, com forte enfoque no sistema de criação, composto por uma avicultura de ciclo completo e recria-terminação com a compra de pintos; suinocultura de engorda ou recria-terminação com compra do(s) leitão(ões); bovinocultura de ciclo completo com compra e venda de animais.

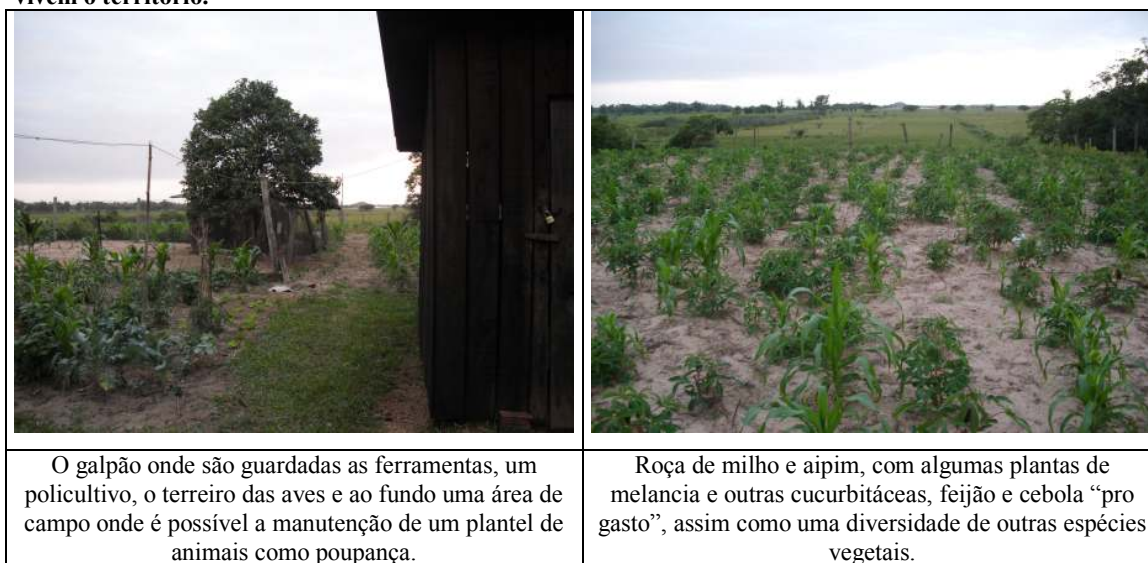
Assim, o sistema de criação pode, em vezes, se assemelhar ao tipo anterior, visto que é o foco central das atividades agrícolas. A diferença se coloca a partir do sistema de cultivo, pois neste grupo ele é concebido para o consumo humano, com pouco excedente aos animais. Dessa forma a maior parte da alimentação dos mesmos é adquirida fora da UPA e, ao contrário do tipo anterior, não existe um espaço de manobra de aumento-retração dos plantéis em função do aporte sazonal proveniente do sistema de cultivo, em vista deste último não ter condições de suprir minimamente a demanda de animais. Em consequência, os custos

intermediários envolvidos são praticamente da compra da alimentação animal ao longo de todo o ano agrícola.

As superfícies totais das UPAs podem chegar a 25 hectares sendo a maior parte de terreno acidentado, limitado a atividades de fruticultura e silvicultura (encosta basáltica da serra geral). Estas áreas encontram-se hoje majoritariamente sem manejo agrícola e a regeneração da vegetação já cobre os antigos bananais e/ou canaviais, compondo uma paisagem florestal.

As superfícies utilizadas se encontram nas regiões onde o terreno é menos acidentado. O sistema de cultivo fica localizado em terreno levemente acidentado de solos derivados da encosta da serra geral (basalto) e também alguma roça de aipim nas áreas planas, majoritariamente utilizadas com pastagem nativa (solo arenoso da planície costeira).

**Figura 21 - Agricultura para o autoconsumo familiar, dos que vivem no território e também para os que vivem o território.**



Fotos do Autor (2011)

Como a família extensa é composta por aposentados e/ou jovens com idade para acessar o mercado de trabalho, a força de trabalho para suprir as tarefas dos Sistemas de Produção mais intensivos é restrita. O acesso a terra também é outro fator que contribui na escolha por esta conformação do sistema produtivo, na medida em que a área que existe para o cultivo de alimentos de maior valor biológico para os animais (milho, milho, sorgo, etc.) é pouco propícia a qualquer iniciativa de mecanização para aumento da intensidade do trabalho. Ainda, a área de campo disponível limita a carga animal a um plantel onde não seria possível a subsistência familiar.

Dessa forma buscam obter com a atividade agrícola uma produção de maior valor agregado e de melhor qualidade que a oferecida pelo mercado, aumentando a Renda Agrícola por reduzir despesas de alimentação familiar com a compra de produtos de origem animal.

O sistema de cultivo está pensado, portanto, para o autoconsumo familiar e um pequeno excedente em função do sistema de criação. A produção vegetal assim acaba por aportar somente uma pequena parte da alimentação dos animais, o que resulta em elevado Grau de Externalização, onde o custo intermediário que chega a 2/3 do produto bruto gerado ( $CI/PB > 65\%$ ).

O contexto acima descrito leva ao seguinte questionamento: Se o gasto com a alimentação chega próximo ao valor do produto animal obtido, qual seria então a razão para a manutenção da atividade? Não seria mais fácil ir à mercearia comprar o produto acabado?

Questões subjetivas, simbólicas e também econômicas estão presentes no discurso podendo responder a estas indagações. Primeiramente a questão da qualidade foi sempre destacada, pois se tem claramente a diferença entre os produtos produzidos na UPA e os adquiridos fora dela, principalmente com relação aos derivados de aves e suínos. Outra razão, mais direta é que sim, se ganha alguma coisa, pois o CI não é a totalidade do PB e de fato, como mostraram os dados levantados (Tabela 1), obtém-se uma renda agrícola com a atividade.

A terceira motivação, mais difusa, mas muito estratégica e igualmente presente nos discursos, tem relação à autonomia e reserva de capital existente nos animais do plantel. O dinheiro economizado das rendas não-agrícolas ao invés de ser destinada à rede bancária, é mantido no pátio na forma de animais. Assim, além do “pingadinho” que entra quase diariamente com a venda de ovos, galinhas e patos, e da alimentação familiar garantida seja qual for o rumo “macroeconômico”, aquele terneiro, novilho, boi, enfim, pode ser acionado para saldar alguma despesa eventual, com saúde, reformas na residência, ajuda financeira a parente ou compadre, ou até mesmo, cobrir os custos do funeral de algum ente querido.

#### **4.2.5 Trabalhadores Rurais (Tipo 5)**

Este grupo de famílias foi reunido por trabalharem com atividades agrícolas para terceiros, obtendo renda não-agrícola de atividade agrícola. Estas famílias não possuem acesso a terra própria para produção independente, podendo apenas criar aves e pequenos animais em terreiro próximo a residência.

No contexto regional é o que mais se aproxima do “*latiminifundismo*”, uma estrutura social agrária onde “grandes proprietários monopolizam a maioria das terras agrícolas, enquanto o campesinato pobre se encontra confinado nos minifúndios que, de tão pequenos, não produzem nem o suficiente para cobrir as necessidades alimentares de suas famílias” (MAZOYER; ROUDART, 2010, pp. 515).

Apesar de haverem outros trabalhadores rurais no território quilombola, este tipo está concentrado e tem como “matriz” de definição uma família extensa específica. As famílias nucleares vivem em área coletiva, com dimensões bastante reduzidas, moradias muito simples e em precárias condições de saneamento básico (Figura 22).

**Figura 22 - Local de trabalho é no pátio, que pertence ao patrão.**



Fotos do autor (2011)

Um grupo de trabalhadores centrado na figura dos homens, pais de família que expressam em suas feições a história de vida dedicada à venda da força de trabalho para proprietários de terras nos arredores de suas residências, não possuem direitos trabalhistas. Estes vendem sua força de trabalho como diaristas, mesmo que por longos períodos de tempo e para o mesmo "patrão". Foi relatado que tais trabalhadores exercem as mesmas atividades por sete anos, 11 e até 18 anos para o mesmo proprietário de terras (!), sempre recebendo por dia trabalhado, sem qualquer abono por tempo de trabalho ou férias. Não recebem remuneração quando da ausência no trabalho, mesmo que por motivo de doença ou força maior. Pela idade avançada de alguns, quando lhe afeta alguma moléstia que pode levar à falta de quatro, cinco dias seguidos no trabalho, acaba por comprometer em muito a renda familiar, caracterizando uma situação de alta fragilidade social.



Não existe pagamento diferenciado conforme carga horária trabalhada, podendo algumas jornadas alcançar até 12 horas nos períodos em que há maior disponibilidade de luz natural. As atividades são variadas segundo a dinâmica da propriedade do patrão, desde lida campeira com gado, trato de animais e cultivo de roça, nas fazendas de gado, até o cultivo de fumo e/ou hortaliças nos sistemas altamente especializados das unidades empresariais.

As condições de trabalho segundo relatos são precárias. Alguns destes trabalhadores não usam equipamentos de proteção individual no manuseio e aplicação de agrotóxicos. Muitas vezes o problema de saúde que lhes obriga a faltar o trabalho e pelo qual não recebem, é por motivo de “tonturas e frouxidões nas pernas”.

Nos núcleos familiares, existem também aqueles que possuem emprego “com direitos trabalhistas”, maiormente mulheres que trabalham em empresas que prestam serviços de jardinagem nos condomínios fechados dos balneários do litoral. Estas pessoas deslocam-se diariamente até o local de trabalho, que fica em torno de 20 km do local de moradia. Possuem carteira assinada e direito a um dia livre por semana.

Por fim ainda há um terceiro grupo de homens e mulheres, mais jovens, que vivem de serviços temporários e pontuais, chamados por eles de “biscates”. Suas atividades se concentram nos sítios de lazer (construção, manutenção, ajardinamento, limpeza e trabalhos domésticos) e curtas empreitadas nas fazendas. Estes “biscateiros” igualmente não possuem direitos trabalhistas e contribuem na composição da renda e na reprodução socioeconômica de suas famílias.

#### 4.2.5.1 Sistema de produção na terra do patrão (SP6):

No contestável sistema de trabalho estabelecido entre quilombolas e alguns proprietários de terras, existe uma relação que poder ser considerada “um paternalismo de outrora”, dos tempos passados, algo que remete ao sistema agrário das sesmarias e a “brecha camponesa”.

Nesta relação “paternalista” o patrão permite ao trabalhador certo “nível de autonomia”. Assim, ao quilombola é permitido levar alguns insumos (mudas de hortaliças, adubos solúveis e agrotóxicos) para seus cultivos na zona residencial, assim como também lhe é permitido trabalhar por conta própria em determinada área na propriedade do patrão, não sendo o trabalhador pago por este trabalho visto que a roça é para seu desfrute, descontado a “renda” da terra que fica com o patrão, a qual pode chegar a terça parte.

Não raro, também, se desenvolvem “parcerias” entre patrão e trabalhador para que este último faça uma roça nas terras do primeiro com o objetivo de alimentação dos animais deste, de sua família e para que o trabalhador “também leve alguma coisa”, nestes casos o trabalhador tem o dia trabalhado remunerado.

Os Sistemas de Produção gerenciados pelos patrões estão relacionados a criação de gado, nas fazendas pecuaristas, ou produção de olerícolas e plantas de lavoura nas fazendas com este direcionamento. Estes sistemas, entretanto, não fazem parte do objeto de análise deste estudo que procurou centrar a investigação nas atividades das famílias quilombolas.

#### 4.2.5.2 Sistema de produção no pátio (SP7):

No local de residência, o Sistema de produção familiar está relacionado à manutenção do pátio, com o cultivo de frutíferas, plantas ornamentais, medicinais e da horta familiar. Como descrito anteriormente, existe a interação do sistema de criação com o sistema produtivo do "patrão", pois com o plantio da roça “própria” ou "em parceria", os animais recebem parte da alimentação proveniente da mesma. Assim este sistema está de certa forma articulado com o Sistema de produção na terra do patrão.

O restante da alimentação dos animais é adquirido de agentes externos pelos quilombolas que trabalham com carteira assinada nos balneários do litoral. A produção é estritamente para o autoconsumo familiar e é praticamente toda composta por produtos animais do sistema de criação de aves. Estas possuem um espaço de circulação ao ar livre e um espaço protegido. A Ração é lançada no ao chão no terreiro onde estes animais também ciscam. A colheita de ovos se dá rotineiramente e o abate dos animais é realizado sem uma frequência definida.

Algumas famílias criam eventualmente alguma cabra para leite, a qual permanece “na sóga” e é deslocada para que alcance novas áreas de forragem. Estes animais também são levados para as margens das estradas locais e mesmo da BR-101.

Há ainda dois casos isolados destes trabalhadores que realizam a engorda sazonal de suínos com forragem proveniente do descarte de alimentos dos restaurantes de Capão da Canoa, quando, no período de veraneio, existe abundante disponibilidade deste material.

No espaço de horta são cultivados alguns vegetais para alimentação familiar, assim como plantas medicinais e frutíferas, as quais encontram-se dispersas pelo pátio.

#### 4.2.6 Quilombolas Urbanos (Tipo 6)

Até o momento foram apresentados os tipos familiares que vivem no território quilombola e que tem ou não a centralidade da atividade agrícola em suas estratégias de reprodução socioeconômica. Entretanto, existe uma parcela das famílias que vivem no território, mas que não possuem atividade agrícola. Também existe um grande número de famílias registradas como quilombolas de Morro Alto que atualmente não residem no território.

Muitas delas se fazem presentes frequentemente no território, mantendo profundas relações de pertencimento territorial, parentesco e compadrio (MULLER, 2006). Também participam ativamente das assembléias da Associação Rosa Osório Marques, tanto para endossar o movimento quilombola de Morro Alto e propor projetos de desenvolvimento ao território, como também enquanto mediadores políticos com instituições externas sejam elas públicas, políticas, estatais ou de movimentos sociais.

Algumas destas famílias mantêm residência secundária no território e almejam o retorno quando alcançarem a aposentadoria, somando-se assim ao grupo descrito anteriormente (Tipo 4). As famílias deste grupo eventualmente realizam mínima atividade agrícola que se resume a roçadas e plantio de mudas frutíferas, que pode contribuir no fornecimento de gêneros alimentícios para a família na cidade, manter a terra para “não virar mato” (e aí uma preocupação com as leis ambientais) e mesmo para não abandonar o saber-fazer, o patrimônio imaterial e a memória existente naquele espaço rural.

Tanto as famílias que possuem residência secundária no território como as que possuem somente na cidade, formaram-se em momentos históricos semelhantes aos que os tipos que deslocaram a atividade agrícola do centro da estratégia se diferenciaram. Ou seja, a partir do momento em que, pela desvalorização dos preços dos produtos agrícolas de base, o sistema produtivo passa a ser insuficientemente rentável ( $RA/UTHF < \text{Custo de oportunidade}$ ) até atingir o ponto da impossibilidade de renovação e investimento na base produtiva material ( $RA/UTHf < NRS$ ).

Também por motivos de estudos ou capacitação profissional, dentro de uma perspectiva que estavam na cidade as possibilidades de desenvolvimento e ascensão familiar. Muitas vezes se aventurando, lá buscaram empregos na indústria em expansão, no futebol, prestação de serviço, empreendimentos, empregos públicos entre outros.

Ao mesmo tempo em que propostas de desenvolvimento agrário motivaram quem já havia saído a voltar, as decepções com as mesmas, e o conseqüente endividamento dos

agricultores somados às restrições das atividades agrícolas frente a legislação ambiental, contribuíram para novas buscas fora do território.

*Quando a gente saiu da lavoura... eu cheguei a trabalhar bastante na lavoura, eu fui um plantador de cana, eu plantei ali naquele morro ali umas seis hectares de cana sozinho... quase morri trabalhando, e no fim, quando dois anos após foi o corte da cana, aí foi pra arrebentar, por quê? O engenheiro lá da AGASA [...] e esse cara prometeu na época pra nós... era... comê que eu vou dizer... era cinquenta centavos o quilo da cana na época... eu digo bah! Eu tava em Porto Alegre. Eu digo vou pra casa, vou pra lavoura de volta. Vim e peguei que nem louco, cheguei bem descansado... e bombei. Fiz, plantei seis hectares de cana, eu tirei, peguei um empréstimo no banco de vinte e cinco cruzeiros na época... e... contando com a cana. E comecei a cortar cana e cortar cana e cortar cana e o caminhão levando, levei aproximadamente uns... acho que deu mais de 40 caminhão de cana, carregado tudo nas costas, na carreta... era chuva, vento, tinha que carregar. Ponto final. No dia que a gente foi lá pra acertar o frente do caminhão... e ver o que tinha sobrado pra gente... cheguei lá e eu tava devendo!. aquele mundo de cana... ele levou, aliás ele levou não, eu levei, o caminhão levou. Deu pra pagar o caminhão a pau e corda e o banco... não sobrou dinheiro pra pagar. Na época era 25 mil réis [...] e o pai se apavorou, era meio doente, né.[...] fui pra Porto Alegre e fui pro Internacional [...] paguei tudo e disse “ó pai fica tranquilo, tá na mão”... aí com aquilo ali eu me desiludi... aí veio aquela proibição que você não poderia derrubar mais mato pra fazer terra nova... aí eu parei. Então foi aonde eu assumi o emprego [...] então dali pra cá aí eu... larguei a roça, larguei a lavoura por completo, tratei de me empregar e fui pra lida de emprego. (Entrevista realizada em novembro de 2011).*

Dessa forma é que algumas destas famílias ainda visualizam, criam, imaginam projetos futuros no território e é o tipo fortemente envolvido na questão de regularização fundiária. Pois um dia já se sentiram motivadas a voltar e investir esforços no desenvolvimento de atividades familiares, “trabalhando para si próprio” o que não acontecia na cidade. Possuem uma visão externa do contexto fundiário e político local e reivindicam desenvolvimento para os quilombolas, quando acreditam que as potencialidades locais fornecem as bases para impulsionar o desenvolvimento destas famílias.

No território interrompem a estrada não somente nos dias atuais exigindo que se apliquem as normativas legais para titulação do território, mas desde a década de 60 quando alguns foram presos nestas ações que reivindicavam na época a reforma agrária. Nas cidades, se articularam com movimentos políticos e muitas vezes militam em movimentos sociais, buscando meios de colocar em prática uma idéia que nunca abandonaram: alcançar o desenvolvimento socioeconômico a partir de suas raízes materiais e culturais.

Torna-se importante então apontar a presença deste tipo de família quilombola, que é em igual ou maior número que as famílias que vivem no território, pois nele pode estar presente uma proposta de inovação ao desenvolvimento territorial, inclusive com investimentos externos e com aporte via projetos de cooperação com instituições externas.

Além disso, muitos destes quilombolas cujos pais migraram do território, hoje são profissionais diplomados em cursos superiores e/ou possuem experiências em diversos setores tanto da iniciativa privada como de instituições públicas e estatais.

Deste grupo (não se restringido somente a este) também pode emergir conexões com outros territórios quilombolas, de movimentos sociais diversos, dentro e fora do país. Assim, dentro dos objetivos de identificar caminhos que foram traçados, e apontar aos potenciais a partir da regularização fundiária do território, este grupo irá somar-se com idéias e pessoas.

**Figura 23 - Atividades comunitárias renovam os laços, a consciência política e a cultura, marcam a participação histórica da comunidade no desenvolvimento da região enquanto pautam por uma nova perspectiva de entendê-la.**



Assembléias Mensais são realizadas em Morro Alto para tratar dos assuntos quilombolas. Foto: Gutcha Ramil Magalhães



O Maçambique que representa na sua dança a união de dois povos: a Rainha Ginga e o Rei Congo com seus exércitos agora unidos. Em abre alas o estandarte de Nossa Senhora Aparecida. Foto: Mônica Arnt



A nova sede da ACROM ao pé do Morro Alto como fruto da mobilização comunitária que reivindica projetos de medidas compensatórias aos impactos das obras da BR-101. Foto do autor



Quase cinco mil mudas de espécies frutíferas plantadas pelas famílias quilombolas no ano de 2011, também fruto da mobilização comunitária frente aos impactos das obras da BR-101. Foto do autor



Seu Manoel Chico, Presidente de Honra da ACROM às margens da BR-101 na localidade de Morro Alto, próximo ao local de moradia de seus descendentes e de onde cultiva sua roça. Foto: Mônica Arnt



O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atravessando o Túnel Morro Alto na ocasião da inauguração da obra. Os quilombolas de Morro Alto entregaram carta ao mesmo que garantiu a titulação das terras. Entre as autoridades a comunidade se viu representada pela Rainha Ginga do Maçambique. Foto: Mônica Arnt

## **5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO PRODUTIVA E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A análise dos indicadores agroeconômicos obtidos do estudo dos Sistemas de Produção em cada tipo social é interessante por possibilitar a relativização entre estes sistemas produtivos, assim como os resultados obtidos por cada um deles. Assim, torna-se possível comparar ganhos (ou perdas) de eficiência ou produtividade e desvelar algum sistema mais ou menos vantajosos para as condições locais.

Além disso, esta análise pode também apontar para sistemas que merecem maior atenção, em nível de itinerário técnico ou modo de condução da criação, buscando intervenções que possam auxiliar no aumento da renda das famílias, considerando também os aspectos socioculturais, ambientais e a relação com a disponibilidade de terra, trabalho e capital que tais intervenções possam acarretar.

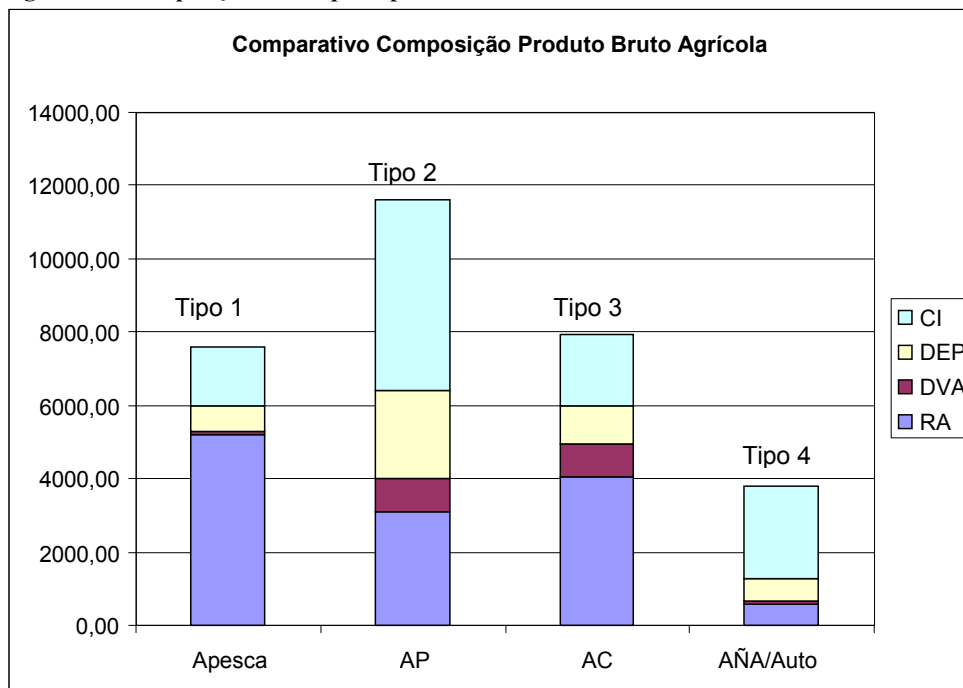
Na análise comparativa não serão incluídos os Tipos 5 e 6, Trabalhadores Rurais e Quilombolas Urbanos, pelo fato de seus sistemas produtivos não existirem ou estarem demasiadamente desestruturados, o que impossibilita uma comparação com as outras realidades. Estes tipos, entretanto, devem ser considerados na discussão sobre as perspectiva, ou ações para o desenvolvimento local, particularmente frente ao processo de regularização fundiária e retomada das áreas dentro do perímetro do território quilombola.

### **5.1 GERAÇÃO DE RIQUEZA E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO: O QUE FICA PARA A FAMÍLIA?**

Os dados detalhados dos resultados econômicos encontram-se na Tabela 1, assim como os valores e índices utilizados na avaliação patrimonial. A Figura 24 apresenta a composição do Produto Bruto Agrícola (PB) para cada tipo social descrito anteriormente. Na composição do cálculo do PB são consideradas as variáveis dos Custos intermediários (CI), Depreciação Econômica Anual (DEP) e a Divisão do Valor Agregado (DVA, resultando, a partir dessas deduções, a Renda Agrícola.

Uma primeira informação extraída da Figura 24 é de que os Tipos que tem na atividade agrícola a principal estratégia de reprodução socioeconômica são as que alcançam as maiores Rendas Agrícolas, mesmo que isso não signifique maiores remunerações por ativo familiar envolvido na atividade, como será visto mais adiante.

**Figura 24 - Composição do PB por tipo social.**



Fonte: dados da pesquisa

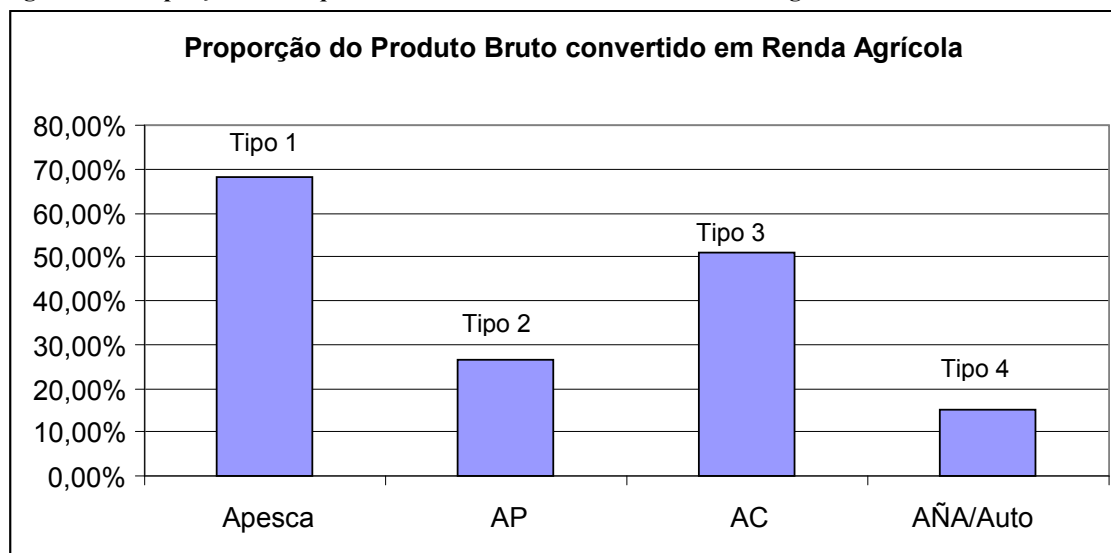
O Produto Bruto Agrícola gerado pelo Tipo 2 - Agricultura como Principal atividade (AP), é 1,85 vezes maior ao obtido pelo Tipo 1 - Agricultores-Pescadores (APesca) e 1,74 vezes maior que o do Tipo 3 - Agricultura Complementar (AC), chegando ao triplo do PB do Tipo 4 - Agricultura para autoconsumo (AÑA/Auto).

Em termos de renda agrícola, entretanto, o Tipo 2 não alcança a obtida pelo Tipo 1 (APesca), o qual é mais eficiente do ponto de vista econômico, como mostra a Figura 25, onde é apresentada a proporção do PB que é efetivamente transformada em Renda Agrícola. Neste contexto os agricultores-pescadores transformam quase 70% de seu PB em renda agrícola (sem contar os resultados da atividade pesqueira), enquanto os agricultores AP não alcançam a terça parte do Produto Bruto.

Em posição intermediária encontra-se a Agricultura Complementar (AC) que consegue transformar cerca de 50% de seu PB em renda. Por fim a agricultura para autoconsumo (AÑA/Auto) com a menor renda e a menor eficiência econômica devido a compra da maior parte da alimentação dos animais do plantel, os quais são o principal objetivo de seus sistemas produtivos.



Figura 25 - Proporção do PB que é efetivamente transformado em renda agrícola.



Fonte: dados da pesquisa

A baixa eficiência relativa dos agricultores (AP) pode ser analisada voltando-se à Figura 24 onde, na composição do PB deste grupo, destacam-se os Custos Intermediários (CI) e de Depreciação Econômica Anual (DEP). Este elevado CI justifica-se por este grupo ter maior investimento em insumos externos, principalmente ligados ao sistema de cultivo da banana (adubos solúveis) e à alimentação dos animais domésticos (milho para aves e suínos de ciclo recria-terminação).

Outro aspecto que merece atenção frente a menor eficiência dos AP é com relação a DEP, a qual é resultado de uma estrutura produtiva nuclear, ou seja, a família nuclear detém os meios de produção e seus custos relacionados. Em contraposição, o grupo APesca que necessita dos mesmos meios de produção, os tem enquanto família extensa, cabendo os custos de manutenção e depreciação serem rateados entre todos os núcleos familiares. A organização na utilização destes meios depende de acordos internos que evitem a concorrência entre estes núcleos, o que segundo relatos vem sendo satisfatoriamente alcançado.

O grupo AÑA/Auto possui o maior CI relativo, ou seja, grande parte do PB gerado é proveniente de agentes externos, o que faz com que este grupo seja o de menor eficiência econômica (menos de 20% do PB torna-se renda) e com maior grau de externalização (maior que 60%). Isso ocorre porque o foco em produto animal, em um Sistema de produção onde o sistema de cultivo é reduzido (ou insuficiente), resulta na compra de praticamente toda a alimentação, caracterizando um sistema de transformação vegetal-animal. Dito de outra

maneira, a riqueza é em sua maior parte gerada a partir da transformação de matéria prima externa (produto vegetal) em animais do plantel (produto animal). Essa transformação é mediada pelo conhecimento acumulado, o saber-fazer que possuem estas famílias.

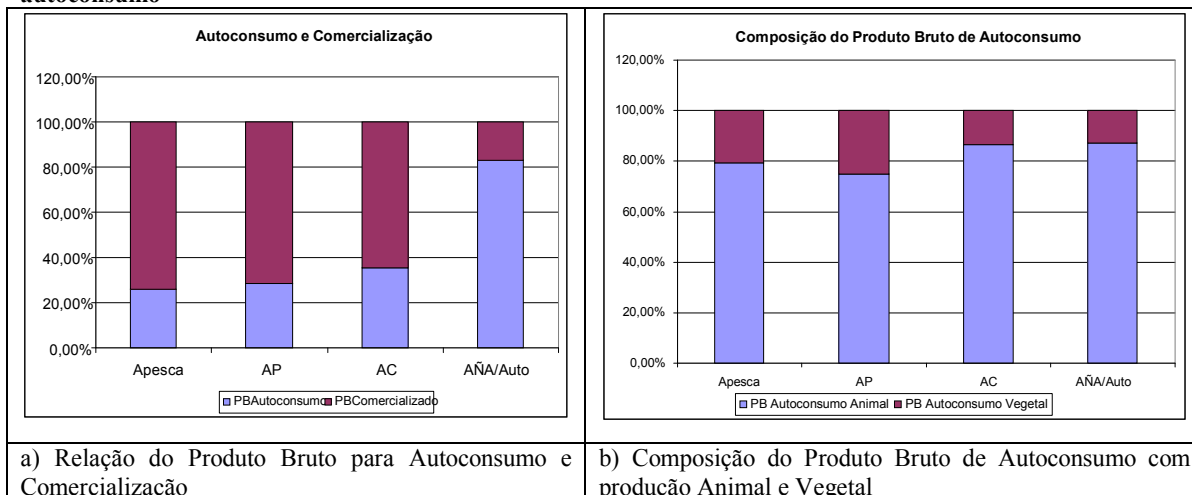
Ainda com relação à Figura 24, o aumento da Divisão do valor Agregado apresentado mais nitidamente no grupo AC, e em menor grau pelo grupo AP, está relacionado a contratação eventual de mão de obra externa por parte de algumas famílias.

Com relação ao DVA, é também interessante observar no grupo APesca, o reduzido impacto na renda ocasionado pelos gastos financeiros com financiamento dos investimentos para aquisição de meios de produção (Tobata e Pulverizador Motorizado). A política pública de juros subsidiados, onde estas despesas tornam-se bastante reduzidas (até irrelevantes), motivaram as decisões pela qualificação das bases produtivas materiais. A amortização deste financiamento é por sua vez relevante, mas foi assumida como compromisso coletivo e será rateada entre todas as famílias nucleares que se utilizam destes meios.

O baixo impacto dos custos financeiros gerados pelo financiamento dos meios de produção, ou seja, investimento, indicam que esta pode ser uma opção também para o custeio da produção, de maneira a elevar a produtividade até os níveis alcançados na região (6 ton/ha) e como consequência ter aumentada também a remuneração do trabalho familiar.

As Figuras 26 apresentam a relação entre o PB comercializado e o PB destinado ao Autoconsumo familiar. A primeira (26a) mostra que o PB autoconsumo aumenta na medida em que diminui a importância da atividade agrícola enquanto estratégia de reprodução socioeconômica. Complementarmente a Figura 26b demonstra que do PB destinado ao autoconsumo, pelo menos  $\frac{3}{4}$ , ou 75%, é de produtos animais, o que comprova a escolha de todos os tipos em focalizar a produção para autoconsumo em produtos com maior valor de troca e que possuem diferenças significantes em aspectos qualitativos.

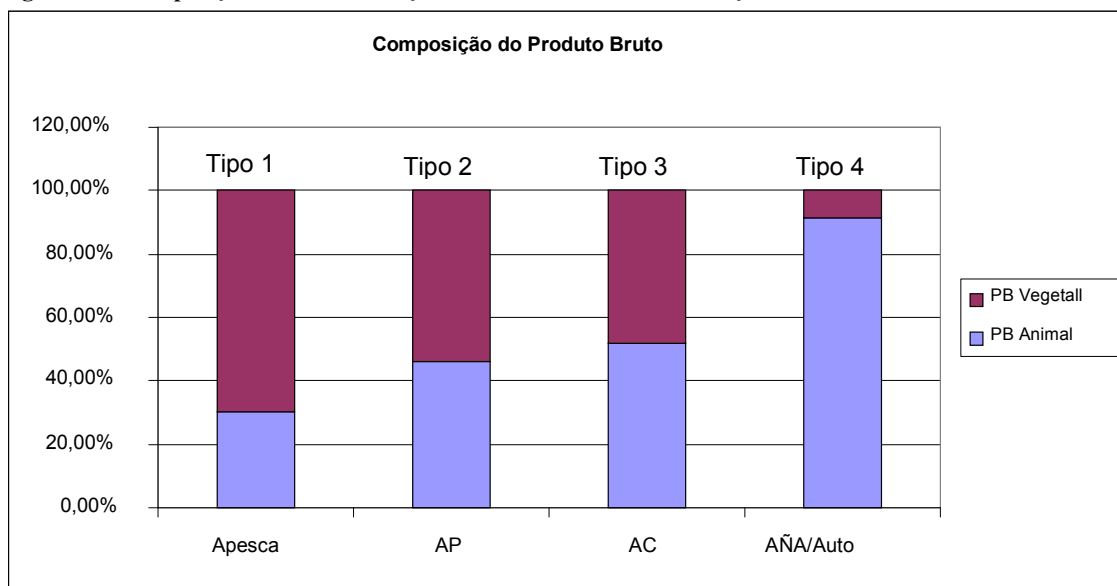
**Figura 26 - Proporção do Produto Bruto comercializado e composição do Produto Bruto para autoconsumo**



Fonte: dados da pesquisa

Complementarmente a estas Figuras, a Figura 27 mostra que quanto maior a relação  $PB_{comercializado}/PB_{autoconsumo}$ , ou seja, quanto mais a UPA destina sua produção para o mercado, menor é a relação  $PB_{Animal}/PB_{Vegetal}$ . Com efeito, a produção destinada à comercialização é majoritariamente (entre 60% e 90%) proveniente do sistema de cultivo e não de criação, o qual está relacionado ao autoconsumo. Esse fato reflete as mudanças nos sistemas produtivos causados pelas legislações sanitárias e ambientais que impossibilitaram a comercialização de produtos animais beneficiados de forma artesanal. Corroboram de igual forma com os relatos de que por não mais poder vender produtos animais devido a estas restrições, foi dificultada em muito a manutenção das atividades agrícolas como principal atividade familiar, que em muitos casos, se mantêm por questões “*de costume*” ou “*de tradição*”.

**Figura 27 - Composição do PB em relação ao sistema de cultivo e criação**



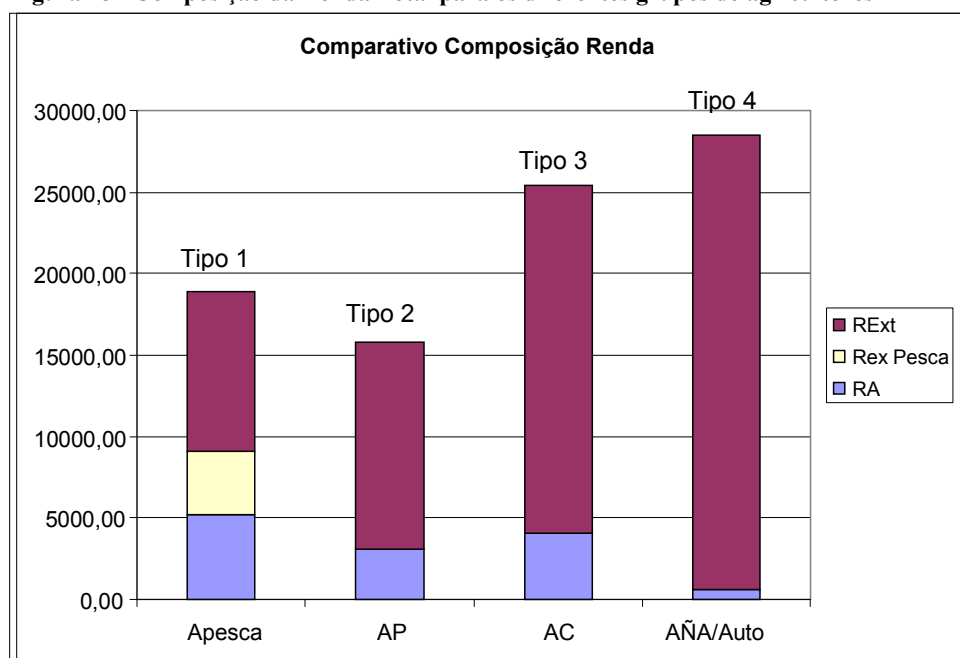
Fonte: dados da pesquisa

Dessa forma, os produtos com maior valor de troca só podem ser consumidos pela família, trocados ou mesmo eventualmente comercializados entre compadres, vizinhos ou parentes. O produto “legalizado” é o vegetal *in natura* com menor valor de troca, que resulta em baixa remuneração da mão de obra familiar por unidade de superfície trabalhada, pelo fato destes produtos competirem diretamente com as grandes extensões de produção modernizada e desterritorializada, conforme Mazoyer e Roudart (2010), restando assim para quem não dispõe de um sistema especializado (bananiculrua), concentrar seus esforços na produção animal para o autoconsumo.

A Figura 28 apresenta a composição da Renda Total<sup>25</sup> das famílias para os diferentes grupos. Nela está também apresentada a Renda do Extrativismo da Pesca obtida pelos agricultores-pescadores da lagoa dos Quadros. Também são apresentadas as Rendas Externas obtidas de aposentadorias, empregos assalariados e temporários e de transferências sociais, como a “Bolsa Família” e o “Seguro Defeso”, entre outras.

<sup>25</sup> Ver ilustração da composição da Renda Total no Capítulo II, Figura 1.

**Figura 28 - Composição da Renda Total para os diferentes grupos de agricultores**



Fonte: dados da pesquisa

Note-se a importância da atividade pesqueira na medida em que a mesma praticamente dobra a Renda Interna (RInt) ao apresentar valor da Renda do Extrativismo da Pesca (REP) proporcional a Renda Agrícola. Notadamente para este grupo, as Rendas Externas (REExt) serão menores por dedicarem-se mais à atividades pesqueira enquanto atividade não-agrícola. Quando comparadas as Rendas Não-Agrícolas (REExt + REP) deste grupo, verificam-se valores muito próximos entre AP e APesca. Por outro lado, do ponto de vista do uso dos recursos naturais ou, “dos recursos internos à UPA”, o grupo APesca utiliza com maior intensidade, dependendo menos das Rendas Externas, e portanto, o grupo com maior autonomia de renda.

Fato que chama a atenção é de que AP, onde a agricultura é central nos meios de reprodução socioeconômica, obtém renda agrícola menor inclusive que a AC, grupo que não tem na atividade agrícola a principal atividade. Tal fato pode estar relacionado à eficiência econômica relatada anteriormente, pois AP possui PB maior do que o grupo AC. Ou seja, O grupo AC consegue gerar maior renda mobilizando menor volume total de riquezas (menor PB) por ter maior produção de riqueza (VAL) internamente aos seus sistemas produtivos. Isto está relacionado a menores custos intermediários e de depreciação da infraestrutura produtiva.

As Rendas Externas dos tipos 1 e 2, Agricultores-Pescadores e Agricultura Principal respectivamente, estão relacionadas, por ordem de importância, às Rendas de Aposentadorias,

Rendas de Salários e de Transferências Sociais (principalmente o salário-defeso no tipo APesca).

O grupo com maior Renda Total entre os três grupos com significante comercialização da produção é o das famílias onde o foco está nas atividades não-agrícolas, mas que manteve o sistema produtivo estruturado (Tipo 3, AC). Dessa forma a Renda Agrícola chega próximo dos tipos AP e Apesca, mesmo ocorrendo contratação de mão-de-obra, fato que libera a família a buscar outras fontes de renda.

Aqui se tem uma situação interessante: este grupo parece encontrar um “limiar ótimo” entre atividade agrícola e não-agrícola, na medida em que possui na família a força de trabalho para manter seu sistema produtivo enquanto que este não prejudique ou impossibilite a atividade não-agrícola, que, como foi visto no capítulo III e o será mais adiante com os dados da pesquisa, tornou-se mais atraente do ponto de vista da remuneração da força de trabalho.

Assim, nos momentos de maior demanda por mão de obra (preparo da terra, capinas, etc.) estas famílias optaram por contratar mão de obra externa a preços mais baixos do que recebem com suas atividades não-agrícolas (efeito da equação 4 da Figura 4). Mantém-se assim o sistema produtivo estruturado com liberação da mão de obra familiar excedente (filhos, esposas e/ou pais de famílias) às atividades não-agrícolas. Importante ressaltar, porém, que o volume de mão de obra familiar ( $UTH_f = 1,3$ ) segue predominante em relação ao da mão de obra contratada ( $UTH_c = 0,25$ ).

Quando não é possível a contratação da mão-de-obra, reduzem-se temporariamente as atividades agrícolas para possibilitar “a saída” para venda da força de trabalho com posterior retorno e retomada plena do sistema produtivo. Isso se torna possível pelo ajuste do sistema produtivo à oferta de trabalho sazonal de maneira que uma atividade não impossibilite a outra.

No caso de trabalho não-agrícola permanente, para se evitar a contratação de mão de obra externa, as atividades agrícolas que demandam maior tempo e mão de obra são realizadas em momentos complementares às atividades não-agrícolas, como por exemplo, aos finais de semana ou finais de tarde e até mesmo nas férias, como relatado por um agricultor que neste período realiza a capina da lavoura de aipim, a qual irá fornecer a base da alimentação de seu plantel de aves e suínos durante o ano agrícola.

Este agricultor, aliás, é considerado “inapto” a acessar políticas públicas para a agricultura familiar, na medida em que não consegue obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF por possuir carteira assinada. Assim cria-se um ciclo onde não se consegue acessar

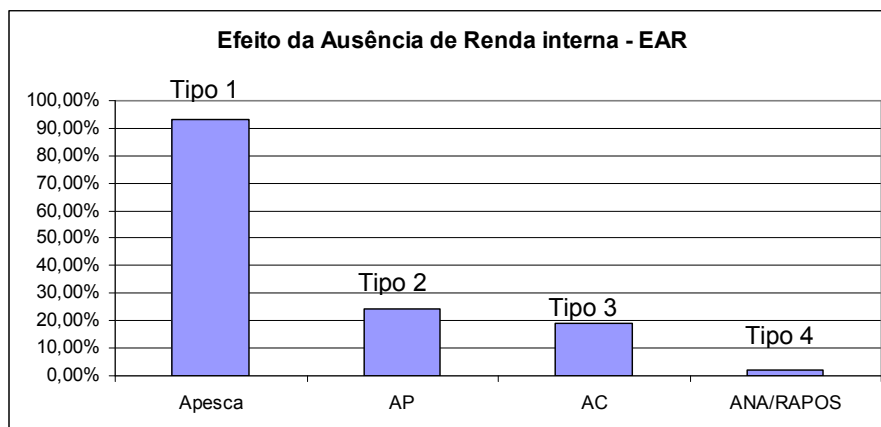
as políticas por não ter a agricultura como principal renda e não se ter na agricultura a principal renda por, dentre outros motivos, não se acessar as políticas destinadas a fortalecer, renovar ou ampliar, os sistemas produtivos mais fragilizados. Esta discussão, entretanto, poderia ser objeto de outro estudo.

A Figura 29 apresenta a importância relativa da renda interna para os diferentes grupos estudados. O Tipo 1 - APesca necessitaria elevar em mais de 80% suas rendas externas caso abdicasse das atividades agrícolas e pesqueiras, o que aponta para a centralidade do manejo dos recursos naturais disponíveis sobre a qual está estruturada a estratégia de reprodução socioeconômica destas famílias.

AP e AC teriam de aumentar em mais de 20 % e 14%, respectivamente, suas rendas externas para manter o nível de renda familiar nos patamares atuais, se de fato não existissem as rendas internas. Nesta comparação fica evidenciado que a AC é *quase* tão dependente das rendas internas como AP, grupo que assume a atividade agrícola como principal atividade, mas que tem nas rendas de aposentadoria uma importante contribuição na reprodução socioeconômica. Isso mostra, por outro lado, que ao grupo AC a atividade agrícola segue sendo considerada como uma estratégia (factível) de reprodução socioeconômica, desde que mude a conjuntura atual da baixa remuneração de seu trabalho.

A atividade agrícola para AÑA/Auto é relativamente pouco expressiva do ponto de vista econômico, tendo estas famílias que aumentarem em apenas 2% suas rendas externas. Assim, pode-se afirmar que somente este grupo (AÑA/Auto) poderia abdicar das atividades produtivas e extrativas sem praticamente nenhum efeito na renda familiar. Entretanto, deve-se ter em mente que tais atividades possuem valores simbólicos e culturais relacionados ao processo produtivo (ou extrativo) e à qualidade da produção realizada no seio familiar, de forma que esta não é vinculada somente ao retorno econômico e sim a outros fatores de cunho subjetivo e simbólico.

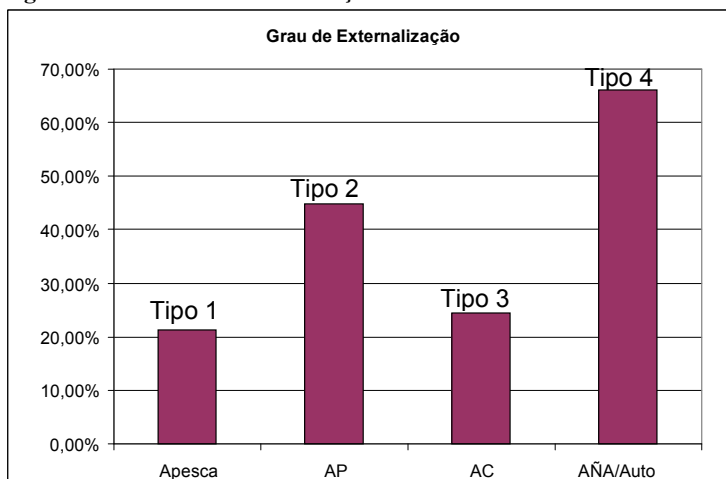
**Figura 29 - Elevação da renda externa necessária para manter o nível de renda familiar em caso de ausência das rendas internas**



Fonte: dados da pesquisa

Com relação a autonomia dos sistemas produtivos em gerar riquezas, o Grau de Externalização (Figura 30), mostra que o Tipo 4 (AÑA/Auto) é, de longe, o que depende mais fortemente de agentes externos. Em situação oposta está o grupo AC e o Apesca onde não se utilizam insumos externos com tanta intensidade, buscando produzir “*com o que se tem*”, acionando os recursos externos de forma mais estratégica.

**Figura 30 - Grau de Externalização**



Fonte: dados da pesquisa

O grupo AP investe mais no custeio de suas safras agrícolas (principalmente nos adubos solúveis para banana) na medida em que nelas centram os esforços de reprodução social (mesmo que acabam não tendo na renda interna sua maior renda). A diferença entre estes está no uso mais eficiente dos equipamentos agrícolas pelo grupo Apesca e pela



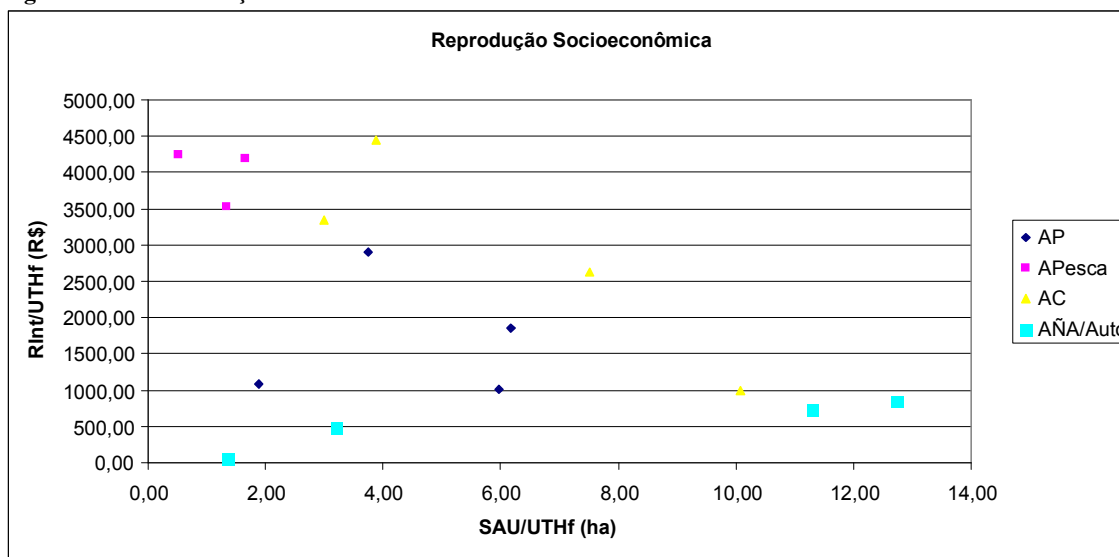
atividade pesqueira em si, a qual possui custos intermediários muito baixos por não depender de aporte direto ao sistema extrativo, mas somente combustível para o barco e a manutenção dos meios de extração que é relativamente baixa.

### 5.1.2 A remuneração da mão de obra dos Agricultores Quilombolas

Até agora foram analisadas a composição do produto bruto até a obtenção da Renda Interna para cada tipo estudado. Mais do que saber o valor total das rendas agrícolas e do extrativismo da pesca, é fundamental analisá-las enquanto remuneração da mão de obra familiar ativa nestes sistemas, de maneira a avaliar a viabilidade econômica dessas atividades.

A Figura 31 apresenta os valores referentes à remuneração da mão de obra familiar ( $R_{Int}/UTHf$ ) em função da intensidade do trabalho ( $SAU/UTHf$ ), obtidos para cada Sistema de produção estudado.

**Figura 31 - Remuneração da mão de obra familiar e intensidade do trabalho**



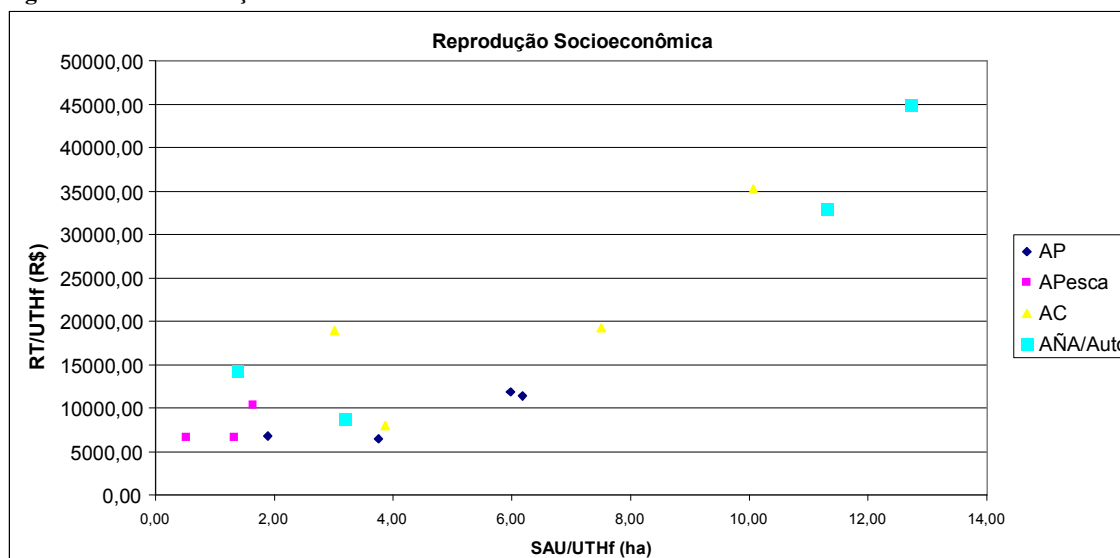
Fonte: dados da pesquisa

Os resultados mostram que em nenhum Sistema de produção colocado em prática atualmente pelos quilombolas de Morro Alto é alcançado o Nível de Reprodução Socioeconômica (NRS= R\$ 6.600,00/UTHf/ano) sendo neste fato demonstrada a importância que as atividades não-agrícolas exercem na complementação da Renda Total e na manutenção do próprio sistema produtivo agrícola..

Outra constatação é de que quanto mais central é a atividade agrícola na estratégia de reprodução familiar, mais intensivo é o trabalho, ou seja, menor superfície de terra é utilizada por cada ativo familiar. Isso se deve primeiramente pelo tipo de atividade: o sistema de cultivo da banana exige maior força de trabalho por unidade de área do que os sistemas mais extensivos adotados pelas famílias que deslocaram as atividades agrícolas do centro de sua estratégia. E também pelo tempo de dedicação ao sistema produtivo uma vez que este é, *a priori*, o “ganha-pão” familiar.

Se um sistema produtivo está abaixo do NRS, ele tende ao desaparecimento, ao menos que a família tenha atividades complementares não-agrícolas, como é o caso. Os resultados desta complementaridade são apresentados na Figura 32.

**Figura 32 - Remuneração da mão de obra familiar considerando as Rendas Externas**



Fonte: dados da pesquisa

A partir da análise da Figura 32 é possível identificar que os sistemas produtivos estão articulados de maneira tal com as atividades externas (não-agrícolas) a ponto de se obter, nas piores situações, o limiar do NRS. Dessa forma, na diversidade de arranjos, todas as famílias estudadas encontram maneira de, articulando um sistema produtivo coerente às suas expectativas com a busca complementar de atividades não-agrícolas, chegar ao nível de reprodução socioeconômica.

Também fica claro que os melhores resultados alcançados são dos tipos que priorizaram as atividades não-agrícolas e seriam estas as que teriam maior capacidade de

realizar investimentos nos sistemas produtivos, o que ocorrerá parcialmente enquanto a atividade agrícola permanecer elemento secundário.

A atividade agrícola, articulada ou não com o extrativismo da pesca, não consegue gerar uma renda suficiente para garantir a reprodução socioeconômica das famílias quilombolas. Mesmo com a complementação das rendas externas, em alguns casos, apenas se alcança o nível de reprodução socioeconômica. Em outros se chega acima deste nível, porém ainda abaixo do Custo de Oportunidade que possibilitaria realizar investimentos no sistema produtivo sem prejudicar a remuneração do trabalho familiar.

As famílias que não alcançam o CO e estão realizando investimentos no sistema produtivo (como ocorre com famílias tanto da AP como da APesca), o fazem em detrimento à remuneração do seu trabalho. Este “sacrifício” da remuneração do trabalho pode estar justificado nas melhorias das condições do próprio trabalho (moto-mecanização), nas perspectivas futuras de melhores resultados proporcionados por tais investimentos e, talvez principalmente, por estarem fortalecendo o seu próprio mecanismo de reprodução socioeconômica, renovando sua capacidade para manter-se resistente frente às pressões e desafios externos.

Por outro lado, as duas famílias com foco central na agricultura (Tipo 2 - AP) que superam o Custo de Oportunidade ( $RT > R\$ 9.900,00/UTH/ano$ ), o fazem somente devido a contribuição das Rendas de Aposentadoria existentes, ou seja, a eventual venda da força de trabalho dos agricultores quilombolas contribui até se alcançar, na melhor das hipóteses, o Custo de Oportunidade. As famílias que superam este limite, contam com rendas da aposentadoria dos próprios agricultores ou de seus pais. Assim, os agricultores que ainda não possuem tal “benefício” o aguardam para quando, finalmente, terão seu trabalho remunerado de acordo com o mercado local.

O fato das famílias alcançarem o NRS somente com a complementação das Rendas Externas não é em si um problema para o sistema produtivo agrícola, do contrário, parece mais solução. O problema (pelo menos do ponto de vista teórico) é a tendência de dominação de um sobre o outro, o que é posto em relevo quando se percebe um movimento histórico, recente se considerado toda a evolução e diferenciação dos sistemas agrários, de deslocamento da atividade produtiva agrícola do centro da estratégia familiar ou, o “êxodo agrícola” de que falam Mazoyer e Roudart (2010).

Com efeito, como mostram os resultados da Figura 32, na medida em que o sistema produtivo torna-se dependente de atividades externas para manter-se operante e receber investimentos, e ainda mais, na medida em que as famílias que mais prosperam são

justamente nas quais a agricultura tornou-se acessória na estratégia familiar, completa-se um ciclo de estímulo progressivo ao deslocamento da importância das atividades agrícolas, se não nas gerações atuais, com grande chance nas futuras.

Não se trata então de preocupar-se com que as famílias quilombolas tenham na agricultura, e somente dela, os meios econômicos e materiais para sua reprodução. Até porque esta não é mais a realidade de muitas delas. De fato as atividades externas são importantes não só pelo retorno financeiro, mas também, assim como nas atividades agrícolas, elas têm sua importância social e cultural, na medida em que estimulam a circulação de pessoas e as trocas entre as mesmas, à busca por formação profissional e por maior participação no sistema de ensino formal, entre outras tantas implicações que não cabem ao atual estudo discutir à sua exaustão.

A questão está em dedicar-se às atividades não-agrícolas para quê e para quem, e qual é a contribuição dessa atividade na reprodução sociocultural destas famílias.

Ambas as questões estão relacionadas. Uma vez investindo progressivamente mais esforços na atividade produtiva “alheia”, ou seja, “*trabalhando para os outros*” como dizem, o sistema produtivo familiar, o “trabalhar para si próprio” e a relativa autonomia proporcionada por ele, são fragilizados. Uma vez fragilizado o sistema produtivo, a família torna-se mais dependente daquela atividade externa, a qual passa cada vez mais a influenciar as decisões familiares.

Dessa forma é que se chega à segunda questão. Existe uma grande diferença entre ter a possibilidade de se desenvolver localmente, e com isso gerar empregos locais relacionados ao contexto sociocultural das famílias quilombolas, ou simplesmente adaptar-se a um desenvolvimento “externo e alheio”, contribuindo neste com sua força de trabalho em detrimento a todo o patrimônio imaterial associado ao modo de ser local.

Fica então o desafio de não somente aumentar os rendimentos do trabalho agrícola, mas gerar opções de desenvolvimento local para que os trabalhos não-agrícolas possam estar relacionados a este contexto de modo a reforçar as características locais, como ocorre com a pesca artesanal, por exemplo, e não quando se trabalha numa rede multinacional de supermercados.

O atual sistema agrário apresenta-se no mínimo contraditório, na medida em que alguns Sistemas de Produção prosperam, enquanto a maioria necessita de aportes externos para subsistir. Mais parece estar em crise na medida em que são pouquíssimos os primeiros e generalizados os segundos. Encontra-se, portanto, em momento de nova diferenciação e a discussão que se propõe é o modelo de desenvolvimento para a região: mais do mesmo,

tornar-se outra região desenvolvida com viadutos e sinaleiras, ou mais dela mesmo, desenvolvida a partir da gente, da paisagem e da história local.

Esta situação de crise tem suas razões históricas até aqui trabalhadas e apontar para ações que possam mudar este quadro torna-se relevante, na medida em que se não forem elevadas as remunerações do trabalho familiar dos quilombolas, seguirá ocorrendo o distanciamento das atividades agrícolas como meio de reprodução socioeconômica e com isso deixando-se no tempo uma série de costumes, modos de viver e relacionar-se, assim como as relações simbólicas da interação desta sociedade com o ambiente natural.

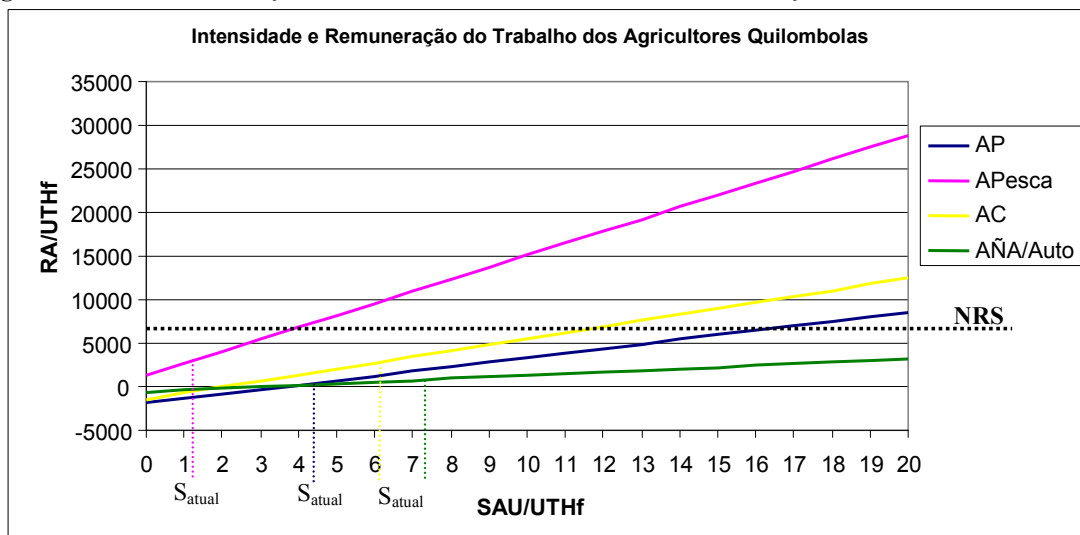
A partir desta análise se busca levantar as possibilidades que possam contribuir ao fortalecimento das relações produtivas e sociais com o meio natural, dando somente um passo na discussão e aprendizado coletivo, por alternativas para os agricultores quilombolas de Morro Alto, principalmente frente ao processo que se aproxima de retomada do território. Esse será o objetivo das próximas seções.

## 5.2 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANALISADOS: AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E DO VALOR AGREGADO PARA AUMENTAR A REMUNERAÇÃO DO TRABALHO QUILOMBOLA

Uma vez identificado que a remuneração do trabalho familiar proporcionada pelas atividades internas à UPA, considerada também a atividade não-agrícola da pesca artesanal, está abaixo do NRS, é relevante buscar aspectos que podem estar limitando o resultado destes Sistemas de Produção. As propostas contidas nesta seção buscam elevar a remuneração da mão de obra familiar a partir do aumento da produtividade agrícola, com aumento da intensidade do trabalho, mas diminuição dos esforços e melhoria nas condições de realização do mesmo.

O gráfico da Figura 33 apresenta os resultados da modelagem dos Sistemas de Produção para cada tipo estudado. A partir desta Figura é possível identificar qual seriam os resultados caso se intensificasse o trabalho familiar, aumentando a superfície cultivada por ativo familiar e mantendo-se o sistema como atualmente está organizado.

Figura 33 - Efeitos da variação na intensidade do trabalho sobre a remuneração da mão de obra familiar



Fonte: dados da pesquisa

O reflexo da baixa remuneração do trabalho dos agricultores quilombolas está refletido na Figura 33 pelo fato destes sistemas apresentarem uma baixa rentabilidade do trabalho por superfície agrícola trabalhada. Dessa forma a superfície necessária para alcançar o NRS (e mais ainda para o CO) está acima das superfícies disponíveis atualmente. A Tabela 2 apresenta os valores projetados das superfícies mínimas a serem cultivadas em cada sistema para que sejam alcançados o NRS e o CO. Também apresenta os valores médios da superfície agrícola útil atual e os índices que compõe as equações da Figura 33, inclinação da reta “a” e custos não proporcionais à superfície “b”.

Tabela 2 - Coeficientes das equações modelo dos SPs e projeções para elevação da Renda Interna

	AP	Agri/Pesca	AC	AÑA/Auto
b	-1890	1295	-1438	-600
a	522	1379	695	190
S <sub>atual</sub> (UTHf/ha)	4,4	1,2	6,1	7,2
S <sub>nrs</sub> (UTHf/ha)	16,25 (265%)	3,85 (229%)	11,56 (89%)	37,90 (430%)
S <sub>co</sub> (UTHf/ha)	22,57 (407%)	6,24 (434%)	16,30 (167%)	55,27 (673%)

Fonte: dados da pesquisa

Conforme os dados apresentados na Tabela 2 seria necessário pelo menos dobrar (AC=89%) ou triplicar (AP=265% e APesca=229%) a superfície cultivada atualmente por cada ativo familiar, para que o sistema produtivo alcance uma remuneração onde seja possível a renovação dos meios de produção (NRS), tendo que até quintuplicar esta superfície para

além da renovação dos meios de produção, chegar-se à remuneração paga pela força de trabalho no mercado local (CO).

O tipo AÑA/Auto não tem, a princípio, a remuneração do trabalho familiar como foco de sua atividade agrícola, senão que esta é realizada por questões de cunho subjetivo conforme discutido anteriormente. Certamente os outros tipos também o têm valores subjetivos associados a sua atividade, entretanto a importância da remuneração de seu trabalho agrícola é relevante na estratégia de reprodução socioeconômica, daí a importância de se analisar este indicador.

Dentre estes três tipos se destaca o APesca com a maior rentabilidade do trabalho, que alcança valor superior a 2,5 salários mínimos por ano por ativo familiar a cada hectare cultivado por este ativo ( $a = 1379$  R\$/ha). Entretanto a superfície cultivada atualmente é bastante reduzida devido a limitantes como o relevo, superfície agrícola disponível e acesso à mesma, assim como o capital necessário para se ampliar a superfície atual. Os outros dois tipos geram em torno de um salário mínimo por ano por ativo em cada hectare cultivado.

A partir da Figura 33 e dos valores apresentados no Tabela 2 fica evidenciado que se o objetivo do sistema produtivo for o de remunerar de forma justa a mão de obra familiar, devem ser realizadas ações no sentido de aumentar a rentabilidade do trabalho mais do que a intensidade. As ações devem focar primeiramente em aumentar a remuneração por unidade de área trabalhada, antes de se pensar em aumentar as superfícies trabalhadas.

Da maneira como hoje está organizado o sistema e a remuneração por ele proporcionada, somente o aumento da superfície trabalhada não irá solucionar a questão da remuneração dos agricultores porque para se atingir o NRS e o CO, as superfícies cultivadas deverão ser ampliadas a tal ponto que estes agricultores não poderão trabalhá-las com seus próprios esforços, tendo que contratar mão de obra para dar conta da demanda, o que forçará um novo aumento de área para pagar a força de trabalho contratada e dessa forma novamente não alcançando o objetivo em questão.

Assim, associado ao aumento da superfície devem ser concentrados esforços para aumentar a rentabilidade por superfície trabalhada. Para tanto, aumentar a produtividade agrícola e melhorar o acesso a mercados tornam-se premente. O aumento na produtividade agrícola pode refletir em aumento direto na renda conforme serão explorados os recursos materiais “internos” e “externos”.

Considerando os limites destes recursos que, em última análise limitam o volume final de produção, somente ocorrerá um aumento importante na remuneração dos agricultores se o aumento da produtividade vier acompanhado de um aumento do valor agregado, o qual

poderá ocorrer através de um melhor acesso ao mercado, seja por eliminação do atravessador, diversificação da produção ou beneficiamento da mesma.

Muito importante é fazer uma breve reflexão sobre o conceito de produtividade. Este pode estar relacionado à produtividade do trabalho (qual superfície um agricultor é capaz de trabalhar com determinados cultivos) e a produtividade da terra (quanto de produto agrícola é produzido a partir de uma unidade de superfície agrícola). Ambos estão relacionados entre si e seu resultado é fortemente dependente do uso de diferentes tecnologias produtivas. Exemplo disso é o preparo manual do solo ou o uso de tração animal, que afetam a produtividade do trabalho, enquanto o uso de fertilizantes sintéticos, orgânicos ou “verdes” estarão influenciando a produtividade da terra, assim como inúmeras outras variáveis.

O ponto nevrálgico a que se quer chegar é a dissociação de “produtividade” ou “aumento da produtividade” com o conceito de “modernização agrícola”. Buscar o aumento da produtividade não significa necessariamente recorrer a pacotes tecnológicos advindos das revoluções agrícolas, das tecnologias ditas modernas, as quais se mostram excludentes e diminuem a autonomia dos agricultores com relação ao processo produtivo. O que se quer expressar neste estudo quando se fala em “aumento da produtividade” está relacionado ao diálogo com os agricultores na busca de ações que possam reverter um quadro criado pelo próprio mito da modernização agrícola, onde, por exemplo, a cobertura do solo, plantio em curvas de nível, diversificação produtiva, uso de variedades tradicionais (ou “crioulas”), etc. foram paulatinamente abandonados.

Assim, o maior esforço proposto é no sentido de “relembrar” e “reinterpretar” tecnologias já utilizadas no passado, incorporando inovações de agricultor-a-agricultor. Neste sentido, o aumento da produtividade está ligado a valorização de espécies, ritos e processos conhecidos pelos agricultores e que hoje encontram um respaldo também na pesquisa científica.

Infelizmente o conceito de produtividade parece ter sido cooptado pelas grandes indústrias agrícolas que dominam a jusante e a montante o processo produtivo, através das décadas de campanha publicitária associando produtividade ao uso e incorporação de seus pacotes tecnológicos. Isso é o oposto do que se tem como idéia nestas propostas. Muito antes estas se propõem a registrar soluções dos próprios quilombolas para os problemas discutidos em seus sistemas produtivos, como a elaboração de projeto para compra de sementes de cobertura viva do solo e adubação verde, plantio de espécies diversas nos bananais, formação de pomares coletivos, etc.



A importância em se garantir uma remuneração mínima ao trabalho familiar é também importante do ponto de vista ambiental, na medida em que o aumento da renda pode estar associado à diversificação produtiva e no uso de recursos alternativos aos agrotóxicos. Entretanto, as ações de maior fôlego e de planejamento em longo prazo para se atingirem sistemas que se aproximam à sustentabilidade em suas diversas dimensões, somente serão factíveis com uma renda mínima garantida na atualidade, de maneira que as próximas gerações tenham em seus horizontes a atividade agrícola como uma possibilidade de se desenvolverem.

Enquanto apoio técnico e transversalmente às ações em todos os Sistemas de Produção existentes, a presença dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) devem ser fortalecidas junto a estes agricultores que muitas vezes não podem deslocar-se até outro município para participar de capacitações de grupos de agricultores, participarem de feiras de exposições sobre o tema, ou buscarem informações adequadas às suas particularidades. Assim, o “corpo-a-corpo” dos extensionistas poderia refletir em importantes avanços nestes sistemas produtivos. Apoiar ações em diferentes esferas que possam reestruturar tais órgãos, são também importantes para a consolidação das políticas públicas e governamentais que visam o fortalecimento das ações de ATER.

Enquanto política pública, ação muito importante seria a flexibilização que possibilite e acesso às mesma, por um contingente de agricultores pluriativos que teriam seus sistema produtivos potencializados com isso. Estes agricultores não podem ser excluídos dos benefícios destas políticas por possuírem carteira assinada e/ou a maior parte da renda proveniente de atividades não-agrícolas, pois, apesar destes fatos, a agricultura segue sendo muito importante para suas famílias. Com efeito, poderiam ser introduzidos critérios alternativos que pudessem contemplar a complexidade de situações onde a agricultura familiar tradicional está presente e mais necessita do apoio estatal.

As próximas seções abordam ações para o desenvolvimento dos sistemas produtivos identificados na comunidade. A perspectiva e os anseios das famílias quilombolas foram considerados basilares na construção destas propostas, sendo que suas opiniões foram identificadas através das entrevistas, nas declarações e no discurso dos interlocutores a respeito das perspectivas futuras, assim como nas assembléias da associação quilombola e também nas demandas colocadas à equipe executora das medidas compensatórias à comunidade, projeto executivo coordenado pelo Laboratório de Arqueologia e etnologia – LAE/IFCH/UFRGS.

### 5.2.1 Ações para o desenvolvimento do Sistema Extrativo da Pesca artesanal na lagoa dos Quadros

O sistema extrativo da pesca artesanal é uma atividade que participa do sistema produtivo através da complementação da mão de obra e da renda familiar. Por não ser uma atividade com custos e rendimentos proporcionais à superfície cultivada, ou seja, seus resultados econômicos não dependem da ST ou SAU disponíveis e utilizadas, ela apresenta comportamento específico na modelagem do sistema produtivo apresentado na seção 2.1.4 do referencial teórico. Seus resultados irão alterar o valor “b” da equação da Figura 2, causando um deslocamento vertical de toda a curva, com o mesmo efeito da aquisição e manutenção conjunta das máquinas e equipamentos (Equação 1 da Figura 4).

Não por acaso que é exatamente este mesmo grupo de agricultores que realiza a prática do uso comunitário da infraestrutura produtiva e também de atividades coletivas. Para efeito de análise da atividade pesqueira, a mesma torna-se muito importante, entre outros fatores, porque seus resultados eliminam parte da “pressão” sobre o sistema produtivo agrícola por diminuir, ou mesmo eliminar, os custos não proporcionais à superfície (valor “b” da equação). Essa análise é possível por considerar que a atividade pesqueira e a agrícola são indissociáveis visto que um sistema depende do outro e, portanto, comportam-se como subsistemas do sistema “socio-técnico” familiar.

Neste contexto, nos anos em que são capturadas boas quantidades de peixe, mais facilmente será alcançado o NRS e o CO com as atividades agrícolas e com menor dependência das atividades externas. Uma vez que estas últimas permaneçam (como é de se esperar), maiores serão as possibilidades de investimento no sistema produtivo-extrativo, que por sua vez poderão obter melhores resultados, gerando um ciclo progressivo de expansão (produtiva e na melhoria da qualidade de vida).

A captura de peixes não depende somente de fatores exógenos, senão que depende também da estrutura disponível para a captura e processamento do pescado. Atualmente o módulo básico composto por um barco, motor e conjunto de redes por pescador, mostra-se suficiente mesmo nos anos com abundância de peixes. Por outro lado, nem todos os pescadores possuem o próprio conjunto, o que gera a necessidade de revezamento, visto pelos próprios pescadores como uma “subutilização” da mão de obra disponível, na medida em que a atividade pesqueira é complementar ao cultivo da banana.

Dessa forma, para o sistema extrativo da pesca artesanal, uma ação importante é a equipagem de cada pescador com o seu próprio conjunto, na medida em que aumentaria a

capacidade de captura tanto no sistema de rede fixa como no de cerco do cardume. Com vistas a aumentar a vida útil dos barcos e diminuir custos de manutenção e depreciação, a construção de pequenos portos, ou “trapiches”, é complementar à esta ação. Isso evitaria que as embarcações choquem-se continuamente com as pedras existentes na margem da lagoa, como ocorre atualmente, principalmente nos eventos climáticos de maior relevância (ventos, temporais, etc.). Esta ação depende, entretanto, de articulação política para liberação por parte das agências ambientais, da construção dos mesmos.

Outra ação que está relacionada ao diálogo e articulação com estas e outras agências estatais, é construção de melhores estruturas para limpeza e beneficiamento dos peixes. Para isso seria necessária a estruturação de um espaço coberto, protegido das intempéries, com acomodações que possam melhorar a qualidade deste trabalho: bancadas para descama e desvisceração, embalagem e câmara para congelamento rápido, assim como sistema de tratamento e descarte dos rejeitos.

Existem projetos em instituições de pesquisa e de ATER de estruturas mínimas que não requerem elevados investimentos e possibilitam inclusive o acesso a mercados institucionais como o PAA e o PNAE. Seria um primeiro passo para garantir um preço mínimo, ou mesmo agregar valor ao produto e fomentar o acesso ao mercado de forma coletiva.

Todas as ações identificadas não requerem investimentos excessivamente onerosos e dependem muito mais de articulações políticas para contornar os aspectos técnicos relativos à proteção do ambiente natural, na qual estes agricultores são os que possuem maior interesse em preservar e são os primeiros a sofrerem os impactos de sua degradação, refletidos na diminuição de peixes, nos eventos climáticos cada vez mais extremos, entre outros.

Estas ações estão presentes entre as alternativas identificadas pelos próprios pescadores para a atividade, onde o desafio agora está na articulação com as agências estatais tanto para a liberação como para o financiamento que viabilize sua execução.

### **5.2.2 Ações para o desenvolvimento do Sistema de produção Centrado no cultivo de banana na encosta, posto em prática pelos Tipos 1 e 2**

A produtividade agrícola atual obtida nestes sistemas está em torno de 40% abaixo da média regional, o que deve ser trabalhado prioritariamente no sentido de se superarem os limitantes que contribuem para tal fato.

Em curto prazo é importante realizar análises de solo e proceder-se com as devidas correções visando à recuperação da fertilidade em um curto espaço de tempo. Não se trata neste caso de serem aumentadas as quantidades aplicadas de adubos solúveis, mas sim realizar uma “equalização” das aplicações conforme as exigências do cultivo, possibilitando dessa forma até mesmo a redução do montante aplicado. Para isso se poderiam lançar mão os programas de financiamento do custeio da produção, que iriam possibilitar os investimentos necessários, com baixas despesas financeiras e que poderiam ser amortizadas com o retorno proporcionado pelo aumento da produtividade dos cultivos.

Entretanto de nada adianta equalizar a aplicação de adubos solúveis se não forem tomadas medidas de proteção e estímulo à fertilidade natural do agroecossistema, assim como a reposição da fertilidade através de técnicas alternativas como a adubação verde e utilização de biofertilizantes. As áreas com cultivo de banana não apresentam cobertura viva do solo, sendo que o plantio de espécies de adubação verde compatíveis, como a ervilhaca (*Vicia sp.*) por exemplo, deve ser uma ação prioritária. De forma complementar, a instalação de cultivos nos estratos baixos que possam formar curvas de nível, também contribuirá na redução das perdas de solo e de nutrientes causados por erosão pluvial.

Neste caso o plantio de café em curvas de nível pode gerar também a produção de um excedente a ser comercializado com alto valor agregado. Poderiam ser utilizadas outras espécies de interesse, mas a escolha do café se dá por duas razões centrais. Uma é pelas as características organolépticas resultantes dos frutos produzidos nos cultivos das regiões subtropicais: da mesma forma que ocorre em zonas de altitude nos países andinos e caribenhos, pela maturação dos frutos ocorrer em condições de baixas temperaturas, a qualidade dos grãos torna-se muito superior à obtida nas regiões tropicais, onde se obtém maiores produções por unidade de área. Esta produção, porém, é de qualidade inferior e, portanto, possui menor valor ou não acessa mercados especializados em café de qualidade diferenciada.

A outra razão que traz interesse no aumento do cultivo de café é devido à própria história e cultura quilombola, materializada na pratica atual de algumas famílias de realizar a colheita, despolpa, secagem e torrefação artesanal (Figura 34).

Além de proteção ao solo, uma ação prioritária a ser tomada e que terá efeitos em médio prazo, é a redução dos impactos deletérios dos fortes ventos que atingem a encosta cultivada. Além de proteger o cultivo da banana, a introdução de espécies de estratos superiores também compatíveis pode trazer ainda retorno econômico de sua produção: tanto de madeira como de produtos não-madeiráveis.

**Figura 34 - O Café produzido já uma espécie cultivada no território quilombola e processado por algumas famílias.**



Fonte: Fotos Mônica Arnt (LAE, 2011)

O plantio e manejo de espécies madeiráveis de alto valor, como o louro e o cedro nativo (além de outras tantas) podem estar associados à introdução da palmeira juçara, para futura colheita dos frutos com bom valor de mercado e com possibilidade de colheita do seu palmito em longo prazo e desde que devidamente registrados seus cultivos e licenciados o

manejo e colheita. Além disso existem outras espécies nativas que fornecem produtos não-madeiráveis, dentre as quais estão algumas conhecidas ou mesmo utilizadas pelos quilombolas no artesanato, alimentação e para fins fitoterápicos.

Para potencializar a diversificação produtiva é importante que ocorra uma troca de experiências entre estes agricultores com outros que já iniciaram a diversificação de seus bananais, para que os primeiros possam discutir suas principais dúvidas e questionamentos acerca da associação da banana com outros cultivos.

Essas trocas de experiência podem também contribuir no desvelamento de novas possibilidades de acesso aos mercados, seja pelo processamento da produção, mercado institucional, nicho específico com valor simbólico agregado e/ou eliminação de atravessadores.

O acesso a mercados é um ponto crucial do sistema produtivo e é justamente onde as famílias se individualizam e se fragilizam. Estas famílias já realizam várias atividades coletivas, o que por si só é um grande potencial para também acessar ao mercado desta mesma forma, visando o aumento do valor de venda da produção.

Para tanto, investimentos na estrutura produtiva “pós-colheita”, ou seja, a montante do processo produtivo torna-se importante. A instalação de câmaras de maturação tem baixo custo de implantação e possibilita a comercialização da produção tanto nos mercados institucionais como diretamente ao consumidor final e também a redes de mercados regionais, sem a interferência de intermediário.

Associado a isso a aquisição de veículo para o escoamento da produção será indispensável na implementação de ações para formação de cadeias mais curtas de comercialização.

As ações descritas visam elevar a produtividade dos cultivos e o valor agregado dos produtos, elevando assim a rentabilidade do trabalho por superfície cultivada. Associado a isso, a diversificação do Sistema de Cultivo com a introdução de espécies com diferentes propósitos, visa o efeito da equação 5 da Figura 4.

Importante também é ampliar a superfície atualmente cultivada, e para isso será necessário aumentar a produtividade do trabalho a fim de não sobrecarregar os agricultores. Uma solução é melhorar o acesso às áreas atuais e futuras a fim de facilitar e/ou possibilitar o acesso às mesmas com tração mecanizada. Isso facilita o deslocamento de insumos e produtos da colheita, diminuindo a penosidade do trabalho e os esforços empregados, melhorando as condições de trabalho. Esta ação teria o efeito da equação 3 da Figura 4.

Todas as ações identificadas, novamente, não exigem investimentos excessivamente onerosos, os quais poderão ser alcançados através do acesso a políticas públicas de financiamento à estrutura produtiva e também pelo financiamento de projetos a fundo perdido que têm como justificativa central os ganhos na qualidade de vida através da melhor remuneração do trabalho agrícola e o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

### **5.2.3 Ações para o desenvolvimento do Sistema de produção dos Pecuaristas Quilombolas: o sistema Policultivo-criação de gado e os Sistemas de criação animal transversais a todos os tipos**

Os Sistemas de Produção policultivo-criação de gado são os que mais dependem da expansão das áreas cultivadas, na medida em que para aumentar a produtividade da produção animal são necessárias mudanças profundas nos modos de condução da criação.

Em pastagens naturais com o gado criado de forma extensiva, como ocorre atualmente, não se consegue atingir os níveis de NRS e CO com as superfícies totais disponíveis para as famílias quilombolas. No território considerado pelo INCRA existem em torno de 1.200 ha de áreas de campo, e se consideradas todas as famílias quilombolas, mesmo com a regularização fundiária, restará área insuficiente por família para que se realizem criações extensivas de baixa produtividade, sendo necessário aumentar esta produtividade caso estes sistemas sejam adotados com vistas à geração de renda e sustento familiar.

Desta forma, novamente o intercâmbio de experiências torna-se essencial para o conhecimento de sistemas de criação mais intensivos e que não descaracterizam as “lides campeiras”, ou seja, que mantenha a base da produção nas pastagens nativas, com alterações em nível de modo de condução e através da utilização de técnicas como o pastoreio rotacionado que elevam significativamente a produtividade por unidade de área.

Outra alteração é com relação à venda da produção animal onde já se tem consciência por parte dos pecuaristas da necessidade de se agregar valor a mesma. No contexto atual fica inviável o investimento em estrutura de processamento dentro das normas da vigilância sanitária e ambiental. Entretanto com a regularização fundiária poderia ser alcançada a produção necessária para tanto. Dessa forma, os agricultores-pecuaristas poderiam novamente comercializar carnes e embutidos que por muitos anos foram, como visto anteriormente, o principal componente da renda familiar.

A criação animal e seu processamento estão consolidados entre os quilombolas, visto que desde a chegada de seus ancestrais no local ocorre a lida com animais. Em seus produtos

foram empregadas técnicas de conservação, através de processos de defumação, desidratação, condimentação e fabricação de embutidos. Além disso, a questão cultural associada à alimentação a partir da morcela, torresmo ou farofa, alimentos levados antes na roça de coivara e ainda hoje apreciados nas refeições, podem tornar-se neste novo contexto produtos com valor agregado a serem oferecidos a turistas ou exportados a outros locais.

Neste contexto também entram as diversas espécies de animais presentes nos “pátios” das residências quilombolas. Galinhas, Patos e Perus, cabras e ovelhas, poderiam ganhar outra dimensão produtiva e participar desta construção de um mercado a partir daquele território. Para tanto a produção capilarizada teria de ser discutida e pactuada de forma a ser processada de forma centralizada. Em um primeiro momento os animais poderiam ser abatidos nos frigoríficos da região, sendo sua carcaça processada em local em conformidade com as exigências legais, mas que não exija altos investimentos, pelo menos num primeiro momento. Uma vez realizado o processamento, se abrem as possibilidades de mercados dentre os quais os mercados institucionais.

#### **5.2.4 Trabalhadores Rurais e sua integração ao sistema produtivo: acesso a terra como principal ação**

A disponibilidade de terra é o principal limitante na estruturação de sistemas produtivos para este grupo, principalmente para as novas gerações que visualizam um sistema produtivo com muitas dificuldades associadas. Dessa forma, políticas de acesso à terra já estão em execução com o processo de regularização fundiário do território quilombola.

Para este grupo uma ação prioritária seria o acesso às políticas sociais relativas à construção de moradias, ao saneamento básico e a garantia ao acesso a programas de transferência de renda, como as bolsas família, escola, gás e programas de segurança alimentar e nutricional como o PAA.

Para além destas políticas, enquanto políticas de produção e/ou inserção produtiva, ações que possibilitem novos cultivos e criações também podem contribuir no aumento da renda e da segurança social destas famílias. Uma vez sanada a questão do acesso à terra, estas novas possibilidades de cultivo e/ou criação poderiam ser integradas ao sistema produtivo do território quilombola com a associação dos serviços já prestados por este grupo. Ou seja, a produção de plantas medicinais e aromáticas para a produção de produtos de limpeza “ecológicos”, tanto para a comercialização como também para prestação de um serviço diferenciado e com valor agregado.



O viveirismo de plantas ornamentais para utilização nos projetos paisagísticos realizados nos balneários do litoral também podem ser alternativas produtivas importantes. Plantas ornamentais, condimentares e aromáticas podem compor a diversidade de produtos. Espécies ornamentais nativas poderiam ser progressivamente domesticadas e comercializadas, com os devidos registros e conformidade legal.

Algumas destas iniciativas já foram experimentadas anteriormente por estes trabalhadores, entretanto a falta de espaço físico e de incentivos para a atividade produtiva, além da ausência de assistência técnica, resultaram em fracassos nos empreendimentos. A motivação para empreender novamente as atividades associadas aos seus conhecimentos acumulados, principalmente relacionados à horticultura em geral e mais especificamente às plantas ornamentais, medicinais e olerícolas, é o principal potencial existente neste grupo.

É importante ressaltar que estes quilombolas trabalham majoritariamente com atividades agrícolas (olericultura) ou com manejo de recursos naturais (paisagismo e jardinagem). Além disso, as plantas medicinais e aromáticas estão presentes e circulam nestas famílias há várias gerações. Neste sentido é que possuem um grande conhecimento acumulado, um saber fazer inerente às suas atividades cotidianas, sendo que a partir da constituição das bases materiais para realização das ações, o que inclui o acesso a terra, devem ser iniciadas ações de capacitação relacionadas à gestão das atividades produtivas e de serviços para que estas famílias possam apropriar-se da cadeia produtiva ou de parte dela.

#### **5.2.5 Os quilombolas Urbanos e os movimentos pendulares: o território enquanto lugar de descanso ou como nova opção de desenvolvimento**

Os quilombolas que não vivem no território, as cerca de 263 famílias que representam 871 indivíduos (LABORS, 2006), são um grupo de grande potencial ao desenvolvimento do território quilombola. Uma vez que podem contribuir com seus conhecimentos acumulados acerca da gestão e planejamento das ações, na medida em que muitos possuem formação superior e de nível técnico. Podem assim trazer um aporte de conhecimentos que sejam complementares ao dos que já vivem no território e assim agir de forma sinérgica neste processo empreendido pela comunidade.

Os que seguirem suas atividades fora do território podem contribuir muito na relação externa do território com outras regiões, ou seja, são pontes com potencial de articulação produtiva e política muito interessante deste território com várias regiões do estado e do país.

Outros poderão retornar somente quando obtiverem suas aposentadorias e somarem-se ao Tipo 4 – AÑA/Auto, assim caracterizados neste estudo, contribuindo com sua experiência e sabedoria. Enfim, neste grupo existe também um grande potencial de inovação, pois podem contribuir com novas visões e novas opções de atividades para a comunidade em geral.

### 5.3 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Ao longo da descrição e análise dos sistemas produtivos é possível construir uma noção de como se encontra a agricultura entre as famílias quilombolas. Dos quatro tipos descritos que possuem um sistema produtivo em funcionamento e, mais precisamente dos três grupos onde a agricultura recebe uma atenção importante (Tipo 3) ou central (Tipo 1 e 2), é visto que em somente um deles (Tipo 1) o sistema produtivo tem perspectivas de reprodução nas próximas gerações, mais por questões culturais e subjetivas do que pela remuneração do trabalho, e assim se vê em situação distinta aos demais.

Os outros dois grupos ainda visualizam maneiras de aumentar a remuneração do trabalho e a contribuição da renda agrícola, a fim de manterem seus sistemas produtivos e para neles serem renovadas as perspectivas de reprodução socioeconômica, o que até o momento não foi possível. Assim, enquanto que um grupo enfrenta a baixa remuneração de seu trabalho com valores simbólicos e subjetivos, os outros dois parecem não conseguir escapar do mecanismo de crise e de eliminação dos estabelecimentos menos rentáveis de que falam Mazoyer e Roudart (2010, p. 450).

Na seção anterior buscou-se levantar algumas possibilidades para o desenvolvimento dos Sistemas de Produção. Para além do desenvolvimento dos Sistemas de Produção colocados em prática atualmente pelos agricultores quilombolas de Morro Alto, é necessário buscar também reflexões sobre perspectivas de desenvolvimento que integrem as atividades agrícolas e não-agrícolas, visando um desenvolvimento territorial, de maneira que por fim as famílias agricultoras possam desenvolver-se em conjunto com as que desenvolverem outras atividades, no território ou fora dele.

O recorte desta reflexão parte do pressuposto de que o processo de regularização fundiária irá avançar sendo a área atualmente considerada pelo INCRA titulada, e estabelecido um diálogo entre esta instituição e os quilombolas acerca das áreas requeridas e não contempladas no atual perímetro considerado. Este recorte se dá porque somente a partir

de um território onde exista uma convergência de ações torna-se válido a construção de um projeto de desenvolvimento comunitário.

É importante também neste momento retomar a definição do conceito de território exposta no referencial teórico do segundo capítulo, pois o mesmo é utilizado neste estudo para abordar algumas de suas diferentes dimensões. Refere-se ao “território” enquanto espaço geográfico ou espaço humano, das relações sociais e econômicas e mesmo enquanto espaço de governança (FERNANDES, 2009). Ao abordar em determinados momentos alguma dimensão específica do “todo” território, não se pretende ignorar as outras dimensões (ambiental, política, social, cultural, econômica, etc.) e deve-se considerar os desdobramentos de umas sobre as outras.

Assim, mesmo que se discutam projetos de governança ou os limites físicos do território quilombola de Morro Alto, deve-se ter em mente que o território quilombola tem significações materiais e imateriais, multiterritorialidade, intencionalidades, conflitos, relações de poder, de dominação e de (re)apropriações, constituindo-se como tal em sua multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

Em suas dimensões materiais, existe atualmente uma forte concentração dos sistemas produtores de riqueza, os quais estão vinculados à exploração dos recursos naturais do território (pedreiras, jazidas de areia, arrozais e campos de gado, comércio de sítios de lazer, etc.). A própria distribuição de terras apresenta alta concentração conforme fica evidenciado se analisada a malha fundiária, publicada pelo INCRA no RTID (BRASIL, 2011), onde apenas 2,3% dos proprietários possuem mais de 45% da área do território em sua maioria localizada na região dos campos da planície costeira. Ainda analisando o referido RTID publicado, observa-se que 69,25% dos proprietários possuem apenas 9,86% das terras em propriedades menores que 10 ha e 43%, quase a metade dos proprietários, detém a posse de apenas 1,07% das terras em propriedades com menos de 2 ha.

Com concentração da terra e dos meios de produção tornam-se divergentes os interesses e desproporcionais as forças políticas dentro do território, de maneira que seria inútil especular sobre um projeto de desenvolvimento territorial socialmente justo e culturalmente referenciado. Mais provável seria a reprodução da estrutura social e fundiária existente ao longo da história.

Neste sentido, considerando o pressuposto definido, uma diversidade de caminhos e desafios se colocam para a comunidade quilombola de Morro Alto. O princípio que deve existir nos projetos de desenvolvimento local deve orbitar a convergência de ações de maneira que as atividades agrícolas e não-agrícolas potencializem-se mutuamente.

Na esfera das atividades agrícolas, tornou-se importante a análise da situação regional realizada no capítulo III. Por ser um local próximo a centros urbanos de relativa importância econômica, as atividades agropecuárias cederam espaço a outras atividades multissetoriais ao longo do tempo. Não houve de fato uma modernização da agricultura na região, senão mais uma adaptação de certos Sistemas de Produção a inovações tecnológicas específicas, sem, entretanto, um planejamento para o desenvolvimento dos sistemas produtivos de maneira generalizada.

A produção agrícola atualmente se resume àqueles três grandes tipos sociais apontados no capítulo anterior, que se materializam na prática com sistemas de produção baseados na criação extensiva de gado, na olericultura especializada, no monocultivo da banana com baixo nível tecnológico e na agricultura tradicional diversificada “à margem do mercado” (a que perdeu por completo o bonde da modernização).

Com exceção do sistema de olericultura especializada, que se resume a um pequeno número de famílias que apresentam um processo de acumulação e integração com o mercado, todos os Sistemas de Produção regionais apresentam nível técnico extremamente baixo. O sistema baseado no cultivo da banana adotou parte dos pacotes tecnológicos e a criação extensiva de gado parece ter mudado muito pouco ao longo da história. Quem perdeu o bonde deslocou a atividade agrícola do centro da estratégia e a mantém apenas enquanto “memória do complexo rural auto-suficiente”.

Certamente deverão ser feitos investimentos para tornar economicamente viável as atividades agrícolas em Morro Alto, o que não é diferente de outras realidades, inclusive em países desenvolvidos quando tais investimentos ocorrem por meio de subsídios. A questão é onde centrar os esforços.

A agricultura em Morro Alto tem duas grandes vantagens que devem ser consideradas: as características do ambiente natural tornam possível a produção de uma ampla variedade de produtos, o que possibilita organizar Sistemas de Produção diversificados e que atinjam o limite de reprodução e o de renovação. E, é possível de ser agregado valor simbólico aos produtos de base pouco valorizados, como no caso do milho, aipim e outros produtos agrícolas.

Iniciativa de pomares coletivos para posterior estruturação de “colha-e-pague” são projetos dos quilombolas que parecem caminhar neste sentido. A diversificação dos Sistemas de Produção poderá também contribuir, sendo que atividades de viveirismo, produção de plantas ornamentais, medicinais e condimentares podem atender diferentes nichos que se apresentam atualmente na região.

Entretanto é a segunda vantagem a mais estratégica, pois permite agregar valor à própria condição da produção para autoconsumo, com forte capilaridade produtiva, na produção dos produtos de base que poderiam ser transformados em pratos típicos e produtos com características específicas da comunidade. A pamonha, o angú, cuscuz e farofa, revirado, paçoca, e o café quilombola. O artesanato das fibras naturais, a lã de ovelha produzida nos campos e tecida em cobertores pelas mulheres que nisso se dedicam. A linguiça, a morcela, a paleta de ovelha, o molho de pato. Um mundo de opções de interação entre atividades, cada qual com seus desafios.

Seria ainda importante para a realização dos projetos a formação de grupos de interesse autogeridos e em diálogo entre os demais e com a ACROM, de forma a evitar o que Mazoyer e Roudart (2010) chamam de “Deseconomias de Escala” na atividade agrícola, ao empreender projetos centralizados e em escalas demasiadamente grandes, o que ocasiona excessivos gastos no gerenciamento centralizado perdendo-se eficiência na relação força de trabalho e estrutura produtiva disponível.

Por fim é imprescindível que os quilombolas discutam através de sua associação as potencialidades e limites da regularização fundiária, ou seja, até onde este processo irá potencializar as atividades agrícolas e a partir de que ponto as atividades não-agrícolas serão as principais atividades para as gerações futuras, na gestão dos recursos naturais, no processamento da produção agrícola, fortalecimento dos serviços oferecidos, mas também na geração de conhecimento, da música dos tambores do Maçambique e da cultura de Morro Alto.

Os 4.600 hectares em processo de regularização fundiária, quando descontados as áreas não-agricultáveis e divididos entre as mais de 450 famílias quilombolas cadastradas, muito pouco resta para cada família viabilizar sua subsistência somente da agricultura. Daí a importância de se fortalecerem frentes complementares de desenvolvimento no território, com a manutenção e fortalecimento das atividades não-agrícolas já existentes associada a criação de novas oportunidades.

Fortalecer o setor de serviços principalmente ligado ao turismo é outra potencial base para o desenvolvimento territorial, visto que por ele passam todos os dias ao longo de todo o ano, um sem-número de pessoas através das estradas que ligam o litoral à capital gaúcha e ao interior de estado, assim como o sul com o sudeste brasileiro.

O aproveitamento do fluxo turístico para potencializar as atividades agrícolas, agroindústrias comunitárias, artesanato, assim como o acolhimento e oferta de opções passam por uma articulação entre todos os interessados.

De um lado, nos morros basálticos, a fruticultura diversificada com acesso diferenciado a mercados, trilhas turísticas, cascatas, extrativismo de fibras para artesanato. Nos campos o gado, ovelhas e cavalos, em mosaicos de lavouras nas áreas mais propícias. Nas lagoas o peixe, a pesca, o banho e o passeio de barco. As amenidades do modo de ser quilombola como base para o desenvolvimento comunitário. A conservação do meio ambiente e a beleza paisagística como cartões postais, associados à história e cultura deste grupo que demonstra o pertencimento territorial através da memória, do pensamento e da ação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender qual é e para onde vai a agricultura entre os quilombolas de Morro Alto. Para tanto buscou primeiramente descrever as transformações históricas e a diferenciação dos sistemas agrários na região numa perspectiva voltada à comunidade quilombola. Posteriormente analisou o atual sistema agrário e os Sistemas de Produção postos em prática pelos quilombolas de Morro Alto, assim como a situação socioeconômica destes agricultores. Ao final foi realizado um esforço de se identificarem potencialidades para o desenvolvimento territorial frente a este contexto de potenciais transformações.

A abordagem sistêmica adotada através da operacionalização do conceito de Sistema Agrário permitiu observar historicamente a construção das bases sobre as quais se desenvolveram os sistemas produtivos atuais e sobre as quais se diferenciaram as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias quilombolas. Colocando em relevo alguns elementos importantes da história que possam ter contribuído nas decisões de cada família.

Foram identificados ao longo da história seis sistemas agrários, são eles o Sistema Agrário Indígena, o Sistema Agrário Tropeiro, o Sistema Agrário das Sesmarias, o Sistema Agrário do Campesinato Negro, o Sistema Agrário Republicano e por fim o Sistema Agrário Atual.

Desde os primeiro habitantes indígenas, onde se iniciam as atividades agrícolas e extrativas, com a agricultura de coivara, a caça, pesca e coleta de alimentos, além do fabrico de utensílios de barro e ferramentas de madeira e pedra, é caracterizado o Sistema Agrário Indígena, a partir do qual e sobre a base de conhecimentos associados à biodiversidade local irão se configurar os próximos.

O Sistema Agrário Tropeiro inicia a colonização da coroa portuguesa e traz novas etnias à região. Logo após com a concessão de sesmarias, estabelece-se uma estrutura latiminfundista com base na mão de obra escrava e a brecha camponesa, no que foi chamada de Sistema Agrário das Sesmarias. Na transição do Brasil Império para o Brasil República, com a Lei de Terras e mais tarde a Lei Áurea, é caracterizado o momento do Sistema Agrário do Campesinato Negro, onde a “a terra torna-se cativa e o escravo torna-se livre e sem-terra”, desamparado da legislação e de opções realmente libertárias.

A partir da consolidação do Estado Republicano, a migração de novas etnias para a região e a consolidação do transporte lacustre é caracterizado o Sistema Agrário Republicano. Com a crise neste sistema de transporte, a crise da agricultura de coivara pela super

exploração do meio, causado pelo aumento demográfico e a redução dos preços pagos aos produtos agropecuários de base, somado ainda às mudanças tecnológicas na agricultura e nos transportes e as políticas públicas desenvolvimentistas, caracteriza-se o Sistema Agrário Atual. Sistema este marcado pelo êxodo rural e o êxodo agrícola, que segue a pressionar as famílias agricultoras pelo “mecanismo de crise e de eliminação dos estabelecimentos menos produtivos”.

Neste contexto histórico descrito, através da análise-diagnóstico de realidades agrárias, foi possível caracterizar e analisar as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica, assim como seus sistemas produtivos associados, de maneira a compreender a situação atual e apontar as perspectivas para estes sistemas. Foram identificadas seis diferentes tipos sociais e sete Sistemas de Produção, existindo também o sistema extrativo da pesca artesanal.

O Tipo 1 representa aproximadamente 5% das 193 famílias que vivem atualmente no território. De igual forma o Tipo 2 representa outros 5% destas famílias, somando estes dois grupos em torno de 20 famílias. O Tipo 3 circunscreve outros 10%, enquanto o Tipo 4 abrange em torno de 60% das famílias. O Tipo 5 representa também 10% e, por fim, o Tipo 6 com aproximadamente 15 famílias que representam 8% das que vivem no território, sendo ainda inseridas neste tipo todas as famílias que aí não residem.

Os agricultores pescadores identificados no “Tipo 1 - APesca” são os que colocam em prática um sistema produtivo centrado no sistema de cultivo convencional de banana articulado com o sistema extrativo da pesca artesanal. Neste grupo foi identificada a melhor perspectiva de reprodução do sistema produtivo, não devido ao resultado econômico, senão que por outras questões subjetivas identificadas parcialmente neste estudo. Enquanto reprodução socioeconômica, embora este tipo tenha a maior proporção das rendas internas na composição da renda familiar entre os tipos estudados, seus sistemas produtivos somente se tornam viável pela complementação de rendas externas não-agrícolas. Isto ocorre porque o sistema produtivo não alcança os níveis de reprodução socioeconômica estabelecidos e a remuneração do trabalho está abaixo dos valores pagos no mercado local.

As famílias que também têm na agricultura sua principal atividade, mas que não praticam o sistema extrativo da pesca artesanal foram caracterizadas como o “Tipo 2 – AP” e entre estas famílias foram identificados dois Sistemas de Produção: um centrado no cultivo tradicional da banana na encosta e outro no sistema de criação extensiva de gado associado ao policultivo de produtos de base, realizado tanto na planície costeira e como na encosta da serra geral.



Este grupo possui elevados custos intermediários que implicam na redução da renda agrícola e maior dependência das rendas de aposentadoria, que colocam alguns destes sistemas acima do CO e permitem uma remuneração do trabalho compatível à realidade regional. Quando inexistentes as rendas de aposentadorias, estes sistemas apenas alcançam o NRS, mesmo com complementação de outras rendas não-agrícolas. Resultado desta situação é a baixa perspectiva de continuidade do sistema produtivo por parte das novas gerações.

O grupo que centrou a estratégia familiar em atividades não agrícolas mas manteve seu sistema produtivo estruturado e em funcionamento obtém rendas agrícolas semelhantes aos dois tipos anteriores, frutos de uma reduzida utilização de insumos de agentes externos (baixo grau de externalização), e ainda obtém rendas não-agrícolas mais elevadas resultando em uma maior renda familiar entre os três tipos onde a agricultura tem papel importante nas atividades familiares. Este grupo é o que tem sua estratégia de reprodução socioeconômica com melhores perspectivas, na medida em que as novas gerações buscam inserir-se no mercado de trabalho, sem deixar de contribuir de alguma maneira no sistema produtivo.

O grupo que mantém o sistema produtivo apenas para produção de autoconsumo é o que menos depende da renda interna ( $EAR = 2\%$ ) pelo fato de ter direcionado seus esforços às atividades externas à UPA. Para este grupo a produção para autoconsumo está vinculada a valores subjetivos relacionados à qualidade do alimento e à manutenção do entorno da residência e do saber-fazer associado.

Os “trabalhadores rurais” foram identificados como o grupo com maior fragilidade socioeconômica, na medida em que não possuem acesso à terra e vendem sua mão de obra aos proprietários do entorno e a empresários dos balneários do litoral. Muitos não possuem direitos trabalhistas garantidos e reproduzem elementos do sistema agrário das sesmarias e dos mecanismos da “brecha camponesa”.

Estão entre este grupo as ações mais importantes no que diz respeito ao reconhecimento de seus direitos civis que, todavia não ocorre. Desde o acesso à terra, ao saneamento básico e a moradia de qualidade. A segurança social negada pelos patrões ao negar-lhes uma carteira assinada durante décadas, ou centenas de anos se considerarmos que esta situação não se constituiu na atualidade. O processo de regularização fundiária é para este grupo o elemento de maior relevância em termos de reconhecimento do estado para com estas famílias.

O grupo de famílias caracterizadas como “quilombolas urbanos”, foram os que migraram do território em busca de empregos em cidades da região e fora dela. Mantiveram, entretanto, relações com o território e ainda almejam um projeto de desenvolvimento local a

partir de suas premissas culturais e simbólicas. Este grupo poderá ter muita importância na ocasião da titulação do território quilombola.

O processo de regularização fundiária mostra-se importante para todos os grupos identificados por possibilitar uma convergência de ações a partir dos pressupostos da comunidade e seus diferentes grupos de interesse. Primeiramente pode assegurar um local de moradia a todos os quilombolas eliminando-se os riscos de os mesmos perderem terras ou sofrerem pressões fundiárias como historicamente ocorre. Poderá também potencializar as atividades produtivas agrícolas e não agrícolas e reforçar a identidade local a partir de um desenvolvimento a partir da comunidade, o etnodesenvolvimento quilombola de Morro Alto.

A titulação das terras trará, sobretudo, o coroamento de uma luta secular desta população. Gente que trabalha dia após dia onde não é reconhecido seu labor. Prepara a terra, cultiva, colhe e cria onde não se é reconhecido como agricultor. Foi escravo que recebeu terra onde não é reconhecido seu valor. Gente que, além do suor que já ajudou a construir a sociedade brasileira, terá protagonizado um novo esforço em direção à uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Com relação aos agricultores quilombolas, a partir da análise mais aprofundada dos aspectos produtivos e dos indicadores agroeconômicos relacionados aos sistemas produtivos, foi possível evidenciar que a remuneração do trabalho obtida a partir de seus sistemas produtivos situa-se de maneira geral abaixo do custo de oportunidade (CO) e do limiar de reprodução socioeconômica (NRS). Tal fato está refletido na busca destes agricultores em complementarem suas rendas com atividades não agrícolas diversas.

Cada família possui diferentes formas de estabelecer a complementaridade entre suas atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que as que possuem maior renda familiar são aquelas que situaram as atividades agrícolas de forma mais periférica. Com isso, a perspectiva dos sistemas produtivos não será a mais promissora enquanto não houver investimentos por parte das agências de desenvolvimento rural, tanto na assistência técnica a estes agricultores como também no aporte de subsídios através de investimentos na estrutura produtiva de maneira a elevar a produtividade e a competitividade desta agricultura tradicional que se viu rapidamente posta em concorrência direta com agriculturas de elevados níveis de produtividade, as quais receberam e recebem incentivos para tanto, criando uma situação de desequilíbrio e crise da primeira.

Dessa forma é que o problema da agricultura entre os quilombolas não está na melhoria das condições de trabalho e da oferta de melhores remunerações das atividades não-agrícolas, mas sim na impossibilidade de seus sistemas produtivos por si só alavancarem sua

estrutura e nível de produtividade de forma a concorrerem com realidades tão distintas, em espaço tão curto de tempo. Assim, ao longo do tempo estes sistemas foram simplificados e especializaram-se para seguirem existindo. Não conseguiram, entretanto, acompanhar a modernização da agricultura subsidiada em grande parte pelo Estado e encontram-se no limiar de serem suprimidos, deixando-se no tempo um patrimônio imaterial associado.

Esta situação está relacionada a múltiplas dimensões, entretanto algumas puderam ser identificadas: estrutura fundiária e acesso à terra, característica das áreas disponíveis (relevo, superfície e acesso), acesso aos mercados e adequação aos modelos de políticas públicas.

Como o sistema produtivo passa a ser dependente das atividades não-agrícolas e na medida em que as famílias que mais prosperam são as que centraram esforços nestas atividades, completa-se o ciclo de desestímulo à continuidade da produção agrícola que, atualmente, é mantida muito mais por questões subjetivas e simbólicas, no sentido de manter um modo de vida particular e toda a riqueza associada, do que pela remuneração proporcionada.

No entanto existem ações que podem reverter esta situação. Tanto por parte dos agricultores no ajuste de alguns aspectos dos sistemas produtivos, assim como de investimentos que devem ser articulados junto às agências de desenvolvimento rural, visto que se estes investimentos tiverem de ser realizados pelos próprios agricultores, estes irão ter a remuneração de seu trabalho ainda mais prejudicada, sendo ainda provável de que não empreendam tais ações. O intercâmbio de experiências destes agricultores com outros, sobre iniciativas de diferenciação da qualidade e acesso coletivo aos mercados, cooperativismo, diversificação produtiva e agregação de valor ao produto agropecuário, também se coloca como uma ação central.

Historicamente o desafio posto a estes homens e mulheres foi o de “modernizarem” seus sistemas produtivos, o que gerou endividamento e desilusões, assim como acabou por dificultar a criação de sistemas produtivos com maior autonomia produtiva e que pudessem desenvolver-se e fortalecer-se internamente mais do que apenas contribuir no desenvolvimento de uma economia alheia, através da compra de insumos e serviços.

O que está posto agora é a busca por investimentos que possam elevar os sistemas produtivos a níveis de rentabilidade que incentivem a reprodução destes, de maneira que os agricultores quilombolas possam ter seu trabalho na agricultura reconhecido através de uma remuneração equiparável aos demais trabalhadores da região.

Com relação a regularização fundiária do território, mais desafios do que soluções se abrem. Com relação aos sistemas produtivos, os que terão maior potencial para desenvolverem-se são os de policultivo-criação animal nos campos da planície costeira. Mesmo assim, estes deverão atingir níveis de produtividade mais elevados dos que atualmente são praticados neste ambiente. A produção animal e os conhecimentos associados ao seu processamento estão consolidados historicamente e culturalmente entre os quilombolas e a estruturação de sistemas de criação capilarizados podem ser uma importante base para o desenvolvimento local.

A regularização do território também poderá contribuir na melhoria das condições dos trabalhadores rurais através do acesso a terra, assim como pode incentivar aos quilombolas urbanos o retorno para investimento em alguma atividade ligada ao território.

No momento final deste trabalho é possível constatar que existem muitas questões a serem mais bem trabalhadas frente à complexidade do objeto de estudo. Os desafios postos à comunidade quilombola são muitos e extrapolam as questões aqui abordadas, as quais podem contribuir em parte nas discussões sobre projetos e políticas para o desenvolvimento local.

A própria questão da regularização fundiária não poderia ser discutida a sua exaustão neste trabalho, tanto pelos objetivos a que este se propõe como pela complexidade e diversidade de situações que podem ser mais bem discutidas com maior dedicação analítica, mas principalmente porque deve ocorrer através da comunidade que é em última análise, a maior interessada nesta discussão e a principal protagonista das iniciativas que serão colocadas em prática.

Além desta questão, frente ao recorte analítico, outras questões tiveram que ser deixadas a parte desde o início do trabalho. Novas questões surgiram ao longo do estudo e não puderam ser mais bem trabalhadas com se poderia desejar, por serem mais amplas que este e para não comprometer a qualidade da análise aqui proposta. Todas estas, entretanto, podem motivar novos estudos, assim como o aprofundamento do aqui apresentado.

O mesmo foi constituído de uma análise realizada sobre, principalmente, indicadores agronômicos e econômicos, ou “agroecômicos” como chamado. Seria interessante a realização de novos estudos abrangendo outras dimensões e sob diferentes perspectivas analíticas, a fim de complementar a delimitação de um projeto de desenvolvimento para o território quilombola, sempre considerando como premissa a participação e a apropriação da comunidade sobre este.

Por fim, as descrições e caracterizações aqui expressas são frutos do esforço deste autor frente ao objeto abstrato de conhecimento construído intelectualmente e, portanto, tão

relativo quanto é o olhar desde uma entre tantas perspectivas possíveis, mesmo que em interação com os olhares de outros observadores. Outro estudo sobre a mesma realidade poderia trazer aspectos muito diferentes dos abordados neste trabalho. Assim, como coloca Mazoyer, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no tempo e no espaço, tão diversas quanto as próprias observações feitas a respeito da mesma.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NASCENTE MAQUINÉ (ANAMA); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Faculdade de ciências econômicas. Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural (PGDR). **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné - RS**: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- BARCELLOS M. et al. **Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. (org.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 188-227.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União**. Brasília: 16 mar. 2011, n. 51, Seção 3, p. 100 – 103. Brasília: Imprensa Oficial, 2011.
- CARDOSO, C. F. **Agricultura, escravidão, e capitalismo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- COTRIM D. S.; GARCEZ D.; MIGUEL L. Litoral Norte do Rio Grande do Sul: sob a perspectiva de diferenciação e evolução dos Sistemas Agrários. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 9., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007. Disponível em: <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/51.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/51.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2011.
- COTRIM D. S.; MIGUEL L. Uso do Enfoque Sistêmico na Pesca Artesanal Em Tramandaí – RS. **Eisforia**, Florianópolis, ano 5, v. 5, n. 2, p. 136-160, dez. 2007.
- COTRIM, M. S. **"Pecuária Familiar" na região da "Serra do Sudeste" do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação socioagroecômica do "pecuarista familiar" no município de Canguçu/RS. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: Ed. da UFBA, 2007.
- FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia dos territórios**. Land Research Action Network, 2009. Disponível em: <[http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO\\_TIPOLOGIA\\_DE\\_TERRITORIOS.pdf](http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2012.
- FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. São Paulo: Scritta, 1993. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo\\_19.pdf](http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_19.pdf)>. Acesso em: 31 nov. 2011.

FERREIRA, J. R. C. **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS**: Uma análise da Agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. 181f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GERHARDT, C. H. **Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente**: A construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas. 2002. 524f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogeri\\_o\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogeri_o_HAESBAERT.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2012.

HASENACK, H.; WEBER, E (org.). **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul – Escala 1:50.000**. Laboratório de Geoprocessamento, Centro de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. 1 DVD.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**: Guia Metodológico. Brasília: Convênio INCRA/FAO. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/analise-balanco-e-diagnosticos/file/57-guia-metodologico-analise-diagnostico-de-sistemas-agrarios>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

KRAEMER, M. F. E.; BENATTO, L. **Mapas Temáticos de Recursos Naturais, Uso dos Solos e Potencialidades de Uso Agrícola no Território Quilombola de Morro Alto**. Execução das Medidas Compensatórias à comunidade Quilombola de Morro Alto – Laboratório de Arqueologia e Etnologia, LAE/IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2012, no prelo.

KRAEMER, M. F. E. **Análise da estrutura fundiária circunscrita no perímetro considerado pelo INCRA no processo de regularização fundiária do território quilombola de Morro Alto**. Execução das Medidas Compensatórias à comunidade Quilombola de Morro Alto – Laboratório de Arqueologia e Etnologia, LAE/IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2012, no prelo.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, E. J. **Pobreza rural no Brasil**: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das Agriculturas do Mundo**: do neolítico a crise contemporânea. São Paulo: Ed. da UNESP/NEAD/MDA, 2010.

- MAZOYER, M. *Rapport de synthèse, Colloque "Dynamique des systèmes agraires*, Paris, 1987. In: DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MIGUEL, L. A. A operacionalização do conceito de Sistema Agrário. In: MIGUEL, L. A. (org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- MIGUEL, L. A. Abordagem Sistêmica da Unidade de Produção Agrícola. In: MIGUEL, L. A. (org.). **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.
- MIGUEL, L. A.; MACHADO, J. A. D. Indicadores Quantitativos para a avaliação da Unidade de Produção Agrícola. In: MIGUEL, L. A. (org.). **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MULLER, C. B. Ser camponês, Ser Remanescentes de Quilombos. Florianópolis: **ILHA – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 29 – 43, dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/1558/1354>>. Acesso em: 03 jun. 2010.
- MULLER, C. B. **Comunidade Remanescentes de Quilombo de Morro Alto: Uma análise Etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de "remanescentes de quilombos"**. 2006. 285f. Tese (Doutorado, em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- OSÓRIO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **Plano Ambiental Municipal Osório – RS**. 2006. Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/sites/9100/9172/PDirAmbOsorio.PDF>>. Acesso em: 05 jan. 2011.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- STRECK E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008.
- SILVA, M. R. **Navegação lacustre Osório – Torres**. Osório: Luzzatto, 1985.
- SILVA NETO, B. Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: Uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo Crítico. Ijuí: **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 5, n. 9, p. 33 – 58, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.unijui.edu.br/revistaseletronicas/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/136/92>>. Acesso em: 07 mar. 2012.
- SLENES, R. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Instituto de filosofia e ciências humanas – IFCH. Laboratório de Observação Social – LABORS. **Levantamento Socioeconômico e Cadastramento da Comunidade Quilombola de Morro Alto - Maquiné/Osório – RS.** Projeto IFCH / INCRA – RS 2640/2004. Relatório Final, Porto Alegre, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Instituto de filosofia e ciências humanas – IFCH. Laboratório de arqueologia e etnologia – LAE. **Acervo fotográfico sobre a comunidade quilombola de Morro Alto.** Porto alegre, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Secretaria de Ensino a Distância – SEAD. Curso superior de tecnologia em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER. **Objeto de Aprendizagem.** Porto Alegre: 2012. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/cursopgdr/publicacoes\\_plageder/Representacao\\_Indicadores\\_Economicos\\_UPA.swf](http://www6.ufrgs.br/cursopgdr/publicacoes_plageder/Representacao_Indicadores_Economicos_UPA.swf)>. Acesso em: 7 mar. 2012.

WEIMER, R. A. I. Fazer farinha para criar crioulas: o trabalho familiar em uma atafona no meio rural riograndense durante o período pós-abolição. In: SEMINÁRIO RELAÇÕES DE PODER, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 1., 2009, 2009. **Anais ...** Rio de Janeiro: Editora, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrj.br/seminariofronteiras/index.php>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

## APÊNDICE A- ROTEIROS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

---

### I - ROTEIRO DE ESTUDO DA DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS (Aplicável aos quilombolas antigos, que vivem ou não no território, praticam ou não agricultura)

---

DATA:

LOCALIDADE:

NOME:

Telefone:

FAMILIARES/PARENTESCO:

ARQUIVO DE ÁUDIO:

---

### QUESTÕES NORTEADORAS ACERCA DA EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

---

1. Relações de Parentesco
2. Local de Residência
3. Como contam os antigos de como era a vida antigamente?
  - a. O que plantavam, onde plantavam?
  - b. Como faziam
  - c. Onde vendiam (excedentes)
  - d. Onde compravam (insumos, alimentos, roupas, etc.)
  - e. O que faltava
4. Como era a paisagem? Os morros? Os campos? As lagoas?
5. Como funcionavam os transportes?
6. Como as pessoas se deslocavam?
7. Como, por quem e por onde circulavam as mercadorias?
8. Como se conseguia terra para plantar? E para viver?
9. Dos tempos dos antigos para o tempo em que o senhor plantava, o que mudou?
10. E, até os dias de hoje, o que pensa das mudanças que ocorreram?

---

II - ROTEIRO DE ESTUDO - CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA E PERSPECTIVAS DE  
DESENVOLVIMENTO

(aplicável a todos os entrevistados, envolvendo todas as tipologias)

---

DATA:

LOCALIDADE:

NOME:

Telefone:

FAMILIARES/PARENTESCO:

---

11. Vive atualmente no território? Tem outra residência? Qual é a principal? Como fica a divisão do tempo em cada?
  - a. Sempre viveu no território?
  - b. Porque/quando saiu?
  - c. Porque/quando voltou?
  
12. Qual a profissão/ocupação dos membros da família?
  
13. Serviços Básicos (se existe ou não)
  - a. Água
  - b. Luz
  - c. Atendimento Saúde
  - d. Saneamento
  - e. Acesso a escola/Escolaridade
  - f. Acesso estradas/Transporte público
  
14. Praticam atividades agrícolas?
  - a. Qual o objetivo dessa prática?
  - b. Sempre praticaram?
  - c. Porque deixaram de praticar? E porque voltaram a praticar?
  
15. Qual é o histórico da propriedade?
  - a. Tipos de cultivos e criação?
  - b. Instrumentos de trabalho?
  - c. Mercado ou forma de comercialização?
  - d. Trocas entre vizinhos?
  - e. Autoconsumo
  
16. Como vê sua situação atual com relação a 10 anos atrás?
  
17. Quais são seus projetos futuros?



**II.1 Rotação de cultivos e modo de reprodução da fertilidade:****II.2 Itinerário técnico para cada cultivo (tipo de operação agrícola; necessidade de mão de obra em dias homem por hectare):**

Cultivo	Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

**II.3 Insumos e serviços de terceiros utilizados:**

Tipo	Destinação	Quantidade	Custo médio	Observações

**II.4 Método de formação e manutenção de pastagens:****II.5 Atividades de transformação da produção agrícola:**



**III.3 Modo de condução/ manejo das criações (por categoria animal):**

Criação	Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Observações:

**III.4 Outros insumos e serviços utilizados (Vacinas, veterinário, compra animais, fármacos, etc.)**

Tipo	Destinação	Quantidade	Custo médio	Observações

**IV. Complementaridade entre as Atividades de Produção Vegetal e Animal:**

**V. Toposequência/ Croquis da U.P.A.** (no verso) com **descrição das Parcelas** (número/ superfície, localização geográfica, tipo de solo, utilização atual, limitações de uso):

**VI. Outras Atividades Econômicas fontes de renda** (assalariado, artesanato, aposentadoria, venda de serviços, etc.)

Tipo atividade	Época do ano/ Duração	Remuneração	Observações







**APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS IDENTIFICADOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO**

SISTEMA AGRÁRIO	INDÍGENA	TROPEIRISMO	SESMARIAS	CAMPESINATO NEGRO	COLONIAL REPUBLICANO	ATUAL
Período	3000 AP – Início séc. XVII	1680 – 1750	1750 – 1850	1850 – 1930	Início séc. XX – 1960-70	1970 até hoje
Grupos Étnicos	Indígenas: Carijós e Arachãs	Indígenas; Açorianos e mestiços	Indígenas; Açorianos; Africano; Portugueses e mestiços	Indígenas; Açorianos; Africano; Portugueses e mestiços	Indígenas; Açorianos; Africano; Portugueses; Alemães; Italianos e mestiços	Indígenas; Açorianos; Africano; Portugueses; Alemães; Italianos e mestiços
Modo de Articulização do Meio	Instrumentos de Pedra; Fibras naturais; Flechas e redes de pesca;	Fibras naturais; <b>Tração animal leve</b> ; ferramentas manuais	Fibras naturais; <b>Tração animal leve</b> ; ferramentas manuais	Fibras naturais; <b>Tração animal leve</b> ; ferramentas manuais; motor a vapor	Ferramentas manuais; <b>tração animal pesada (arado)</b> ; <b>motores a combustão</b>	<b>Tração animal pesada; Ampla diversidade e alta especialização das ferramentas e máquinas de trabalho agrícola; formação de áreas urbanas</b>
Atividades Econômicas	Agricultura de Coivara	Agricultura de Coivara; <b>Introdução da cana-de-açúcar</b>	Agricultura de Coivara; Cana-de-açúcar; <b>Criação extensiva de gado</b>	Agricultura de Coivara; <i>Pixuru</i> ; Cana-de-açúcar; Criação extensiva de gado	Agricultura de Coivara; <i>Pixuru</i> ; Cana-de-açúcar; Criação extensiva de gado	Agricultura para Autoconsumo; <b>Olericultura e fruticultura intensivas</b> ; Criação extensiva de Gado; <b>Arroz Irrigado; Serviços e Indústrias</b>
Produção e destino de Excedentes	Extrativismo: Caça, pesca e coletas sazonais	Extrativismo: Caça, pesca e coletas sazonais	Extrativismo: Caça, pesca e coletas sazonais	Extrativismo: Caça, pesca e coletas sazonais	Extrativismo: Caça, pesca e coletas sazonais	<b>Extrativismo restrito</b>
	Tecidos, Redes, Arcos e Flechas; conchas marinhas; excedentes da subsistência	<b>Carne de peixe seca</b> e produtos agrícolas; excedentes da subsistência	<b>Carne Bovina; Derivados da Cana</b> ; Excedentes da subsistência	Carne Bovina; Derivados da Cana; Excedentes da subsistência	Carne Bovina; Derivados da Cana; Excedentes da subsistência; <b>Banana</b>	Produtos Agropecuários (Carne, arroz, banana, hortigranjeiros), <b>serviços (turismo), minério (pedras e areia) e Indústrias</b> (cimento, pré-moldados)
	Destinada à troca com outras aldeias	Alimentação de Tropeiros	<b>Economia regional e exportação a outras regiões</b>	Economia regional e exportação à Capital	Economia regional e exportação à Capital	Economia regional e exportação (estadual e nacional)
Força de trabalho	Libre; Divisão do trabalho com distinção de gênero	Libre; Habitantes locais e Tropeiros	<b>Escrava e Livre</b> : Habitantes locais e Senhores;	Libre; Contratada e Reciprocidade	Libre; Contratada e Reciprocidade	<b>Agrícola</b> : Familiar, Contratada e Reciprocidade; <b>Não-Agrícola</b> : Permanente e sazonal
Mobilidade/Logística humana e de produtos	Humana; Caminhos entre Aldeias	Humana e <b>Tração animal</b>	<b>Tração animal e Transporte lacustre local</b>	<b>Tração animal e Transporte lacustre regional</b>	<b>Tração animal e Transporte lacustre</b>	Estradas (veículos a combustão)
Estrutura Fundiária	Grupos étnicos; Aldeias	Invernadas; Áreas de cultivo agrícola	Estâncias (Sesmarias); Parcelas cedidas para subsistência; escravos e posseiros	Estâncias (Fazendas patronais); Parcelas de posse	Estâncias (Fazendas patronais); Parcelas de posse	Estâncias (Fazendas patronais); Parcelas de posse; Lotes Urbanos
Categorias Sociais	Funções específicas; Clãs; Religiosas	Agricultores e pescadores locais; Tropeiros e Indígenas	Posseiros; estancieiros; escravos; negros livres e quilombolas	Estancieiros; Agricultores/pescadores	Estancieiros; Agricultores/pescadores; Comerciantes e viajantes	Estancieiros; Agricultores/pescadores; Comerciantes e viajantes; arrendatários; empresários; turistas
Fatores de Crise	Preamento; Rota Tropeira	Nova Rota Tropeira; Requerimento para posse de Sesmarias	Lei de Terras; Abolição Escravatura;	Valorização das terras; Migração de colonos dos vales	Crise da Agricultura de Coivara; Revolução Verde e Crédito Agrícola; Desvalorização dos produtos agropecuários; Ditadura Militar; construção da BR-101	

Fonte: dados da pesquisa

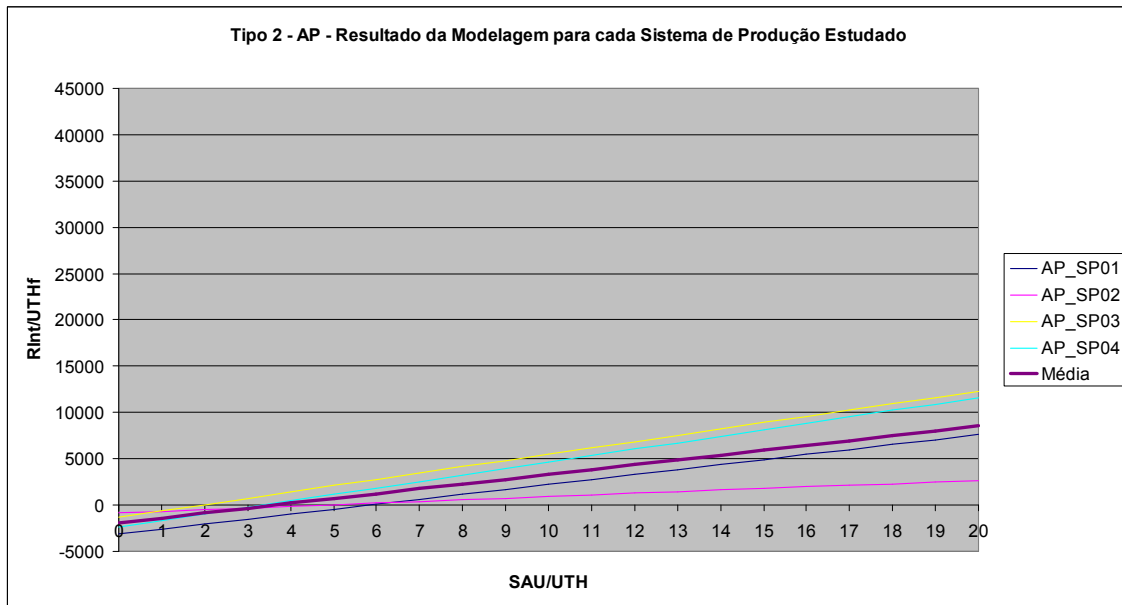
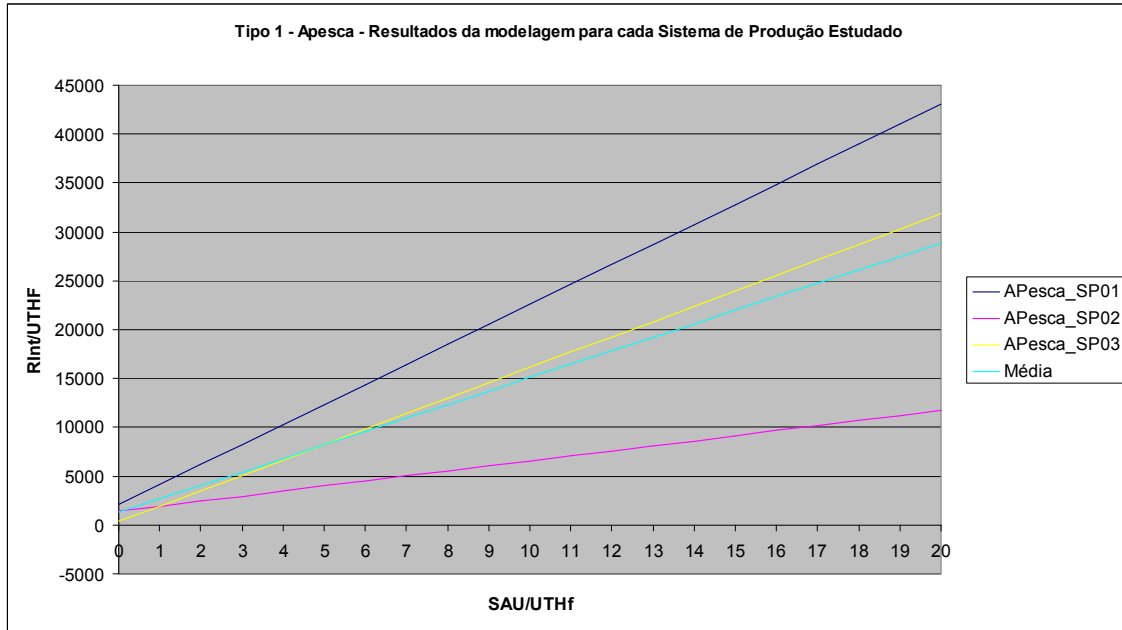
**APÊNDICE C – VALORES UTILIZADOS NO CÁLCULO DE MANUTENÇÃO E  
DEPRECIÇÃO ECONÔMICA**

<b>Descrição</b>	<b>Manutenção</b>	<b>Valor Residual</b>	<b>Vida útil</b>
Instalações e benfeitorias	2,50%	Sem valor residual	35 anos
Tobata com menos de 20 anos	2,50%	30%	25 anos
Tobata com mais de 20 anos	5,00%	Sem valor residual	15 anos
Motopulverizador	2,50%	30%	10 anos
Ferramentas manuais e de tração humana	0,00%	Sem valor residual	10 anos
Roçadeira	5,00%	30%	15
Cerra Circular	2,50%	30%	15
Motoserra	2,50%	30%	25
Arado de boi	0,00%	30%	25
Plantadeira Manual	0,00%	0%	10
Carro de boi	2,50%	30%	25
Moedor de milho	0,00%	0%	15
Correta tracionada para tobata	5,00%	30%	25
Rede de pesca com entralhe	0,00%	20%	3 anos
Barco 5,4 metros de madeira	0,00%	Sem valor residual	5 anos
motor de popa	2,50%	Sem valor residual	15 anos
Freezer 310 litros (manutenção com energia elétrica)	10%	30%	15 anos

**APÊNDICE D – QUADRO DOS RESULTADOS ECONÔMICOS ENCONTRADOS  
POR TIPOLOGIA**

<b>INDICADOR</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Agricultura e Pesca</b>	<b>Agricultura Complementar</b>	<b>AÑA/Auto</b>
1 Superfície Total - ST (ha)	14,98	14,33	15,78	14,63
2 Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	7,68	2,80	7,96	7,79
3 Mão de Obra TOTAL (UTH)	1,83	2,25	1,59	1,25
4 Mão de Obra Contratada (UTH)	0,05	0,00	0,25	0,04
5 Mão de Obra Familiar (UTHf)	1,78	2,25	1,34	1,21
6 Produto Bruto TOTAL (PBtotal)	11.596,00	7.618,75	7.923,75	3.806,50
7 Consumo Intermediário Total (CI)	5.212,51	1.620,19	1.947,31	2.521,63
8 Depreciação (DEP)	2.367,57	695,71	1.037,93	641,54
9 Valor Agregado Bruto (VAB)	6.383,49	5.998,56	5.976,44	1.284,88
10 Valor Agregado Líquido (VAL)	4.015,92	5.302,85	4.938,50	643,33
11 DVA (Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	924,81	118,10	886,50	61,25
12 Renda Agrícola (RA)	3.091,10	5.184,75	4.052,00	582,08
13 Renda Extrativismo da Pesca (REP)	-	3.934,72	-	-
14 Rendas Internas (RInt)	3.091,10	9.119,47	4.052,00	582,08
15 Rendas Externas (RExt)	12.732,13	9.790,00	30.387,50	27.956,25
16 Rendas Não-Agrícolas (RÑA)	12.732,13	13.724,72	30.387,50	27.956,25
17 Renda Total (RT)	15.823,23	18.909,47	34.048,88	28.538,33
18 VAB/SAU	941,43	2.710,63	928,88	243,32
19 VAL/SAU	587,94	2.403,72	824,76	84,75
20 RA/SAU	454,03	2.367,83	755,97	79,83
21 RT/SAU	2.284,40	7.933,61	4.353,08	4.924,09
22 VAB/UTH	3.475,84	2.686,49	3.944,82	1.088,41
23 VAL/UTH	2.072,08	2.386,14	3.380,32	557,97
24 RA/UTH	1.642,89	2.346,32	2.981,03	502,62
25 RT/UTH	8.962,24	7.852,69	20.670,39	23.893,18
26 SAU/UTHf	4,45	1,17	6,11	7,15
27 VAB/UTHf	3.603,84	2.686,49	4.399,03	1.128,71
28 VAL/UTHf	2.182,51	2.386,14	3.745,49	587,13
29 RA/UTHf	1.713,89	2.346,32	3.086,07	528,27
30 RT/UTHf	9.120,72	7.852,69	27.249,04	25.261,19
31 PB Animal	5.383,50	2.020,42	4.021,25	3.392,75
32 PB Vegetal	6.212,50	5.598,33	3.902,50	413,75
33 PB Autoconsumo família	2.523,50	1.855,42	2.713,75	3.230,00
34 Pbextrativismo	-	7.600,00	-	-
35 PB Extrat./ PB total	0,00%	21,51	0,00%	0,00%
36 PB animal/ PB total	45,91%	30,12%	51,89%	91,46%
37 PB vegetal/ PB total	54,09%	69,88%	48,11%	8,54%
38 PB subst./ PB total	28,27%	25,85%	35,25%	82,89%
39 Grau de externalização	44,95%	19,88%	24,58%	66,25%

## APÊNDICE E – RESULTADO DA MODELAGEM PARA CADA SISTEMA DE PRODUÇÃO ESTUDADO



Continua...

Continuação...

